

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	7

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições Não Contábeis	9
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	11
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	12
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	13
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	14
3.7 - Nível de Endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras Informações Relevantes	17

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	18
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	21
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	23
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	39
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	40
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	41
4.7 - Outras Contingências Relevantes	43

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	44
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	45
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	47
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	49
5.4 - Programa de Integridade	51
5.5 - Alterações significativas	53
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	54
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	55
6.3 - Breve Histórico	56
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	58
6.6 - Outras Informações Relevantes	59
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	60
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	61
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	62
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	65
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	70
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	71
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	74
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	75
7.8 - Políticas Socioambientais	76
7.9 - Outras Informações Relevantes	78
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	79
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	80

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	81
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	82
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	83
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	86
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	88
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	105
9.2 - Outras Informações Relevantes	108
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	109
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	118
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	119
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	120
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	121
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	123
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	124
10.8 - Plano de Negócios	125
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	127
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	128
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	131
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	134
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	141
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	144
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	147

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	148
12.7/8 - Composição Dos Comitês	159
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	163
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	164
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	173
12.12 - Outras informações relevantes	174

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	175
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	178
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	182
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	184
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	186
13.6 - Opções em Aberto	189
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	191
13.8 - Precificação Das Ações/opções	192
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	193
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	194
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	195
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	196
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	197
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	198
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	199
13.16 - Outras Informações Relevantes	200

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	201
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	202
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	203
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	205
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	206
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	207
15.3 - Distribuição de Capital	224
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	225
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	226
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	227
15.7 - Principais Operações Societárias	228
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	229
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	230
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	231
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	232
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	233
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	234
17.2 - Aumentos do Capital Social	235
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	236
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	237
17.5 - Outras Informações Relevantes	238
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	239

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	240
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	242
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	243
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	244
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	248
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	249
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	250
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	251
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	252
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	253
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	255
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	256

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	257
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	258
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	260

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	261
20.2 - Outras Informações Relevantes	262

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	263
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	265
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	266
21.4 - Outras Informações Relevantes	267

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Fabio Venturelli

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Felipe Vicchiato

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do Formulário de Referência: Fabio Venturelli

Cargo do responsável: Diretor Presidente

O diretor acima indicado declara que:

- a. Reviu o Formulário de Referência
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os artigos 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 31 de agosto de 2021.



Nome: Fabio Venturelli

Cargo: Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

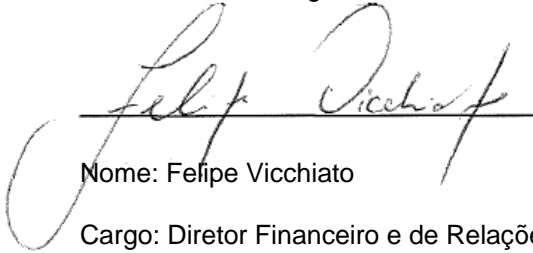
Nome do responsável pelo conteúdo do Formulário de Referência: Felipe Vicchiato

Cargo do responsável: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

O diretor acima indicado declara que:

- a. Reviu o Formulário de Referência
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial os arts. 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 31 de agosto de 2021.



Nome: Felipe Vicchiato

Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Não aplicável.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0008-00
Data Início	16/07/2014
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de março de 2019 e 2018 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho de 2019, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2018, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês; consultoria e adequação do LGPD.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	
Justificativa da substituição	A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi substituída pela PwC em atendimento à ICVM nº 308/99 sobre o rodízio de auditores
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não há

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
José Antonio de A. Navarrete	16/07/2014	120.817.178-08	

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	61.562.112/0012-83
Data Início	05/08/2019
Descrição do serviço contratado	Exame das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de março de 2021 e 2020 individuais (controladora) e consolidadas, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB; Revisão das informações contábeis trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, referentes aos trimestres findos em 30 de junho de 2020, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2020 e 2019, elaboradas pela administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela CVM; Revisão da tradução das demonstrações financeiras e informações trimestrais para o idioma inglês e emissão de tradução livre do relatório do auditor independente e relatório de revisão de informações trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No exercício social encerrado em 31 de março de 2021, os auditores independentes receberam os seguintes honorários (R\$ Mil): Serviços de auditoria - R\$ 1.662 / Outros serviços - R\$ 432.
Justificativa da substituição	A PwC substituiu a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. em atendimento à ICVM nº 308/99 sobre o rodízio de auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não há

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Mauricio Cardoso de Moraes	01/07/2019	795.008.389-15	Av. Antônio Diederichen, 400, 22º andar, Jd América, Ribeirão Preto, SP, Brasil, CEP 14020-250, Telefone (16) 35166600, e-mail: mauricio.moraes@pwc.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Política ou procedimentos adotados pela Companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes:

Em 21 de junho de 2021 foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da São Martinho a Política de Contratação de Serviços de Auditoria Independente e de Serviços Extra Auditoria com o objetivo de definir as condições para contratação dos serviços de auditoria independente e também sobre quais situações o auditor poderá prestar serviços além da revisão das demonstrações financeiras.

A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Resumo da justificativa apresentada pelo auditor à administração do emissor sobre os motivos pelo qual entendeu que a prestação de outros serviços não afetava a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa:

Para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, a São Martinho se pauta no seu Código de Ética e nas boas práticas de governança corporativa. A administração da Companhia e seus auditores externos, PwC, entendem que sua independência não está prejudicada, porque a São Martinho é responsável por todas as decisões que foram ou deverão ser tomadas, e a PwC não assumirá responsabilidades como empregado ou administrador da Companhia, e que o objeto do trabalho não tem relacionamento com os sistemas financeiros ou contábeis. Confirmam que atuam como auditores independentes da São Martinho no âmbito do disposto na legislação societária brasileira, na regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade e da Comissão de Valores Mobiliários no Brasil. Adicionalmente, confirmam que sua política de atuação junto aos seus clientes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor indicados acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/03/2021)	Exercício social (31/03/2020)	Exercício social (31/03/2019)
Patrimônio Líquido	3.986.588.695,63	3.346.675.753,56	3.391.009.110,06
Ativo Total	12.417.856.242,18	12.113.526.893,16	9.748.721.579,55
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	4.305.083.911,78	3.693.860.899,08	3.360.362.152,69
Resultado Bruto	1.554.247.576,24	1.176.864.823,89	871.430.566,56
Resultado Líquido	927.124.284,91	639.009.763,40	314.045.009,29
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	346.375.066	346.744.266	350.802.666
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	11,509459	9,604658	10,377072
Resultado Básico por Ação	2,676649	1,833900	0,961032
Resultado Diluído por Ação	2,68	1,83	0,96

3.2 - Medições Não Contábeis

a) Avaliamos nosso desempenho comercial com base, principalmente, em nossa margem operacional, ou *spread* entre o preço médio de nossos produtos e a soma do custo dos produtos vendidos e despesas operacionais. Nos concentramos no volume e qualidade dos produtos que produzimos, no preço e custo por unidade vendida e, finalmente, no nosso EBITDA. Definimos EBITDA como:

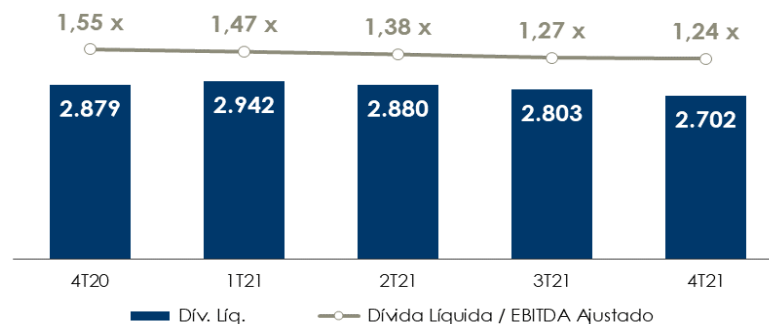
- lucro operacional;
- menos despesa financeira líquida;
- menos depreciação e amortização

Acreditamos que o EBITDA constitui ferramenta útil de medida do nosso desempenho de fluxo de caixa operacional. No entanto, o EBITDA não constitui medida reconhecida pelo BR GAAP ou pelo IFRS, não tem um significado padronizado e como nem todas as empresas utilizam cálculos idênticos, a apresentação do nosso EBITDA talvez não possa ser comparada a outras medidas semelhantes ou ao fluxo de caixa livre, utilizado discricionariamente por nós, pois não considera certas necessidades de caixa, tais como Capex, pagamentos de juros, pagamentos de imposto e pagamentos de serviço de dívida. O EBITDA não deverá ser considerado alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicativo do desempenho operacional da Companhia, nem como alternativa ao fluxo de caixa, como indicativo de liquidez.

Adicionalmente, divulgamos também o EBITDA Ajustado, definido abaixo:

- EBITDA
- desconsiderando itens não caixa lançados no CPV (Custo do Produto Vendido);
- desconsiderando receitas e (despesas) operacionais – não recorrentes;
- desconsiderando o resultado de equivalência patrimonial;
- desconsiderando vencimento de dívida (*Hedge Accounting*) e;
- desconsiderando os impactos da adoção da norma contábil IFRS 16 – arrendamentos a partir do exercício encerrado em 31 de março de 2019.

O índice de dívida líquida/EBITDA Ajustado é o resultado da nossa dívida líquida ao final do exercício social ou período aplicável dividido pelo nosso EBITDA Ajustado para os 12 últimos meses encerrados nos referidos exercícios sociais ou períodos. Abaixo apresentamos o índice para os trimestres e encerramento do ano-safra 2020/2021:



3.2 - Medições Não Contábeis

b) A reconciliação do EBITDA Ajustado ao EBITDA contábil e a abertura por produto/linha de negócios da Companhia, em relação ao último exercício social (31/03/2021 – “12M21”) comparado ao exercício social anterior (31/03/2020 – “12M20”) segue abaixo:

RECONCILIAÇÃO DO EBITDA	12M21	12M20	Var.%
Em Milhares de R\$			
EBITDA Ajustado	2.187.515	1.857.191	17,8%
Margem EBITDA Ajustada	50,6%	50,2%	0,4 p.p.
Efeito não Caixa do IFRS 16	312.830	274.903	13,8%
Ativos Biológicos	64.979	(30.602)	n.m.
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.776	625	n.m.
Stock Option - Não exercíveis	155	-	n.m.
Resultados de Negócios Imobiliários	(8.137)	-	n.m.
Vencimento de Dívida (Hedge)	(2.376)	(1.113)	113,5%
Direitos Copersucar	383.040	349.056	9,7%
Receitas (Despesas) - Não recorrente	-	(7.736)	n.m.
EBITDA Contábil¹	2.943.783	2.442.324	20,5%
Margem EBITDA	68,4%	66,1%	2,3 p.p.
(-) Depreciação e Amortização	(1.392.869)	(1.256.491)	10,9%
(-) Despesa Financeira Líquida	(342.112)	(452.159)	-24,3%
(=) Lucro (Prejuízo) Operacional	1.208.802	733.674	64,8%

1 - O EBITDA Contábil contempla os impactos do IFRS 16

c) A maioria dos analistas de mercado utiliza este indicador para analisar múltiplos que, normalmente, não são divulgados nos resultados por uma questão de práticas de mercado. Além disso, a abertura por produto permite uma visão mais analítica e estratégica, possibilitando outras formas de comparativos, essenciais para a medição dos resultados.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Nas demonstrações do exercício findo em 31 de março de 2021:

Não ocorreram eventos subsequentes nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas.

Nas demonstrações do exercício findo em 31 de março de 2020:

Não ocorreram eventos subsequentes nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas.

Nas demonstrações do exercício findo em 31 de março de 2019:

Conforme divulgado em Fato Relevante no dia 24 de junho de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração: (i) cancelamento, sem redução do capital social, de 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, mantidas em tesouraria, adquiridas em conformidade com o 4º e o 5º Programa de Recompra de Ações; e (ii) a abertura do 6º Programa de Recompra de Ações, com limite de até 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias, com prazo máximo de até 18 meses a contar da data da aprovação.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	Exercício findo em 31 de março de		
	2021	2020	2019
(a) Regras sobre retenção de lucros	O lucro líquido remanescente, após as deduções legais e estatutárias e o previsto na Política de Remuneração dos Acionistas, ficará a disposição da assembleia geral que poderá, por proposta da administração, reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.	O lucro líquido remanescente, após as deduções legais e estatutárias e o previsto na Política de Remuneração dos Acionistas, ficará a disposição da assembleia geral que poderá, por proposta da administração, reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.	O lucro líquido remanescente, após as deduções legais e estatutárias, ficará a disposição da assembleia geral que poderá, por proposta da administração, reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.
a.i Valores das retenções de lucros (Orçamento de Capital)	397.880.879,38	307.958.771,66	93.033.825,30
a.ii Percentuais em relação ao lucro	42,92%	48,19%	29,62%
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	A Política de Remuneração aos Acionistas assegura por meio de dividendo e/ou juros sobre capital próprio, a distribuição de no mínimo: 25% sobre o lucro líquido, conforme Estatuto Social ou 40% do Lucro Caixa, o que for maior.	A Política de Remuneração aos Acionistas assegura por meio de dividendo e/ou juros sobre capital próprio, a distribuição de no mínimo: 25% sobre o lucro líquido, conforme Estatuto Social ou 40% do Lucro Caixa, o que for maior.	Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
(d) Restrições à distribuição de dividendos	Não existente	Não existente	Não existente
(e) Política de destinação de resultados	Política de Remuneração aos Acionistas aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 9.12.2019	Política de Remuneração aos Acionistas aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 9.12.2019	Não existente

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/03/2021	Exercício social 31/03/2020	Exercício social 31/03/2019
Lucro líquido ajustado	798.835.567,54	607.059.275,23	298.342.758,83
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	49,718337	27,130911	34,694686
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	23,256104	19,093865	9,261108
Dividendo distribuído total	397.167.758,70	164.700.712,85	103.509.084,11
Lucro líquido retido	529.956.526,21	474.309.050,57	210.535.925,18
Data da aprovação da retenção	30/07/2021	31/07/2020	26/07/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	96.369.413,44	17/08/2021	48.356.925,63	17/08/2020	74.585.689,71	16/08/2019
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	103.339.478,45	10/12/2020	103.407.893,18	17/08/2020		
Outros						
Ordinária	197.458.866,81	17/08/2021	12.935.894,04	17/08/2020	28.923.394,40	16/08/2019

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

	Exercício social findo em 31 de março de 2021	Exercício social findo em 31 de março de 2020	Exercício social findo em 31 de março de 2019
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	96.369.413,44	48.356.925,63	74.585.689,71
Dividendo complementares	197.458.866,81	12.935.894,04	28.923.394,40
Juros sob capital próprio	103.339.478,45	103.407.893,18	-
Total de Dividendos e JCP do Exercicio	397.167.758,70	164.700.712,85	103.509.084,11
Realização de Reserva de Lucros	6.170.781,23	6.332.180,33	6.490.915,89
Total	403.338.539,93	171.032.893,18	110.000.000,00

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2021	8.431.266.542,63	Índice de Endividamento	2,11490755	
	0,00	Outros índices	1,24000000	Índice de endividamento utilizado: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses. Sendo: Dívida Líquida: a soma da dívida bancária da companhia e obrigações decorrentes de aquisições menos o caixa e disponibilidades da Companhia. EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses: a soma do EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses no conceito de EBITDA Ajustado descrito no item 3.2. Motivo da utilização do índice: Índice amplamente utilizado pelo mercado.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/03/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		438.660.059,66	361.705.234,61	409.893.713,25	1.190.540.061,69	2.400.799.069,21
Empréstimo	Quirografárias		235.843.607,48	170.919.000,00	394.049.456,22	849.351.649,65	1.650.163.713,35
Total			674.503.667,14	532.624.234,61	803.943.169,47	2.039.891.711,34	4.050.962.782,56
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

Não aplicável.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

a) com relação à Companhia;

Matéria prima

As receitas decorrem, quase que em sua totalidade, de derivados da cana-de-açúcar. O cultivo da cana ocorre em terras próprias ou de terceiros (contratos de parceria agrícola/arrendamento e fornecimento), nos estados de São Paulo e Goiás. Fatores biológicos e climáticos (ex. falta de chuvas e geadas) podem alterar a produtividade dos canaviais e estimativas de produção e vendas dos produtos.

A celebração de contratos de longo prazo com parceiros, arrendadores ou fornecedores visa garantir a matéria prima, embora nem sempre seja possível garantir renovações. Técnicas de manejo agrícola, controle de pragas e doenças também podem mitigar efeitos adversos biológicos e climáticos.

Volatilidade de preços dos produtos e moeda

Os produtos comercializados estão sujeitos a variações de preços que podem afetar o desempenho financeiro da Companhia. O açúcar, está sujeito a oscilações de preço e, por ser precificado em dólares americanos, à variação cambial desta moeda frente ao real.

Estratégias de *hedge* são utilizadas para fins de gerenciamento de riscos de preços. A adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) visa refletir nos relatórios financeiros a estratégia intencionada pela Companhia para suas operações de gerenciamento de riscos de preços, minimizando eventual volatilidade.

Acidentes e danos

A São Martinho está sujeita a ocorrência de eventos em suas operações que podem resultar em acidentes e danos materiais e pessoais, a depender da situação.

A Companhia busca evitar tais eventos por meio de campanhas, treinamentos e orientações, políticas e procedimentos, equipamentos de proteção, inspeções e manutenções preventivas. Existem coberturas de seguro contra grande parte desse risco, assim como para eventuais lucros cessantes.

Ciclo logístico

A distribuição dos produtos é realizada em ferrovias e rodovias. Possíveis problemas infra estruturais podem representar risco ao escoamento dos produtos e recebimento de insumos agroindustriais.

A diversificação dos modais de transporte e a capacidade de armazenagem são fatores importantes de controle e mitigação desse risco (aproximadamente 80% da produção anual de açúcar, e 70% do etanol produzido podem ser estocados).

Indisponibilidade de financiamento e falta de liquidez

A São Martinho utiliza-se de financiamentos junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras e mercado de capitais. Eventos macroeconômicos podem impactar a disponibilidade e viabilidade desses financiamentos, dificultando novas captações. Além disso, alguns contratos financeiros possuem cláusulas com *covenants* e obrigações.

A Companhia busca manter um nível adequado de liquidez e acompanha e controla rigorosamente o cumprimento desses *covenants*, para fazer frente a esses riscos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Fatores emergentes

Eventos como pandemias, riscos climáticos, crises hídricas, ataques cibernéticos, e outras situações de natureza imprevisível podem impactar as operações e resultados da São Martinho.

A implementação de ferramentas para prevenção, simulações de cenários e procedimentos de crise contribuem para a mitigação desses riscos.

b) com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia;

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exija a aprovação dos acionistas, reorganizações societárias, alienação de ativos, as condições de pagamento de dividendos futuros (observadas as disposições legais), dentre outros assuntos.

c) com relação aos acionistas da Companhia;

O Estatuto Social da São Martinho possui disposições que podem (i) dificultar tentativas de aquisição da Companhia sem que haja negociação com os atuais controladores; e (ii) evitar a concentração de ações por parte de um pequeno grupo de investidores minoritários, de modo a promover uma base acionária mais dispersa.

Qualquer acionista adquirente (com exceção dos atuais Acionistas Controladores e de outros investidores que se tornem acionistas em operações previstas no Estatuto Social) que se torne titular de ações em quantidade igual ou superior a 20% do capital total, realize, no prazo máximo de 60 dias da data de aquisição (ou evento que implicou no mesmo resultado), oferta pública de aquisição da totalidade das ações da Companhia, pelo preço definido no Estatuto Social e da legislação aplicável.

d) com relação às controladas e coligadas da Companhia;

A Companhia possui empresas controladas operacionais e não operacionais.

No caso das controladas operacionais, os fatores de risco estão limitados aos fatores de risco da Companhia.

e) com relação aos fornecedores da Companhia;

Fornecedores de matéria prima

Em suas operações, a São Martinho necessita do fornecimento de insumos, matérias-primas e serviços. Aproximadamente 1/3 da cana processada pela São Martinho advém de fornecedores, sendo 2/3 de cana própria. O preço da cana é baseado na metodologia Consecana e nem sempre é possível garantir a renovação dos contratos. A renovação em condições menos favoráveis também pode afetar as margens de lucro da São Martinho.

O risco de preço é mitigado por meio do chamado *hedge* natural, já que o preço da cana (Consecana) está atrelado aos preços do açúcar e do etanol. A Companhia busca firmar contratos de longo prazo (5 a 6 anos), havendo cláusulas de preferência, multa e indenização em caso de rescisões antes do prazo.

Fornecedores de bens e serviços

A São Martinho conta com fornecedores de bens e serviços nacionais e estrangeiros. A disponibilidade, qualidade e preços destes bens ou serviços, por motivos diversos, inclusive decorrentes de alterações na legislação tributária, podem afetar o desempenho operacional e financeiro da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Tais riscos são mitigados por meio de estratégias de compras e formalização de contratos. Eventuais riscos de passivos decorrentes de terceiros (tanto de matéria prima quanto de bens e serviços) são mitigados por meio da entrega de documentos, consultas em fontes públicas e cláusulas contratuais.

f) com relação aos clientes da Companhia;

Dentre os clientes da São Martinho, os três maiores compradores de açúcar respondem por aproximadamente 38% da receita total. Com relação ao etanol, os três maiores clientes respondem por cerca de 12% da receita total. Há risco de impacto no faturamento, caso esses clientes reduzam seu volume de compras e não seja possível realocar estes volumes em outros clientes. Além disso, alterações negativas no risco de crédito dos clientes podem aumentar o risco de inadimplência.

A Companhia mitiga esses riscos por meio da formalização de contratos com a previsão das obrigações e penalidades e da adoção de ferramentas para avaliar e monitorar o risco de crédito dos clientes.

g) com relação ao setor de atuação da Companhia;

Dentre os principais fatores de risco associados ao setor sucroenergético estão as questões climáticas, oferta e demanda dos produtos (açúcar, etanol e produtos derivados da cana) nos mercados nacional e internacional, influência de fatores políticos, consumo no Brasil e exterior, medidas de restrição a circulação de pessoas e mercadorias, fatores econômicos (inflação, taxa de câmbio, juros), para citar alguns.

Além disso, destacam-se também a concorrência por matéria prima, investimento de capital elevado e nível de endividamento de muitas empresas do setor.

h) com relação à regulação o setor de atuação da Companhia e j) a questões socioambientais

O setor sucroenergético é sensível às políticas e regulamentações governamentais. Alterações nas alíquotas de tributos e tarifas existentes, criação de novos tributos ou a modificação do regime de tributação, intervenções no preço da gasolina (substituto do etanol hidratado), políticas protecionistas ou de incentivos relacionados à matéria-prima, insumos e produtos, controle de preços da matéria-prima, açúcar, etanol ou derivados, podem impactar o setor e também a Companhia.

A São Martinho sujeita-se a rígidas leis federais, estaduais e municipais relativas à proteção do meio ambiente que tratam do uso de recursos hídricos, respeito às áreas ambientalmente protegidas, reserva legal, controle da queima de cana-de-açúcar e outras fontes de emissões atmosféricas, manejo e disposição final de resíduos e controles para segurança e saúde dos funcionários. Grande parte das atividades da Companhia estão sujeitas aos processos de licenciamento ambiental, autorizações ou alvarás (que podem exigir investimentos em tecnologias mitigadoras ou ajustes operacionais) e são objeto de constante fiscalização por órgãos governamentais. Além disso, a Companhia sujeita-se à regulamentações relacionadas à produção de energia, combustíveis, alimentos, trânsito, trabalhista e saúde e segurança ocupacional. A inobservância da regulamentação pode resultar em penalidades e processos judiciais e administrativos e reparação de danos.

i) com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A Companhia não possui operações em países estrangeiros e sua atuação limita-se ao território brasileiro.

Como seus principais produtos constituem commodities transacionadas globalmente, a São Martinho está sujeita a concorrência dos produtores internacionais, muitos deles localizados em países com subsídios e entraves regulatórios à importação, o que pode encarecer, dificultar e até inviabilizar a venda dos produtos da São Martinho nestes mercados.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Taxa de Câmbio

Descrição Qualitativa

Parte relevante das receitas da São Martinho tem origem no mercado externo, ou seja, está atrelada a moeda americana (cerca de 92% da produção de açúcar e 19% do etanol, considerando a receita da safra 20/21). Além disso, parte do passivo (amortização/juros de dívidas e pagamentos a fornecedores) é atrelada a moedas estrangeiras, majoritariamente o dólar americano. Sendo assim, parte da receita de exportação é utilizada para pagar seus passivos, reduzindo o efeito das oscilações da taxa cambial.

A taxa de câmbio BRL/USD é uma variável importante para a rentabilidade da Companhia, e sua volatilidade impacta diretamente os resultados. O hedge da exposição cambial é realizado seguindo as diretrizes da política financeira, controles e monitoramentos contínuos são realizados pela área Financeira em conjunto com a área de gestão de riscos.

Descrição Quantitativa

Em decorrência a exposição da companhia a moeda americana é observado a volatilidade das últimas duas safras (USD/BRL Ptax):

Últimas duas Safras	Safra 19/20	Safra 20/21
Volatilidade	13%	22%

Conforme item 23.1 das notas explicativas publicadas em 31/03/2021 a análise de sensibilidade abaixo demonstra possíveis efeitos da volatilidade cambial nas contas Caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes, e empréstimos financeiros. Essa exposição não considera instrumentos utilizados para *hedge accounting*.

Consolidado	Fator de Risco	Impactos no Resultado		
		Cenários Prováveis 5%	Cenários Possíveis 25%	Cenários Possíveis 50%
Caixa e Equivalente de Caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(14.330)	(71.651)	(143.301)
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(4.766)	(23.832)	(47.664)
Empréstimos e financiamentos	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(127)	(637)	(1.275)

A volatilidade do dólar das últimas duas safras

Preços Açúcar e Etanol

Descrição Qualitativa

A Companhia está sujeita a variações de preços açúcar e etanol. A maior exposição está atrelada aos preços internacionais do açúcar. Conforme comentado no item 4.1, fatores externos podem impactar os preços destes produtos. As estratégias, alçadas e detalhes para a proteção contra este risco, bem como a utilização de instrumentos financeiros para fins de hedge, são formalizados em documentos internos e acompanhados pelas áreas Comercial, Financeira e Gestão de Riscos e discutidas semanalmente no comitê de posições.

Descrição Quantitativa

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

O quadro abaixo demonstra a volatilidade dos preços de açúcar nas últimas duas safras e posição com hedge em 31/03/2021.

Últimas duas Safras	Safra 19/20	Safra 20/21
Volatilidade	26%	32%

Taxa de Juros

A companhia está exposta a variações da taxa de juros interna e externa, que podem impactar seu custo de capital de terceiros. Atualmente o endividamento líquido da companhia é R\$ 2,7 bi sendo 63% em moeda local e 37% em moeda estrangeira conforme release publicado em 21/06/2021.

São utilizados instrumentos financeiros para proteção deste risco, cujo monitoramento realizado pela área Financeira e Gestão de Riscos como forma de mitigação. A alta volatilidade de stress nos juros podem impactar os resultados da companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**a) Processos Administrativos:**

Processo nº 13856.000971/2007-15	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	27/12/2007
d. partes no processo	União Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 30.598.734,77 R\$ 458.981,02 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para exigência de Contribuição Previdenciária incidente sobre as receitas de exportações indiretas realizadas via Coopersucar nos períodos de 05/2002 a 12/2003. Em 04/2009, a impugnação foi julgada parcialmente procedente, com o cancelamento de parte da exigência decaída, motivo pelo qual houve recurso de ofício; a responsabilidade solidária e os lançamentos remanescentes foram mantidos; houve reconhecimento de concomitância entre o processo administrativo e mandado de segurança. Em 05/2009, as devedoras solidárias e a São Martinho apresentaram recurso voluntário dirigido ao CARF. Em 04/02/2021, o recurso voluntário foi encaminhado ao conselheiro Gregorio Rechmann Junior, integrante da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 2ª Seção, e aguarda inclusão em pauta de julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.

Processo nº 15956.000.508/2010-76	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	28/09/2010
d. partes no processo	União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 59.392.232,59 R\$ 890.883,49 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Auto de infração que contempla a exigência de Contribuição Previdenciária incidente sobre as receitas de exportações indiretas realizadas via Coopersucar, além da venda, no mercado interno, de bens e insumos diversos, no período de 01/2006 a 12/2008. Parte dos débitos foi incluída em parcelamento, de modo que a discussão seguiu apenas em relação às exigências vinculadas às exportações. Em 10/2010, a São Martinho e as Solidárias apresentaram impugnação. Em 13/04/2011, a impugnação foi conhecida apenas em parte pela DRJ em razão da concomitância com mandado de segurança. Na parte conhecida, deu-se parcial provimento para afastar a

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	<p>multa e os encargos de mora incidentes sobre as operações de exportação, motivo pelo qual houve recurso de ofício; a responsabilidade solidária e os lançamentos remanescentes foram mantidos. Em 20/04/2015, a São Martinho e as Solidárias apresentaram recurso voluntário dirigido ao CARF. Em 30/08/2017, o processo foi encaminhado à origem após formalização de acórdão que negou provimento aos recursos de ofício e voluntário. Em 12/12/2017, as empresas opuseram embargos de declaração. Em 05/12/2018, os embargos de declaração foram acolhidos, com o reconhecimento de que a concomitância não atinge as solidárias. Nessa ocasião, os seus recursos voluntários foram julgados procedentes, com o cancelamento das cobranças remanescentes. Em 02/2019, a Fazenda Nacional apresentou recurso especial de divergência. Em 07/2019, as empresas apresentaram contrarrazões ao recurso especial. Em 03/2020, a Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF negou provimento ao recurso especial da Fazenda Nacional, mantendo o cancelamento das exigências atinentes às exportações via cooperativa. A Fazenda Nacional não apresentou recurso contra o acórdão, de modo que este se tornou definitivo. Em 05/2020, autos remetidos à origem para intimação das empresas. Em 19/03/2021, opostos embargos de declaração por meio dos quais busca-se esclarecimento quanto à extensão do cancelamento das exigências pelo CARF, que não se limita às responsáveis solidárias, atingindo também a devedora principal.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.

Processo nº 15956.000551/2010-31	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	13/10/2010
d. partes no processo	União Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 20.622.698,74 R\$ 412.453,97 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado para contemplar a cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre as receitas de exportações indiretas realizadas via Coopersucar, além de receitas decorrentes da comercialização da produção realizada no mercado interno, bem como contribuições previdenciárias decorrentes de remuneração indireta a dirigentes, relativos aos períodos de 04/2006 a 12/2008. Em 12/11/2010, foram apresentadas impugnações pela atuada e respectivos solidários, tendo sido os recursos julgados improcedentes pela DRJ. Em 28/03/2016, as devedoras solidárias e a São Martinho apresentaram recurso voluntário dirigido ao CARF, o qual aguarda distribuição para posterior julgamento.
g. chance de perda	Possível

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.
--	--

Processo nº 15956.000510/2010-45	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	28/09/2010
d. partes no processo	União Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 76.145.939,91 R\$ 1.142.189,10 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	<p>Auto de Infração visando à cobrança de supostos débitos de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2005. Impugnação em 10/12/2010; recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais em 14/01/2011; memoriais de julgamento apresentado em 10/04/2012, foi convertido em diligência, a empresa foi intimada a prestar esclarecimentos a respeito dos financiamentos securitizados por ela contratados. Em 23.03.2017, foi dado integral provimento ao Recurso Voluntário em julgamento ocorrido. Em 13.06.2017 foi publicado Acórdão, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade, em afastar a decadência, e no mérito, em dar provimento ao recurso. Em 19.07.2017 o Procurador interpôs Recurso Especial. Em 22.08.2017 intimação para apresentar contrarrazões ao referido Recurso. Em 06.09.2017 juntada no processo das Contrarrazões ao Recurso Especial da Fazenda. O processo foi incluído em pauta para julgamento do dia 17.01.2019, ocasião em que o Recurso Especial fazendário foi provido, para não aplicar o benefício da depreciação acelerada incentivada nas despesas inerentes à lavoura de cana-de-açúcar. Em 09.05.2019, a empresa foi intimada sobre a referida decisão, bem como sobre o retorno dos autos ao colegiado de origem para apreciação de questões que não haviam sido anteriormente examinadas no Recurso Voluntário. As questões remanescentes do referido recurso foram julgadas em 22.01.2020, ocasião em que se decidiu pela determinação de diligência. A referida decisão foi publicada em 17.03.2020. Em 22.04.2020 notificação sobre Termo de Intimação nº 1, que lhe concedeu prazo para apresentação de documentos e informações. Apresentada em 22.05.2020, as informações requeridas pelo Fisco. Após a conclusão da diligência, apresentada, em 19.08.2020, manifestação requerendo esclarecimentos da Fiscal acerca da apuração dos valores de IRPJ e CSLL postergados e dos cálculos dos débitos remanescentes efetivamente em discussão.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 15956.720198/2011-91	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	13/12/2011
d. partes no processo	União Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 62.854.291,06 R\$ 942.814,37 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	<p>Auto de Infração visando à cobrança de supostos débitos de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2007. Impugnação em 12/01/2012. Em 03.05.2013, a empresa tomou ciência da decisão que negou provimento à defesa apresentada e, em 29.05.2013, interpôs Recurso Voluntário. Em 03.06.2014, foi realizada sessão de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, na qual foi realizada sustentação oral, tendo o processo sido baixado para diligência com o objetivo de verificar: (i) os valores relativos ao PESA; (ii) a questão da depreciação das máquinas e (iii) a questão da postergação do pagamento. Em 29.05.2015, recebido o Relatório Fiscal Conclusivo e Intimação Fiscal - SEFIS nº 128/2015. Em 25.06.2015, foi apresentada resposta sobre as referidas conclusões. Em 29.05.2015, recebido o Relatório Fiscal Conclusivo e Intimação Fiscal - SEFIS nº 128/2015. Em 25.06.2015, apresentada resposta sobre as referidas conclusões. O processo foi incluído na pauta do dia 06.04.2016 para julgamento do Recurso Voluntário interposto pela empresa. Em razão da extensão da pauta, o julgamento foi adiado e reincluído na pauta do dia 05.05.2016, ocasião em que foi realizada sustentação oral. Não obstante, foi pedido vistas do processo por um dos conselheiros, de modo que o julgamento do caso foi adiado para a próxima sessão. Em 18.05.2016, a empresa apresentou petição requerendo a juntada de documentos adicionais, a fim de fazer a comprovação da postergação dos tributos também no ano de 2015. Em 23.05.2016, o processo foi incluído em pauta de julgamento do dia 08.06.2016, ocasião em que realizamos novamente sustentação oral, tendo sido convertido o julgamento em diligência para que fosse determinado ao Agente Fiscal manifestação expressa sobre a ocorrência de postergação de pagamento especificamente nos anos de 2008, 2009 e 2010, que são os exercícios que antecederam a lavratura do Auto de Infração e sucederam o ano autuado (2007). Em resposta ao termo de intimação, recebido em 05.08.2016, a empresa apresentou petição juntando os documentos que comprovam a ocorrência de pagamento nos anos de 2008, 2009 e 2010. Em 26.12.2016, recebida pela empresa a diligência realizada neste processo. Em razão disso, apresentada manifestação acerca da diligência em 20.01.2017. Processo incluído em pauta para julgamento do dia 27.07.2017 momento em que, após a sustentação oral da empresa, foram solicitadas vistas dos autos pelo Conselheiro José Carlos de Assis. O processo foi reincluído para julgamento na pauta do dia 17.08.2017, ocasião em que, após a realização de nova sustentação oral, os</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	<p>Conselheiros votaram pelo provimento do Recurso Voluntário e pelo cancelamento integral da autuação.</p> <p>Em 08.09.2017, foi publicado Acórdão dando provimento, por maioria de votos, ao Recurso Voluntário.</p> <p>Em 17.10.2017 a Fazenda interpôs Recurso Especial contra a decisão proferida. O processo foi incluído em pauta para julgamento do dia 17.01.2019, ocasião em que o Recurso Especial fazendário foi provido, para não aplicar o benefício da depreciação acelerada incentivada nas despesas inerentes à lavoura de cana-de-açúcar. Em 09.05.2019, a empresa foi intimada sobre a referida decisão, bem como sobre o retorno dos autos ao colegiado de origem para apreciação de questões que não haviam sido anteriormente examinadas no Recurso Voluntário. Em 10.10.2019, a empresa promoveu a juntada de documentos complementares inerente às adições que foram realizadas pela empresa, referentes às despesas incorridas com a lavoura canavieira em 2007. O novo julgamento foi pautado para 15.10.2019, ocasião em que foi determinado o cancelamento do lançamento. A referida decisão foi publicada em 05.11.2019. Em 20.11.2019, foi interposto Recurso Especial pela Fazenda. Em 17.03.2020, a empresa apresentou contrarrazões ao recurso fazendário.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.

Processo nº 15956.720.233/2013-33	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	23/12/2013
d. partes no processo	União Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 90.753.993,11 R\$ 1.361.309,90 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	<p>Auto de Infração visando à cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro - CSL relativa ao ano-base de 2009. Em 29.04.2016, a empresa foi cientificada da decisão que concluiu pela manutenção do lançamento fiscal. Em razão disso interpôs Recurso Voluntário, em 24.05.2016, requerendo a reforma da decisão recorrida, a fim de que o Auto de Infração seja julgado totalmente improcedente, com a consequente extinção do crédito tributário exigido. O processo foi incluído em pauta de julgamento para o dia 25.01.2017, momento em que o julgamento foi convertido em diligência. Em 15.02.2017, apresentado Embargos de Declaração ante o Acórdão proferido. Posteriormente, apresentada manifestação requerendo a juntada dos documentos solicitados pelo Agente Fiscal no curso da diligência, bem como requerendo a juntada posterior do LALUR de 2010, o que foi devidamente cumprido pela empresa em 26.04.2017. O processo foi incluído em pauta de julgamento</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	<p>para o dia 22.11.2017, contudo, foi retirado por falta de quórum dos julgadores. O processo foi novamente incluído em pauta de julgamentos do dia 13.12.2017 e retirado por determinação do presidente. O processo foi incluído em pauta de julgamentos do dia 24.01.2018, sendo que em tal julgamento, foi dado integral provimento ao Recurso Voluntário da empresa. Em 27.02.2018, foi publicado o Acórdão. A Fazenda interpôs Recurso Especial contra a decisão proferida. Em 14.05.2018, a empresa apresentou contrarrazões ao recurso fazendário. O processo foi incluído em pauta para julgamento do dia 17.01.2019, ocasião em que o Recurso Especial fazendário foi provido, para não aplicar o benefício da depreciação acelerada incentivada nas despesas inerentes à lavoura de cana-de-açúcar. Em 12.04.2019, a empresa foi intimada sobre a referida decisão, bem como sobre o retorno dos autos ao colegiado de origem para apreciação de questões que não haviam sido anteriormente examinadas no Recurso Voluntário. O julgamento foi pautado para 18.09.2019, ocasião em que se decidiu pela determinação de diligência para que se analise o argumento da postergação. Em 02.10.2019, a empresa promoveu a juntada de documentos complementares inerente às adições que foram realizadas pela empresa de 2010 até hoje, referentes às despesas incorridas com a lavoura canavieira em 2009. Em 12.04.2020, a empresa foi notificada sobre Termo de Intimação nº 34, que lhe concedeu prazo para se manifestar sobre o parecer do agente fiscal. A empresa se manifestou em resposta ao parecer, em 12.05.2020 e 27.05.2020.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.

Processo nº 15956-720.292/2014-92	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	27/10/2014
d. partes no processo	União Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 8.259.820,31
f. principais fatos	Auto de Infração decorrente de contabilização das receitas em virtude de vendas para entregas futuras. Em 08.01.2015, foi apresentada Impugnação pela empresa ao Auto de Infração. Em 06.10.2020, a empresa foi intimada sobre decisão que indeferiu sua Impugnação. Em 04.11.2020 face da decisão proferida, protocolamos Recurso Voluntário que aguarda julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 10840-901.113/2016-61	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	31/10/2016
d. partes no processo	União Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 9.387.517,84
f. principais fatos	<p>Despacho decisório recebido em 17/10/2016 glosando créditos de COFINS referente ao 3º trimestre de 2012, apropriados sobre: (i) aquisições de insumos e encargos de depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado utilizados na fase agrícola do processo de produção (cultivo da cana-de-açúcar); (ii) despesas com o arrendamento de terras agrícolas, (iii) amortização de plantio, (iv) insumos relacionados à venda de cana formada em razão de expressa vedação.</p> <p>No dia 14/11/2016 foi protocolada Manifestação de inconformidade sustentando a legitimidade dos créditos tendo em vista que se relacionam com insumos utilizados pela Companhia.</p> <p>Em 13/03/2018 foi protocolada petição informando o julgamento do REsp 1.221.170/PR, julgado pela sistemática de recursos repetitivos, no qual restou decidido a possibilidade de créditos de PIS/COFINS com base no critério da essencialidade e relevância. Aguardando decisão de 1ª Instância administrativa.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.

Processo nº 10840-900.998/2016-81	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	31/10/2016
d. partes no processo	União Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 7.881.637,31
f. principais fatos	<p>Despacho Decisório recebido em 17/10/2016 glosando créditos de COFINS referente ao 3º trimestre de 2011, apropriados sobre: (i) aquisições de insumos e encargos de depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado utilizados na fase agrícola do processo de produção (cultivo da cana-de-açúcar); (ii) despesas com o arrendamento de terras agrícolas, (iii) amortização de plantio, (iv) insumos relacionados à venda de cana formada em razão de expressa vedação; (v) aquisição de produtos sujeitos à alíquota zero.</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	<p>No dia 14/11/2016 foi protocolada Manifestação de inconformidade sustentando a legitimidade dos créditos tendo em vista que se relacionam com insumos utilizados pela Companhia.</p> <p>Em 13/03/2018 - Protocolo de Petição informando o julgamento do REsp 1.221.170/PR, julgado pela sistemática de recursos repetitivos, no qual restou decidido a possibilidade de créditos de PIS/COFINS com base no critério da essencialidade e relevância.</p> <p>Aguardando decisão de 1ª Instância.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	<p>Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível.</p> <p>Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.</p>

Processo nº 4.01.16.032671-46	
a. juízo	Secretaria da Fazenda/GO
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/11/2016
d. partes no processo	Secretaria da Fazenda/GO
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 13.376.980,66
f. principais fatos	<p>Trata-se de Auto de Infração lavrado no dia 7/11/2016, questionando a suposta escrituração indevida de créditos de ICMS oriundos do Registro de Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIAP – em que o contribuinte apropriou créditos de bens destinados à construção civil e atividades alheias às atividades-fim do estabelecimento, durante o período de janeiro de 2011 a dezembro de 2013. Além disso, o Auto de Infração alega suposto erro no cálculo do coeficiente de creditamento.</p> <p>No dia 23/01/2017 foi protocolada Impugnação sendo o julgamento em 1ª Instância convertido em diligência em 23/10/2017 para solicitar esclarecimentos adicionais acerca do uso e destinação dos bens do ativo imobilizado objeto da autuação.</p> <p>Em 22/11/2017 a Companhia apresentou planilha com parcela das informações solicitadas e requereu prazo adicional (15 dias corridos) às autoridades fiscais para apresentação do restante das informações e em 08/12/2017 apresentou o restante das informações solicitadas.</p> <p>No dia 20/12/2017 houve a adesão ao Programa de Parcelamento no Estado com relação à parte do crédito tributário objeto de questionamento e em 24/01/2018 protocolada petição requerendo o recálculo do AIIM.</p> <p>Em 03/04/2018, foi protocolada Manifestação à Diligência Fiscal de fls. 292/308. Em 02/05/2018, teve-se o protocolo de Manifestação Complementar. Em 10/01/2019, processo sorteado para julgamento (processo com o Relator para decisão - Laurismar Braz da Costa). Em 16/07/2019, julgamento do processo novamente convertido em diligência. Em 12/08/2019, ciência de notificação para apresentação de documentos e esclarecimentos. Em 27/08/2019, protocolada Resposta à Diligência Fiscal. Em 04/10/2019, Companhia intimada de resultado da Diligência. Em 04/11/2019, protocolada Manifestação à Diligência. Em</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	<p>29/11/2019, os autos do processo foram distribuídos para o julgador singular Guilherme Lopes de Moraes. Em 13/12/2019, processo sorteado para julgamento. Em 05/03/2020, publicado Despacho Decisório nº 357/2020, que visa a distribuição dos autos para novo julgador singular (Laurismar Braz de Costa). Aguardando decisão de 1ª Instância. Em 29/04/2020 proferido despacho decisório nº 849/2020. Referido despacho visa tão somente o encaminhamento dos autos do processo para a análise do julgador singular (Laurismar Braz de Costa), vez que, por motivos desconhecidos, não houve o cumprimento do despacho decisório nº 357/2020. Em 25/05/2020 os autos do processo foram recebidos pelo julgador singular (Laurismar Braz de Costa). Em 19/06/2020 processo sorteado para julgamento. Em 29/12/2020 proferido despacho decisório nº 2975/2020 de Primeira Instância requisitando ao contribuinte a apresentar a relação definitiva dos bens elencados às fls. 629/635, que tenham sido, de fato, desconsiderados pela autoridade fiscal, tomando como base as planilhas 'BENS DESCONSIDERADOS', Exercícios 2011, 2012 e 2013. 01/02/2021: O correspondente no Estado de Goiás (Sr. Marco Thulio) tomou ciência do despacho decisório nº 2975/2020. Em 01/03/2021, o correspondente no Estado de Goiás (Sr. Marco Thulio) procedeu com o protocolo da Resposta à Intimação.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.

Processo nº 4.01.19.012651-92	
a. juízo	Secretaria da Fazenda/GO
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	06/06/2019
d. partes no processo	Secretaria da Fazenda/GO
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 10.828.302,94
f. principais fatos	<p>Auto de Infração – ICMS – Omissão de pagamento no período de 01/06/2014 a 30/04/2019, em adoção de procedimento irregular de apuração do crédito outorgado do álcool anidro. Em 02/07/2019 Notificação do auto de infração. Em 27/08/2019 Protocolada a impugnação Administrativa em 1ª Instância para cancelar integralmente o auto de infração e excluir os sujeitos passivos solidários ante inexistência de responsabilidade tributária solidária. Em 20/03/2020 Processo convertido em diligência para manifestação do contribuinte sobre os argumentos fazendários. Em 17/04/2020 – apresentada manifestação do contribuinte e dos coobrigados quanto aos argumentos do Fisco e da Diligência, requerendo o cancelamento integral do AIIM, na medida em que o critério da dedução proporcional pelo não estorno não guarda qualquer relação de pertinência com o princípio constitucional da não-cumulatividade do ICMS, e requerendo a exclusão dos coobrigados, por ausência de comprovação legal dos requisitos mínimos para imposição da solidariedade tributária.</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.

Processo nº 4.131.811-0	
a. juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	18/03/2020
d. partes no processo	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 19.653.735,31
f. principais fatos	Auto de Infração de ICMS, imputando crédito indevido do imposto relacionado a bens do ativo permanente, os quais, no entender do Fisco Paulista não geram direito a crédito por se tratar de partes e peças de reposição de maquinário principal, ou por se tratarem de bens alheios a atividade do estabelecimento. Em 17/04/2020, protocolada a defesa administrativa, solicitando o cancelamento integral do auto de infração, em razão do direito ao crédito, pois os bens objeto da glosa, de fato, estão vinculados à atividade agroindustrial e pertencem ao maquinário da empresa; Em 01/06/2020, petição juntando laudo pericial; Em 14/07/2020, Processo Convertido em diligência, sendo aceito a juntada posterior da prova(laudo pericial) e determinada a manifestação da autoridade administrativa; 19/11/2020 Decisão de Primeira Instância reduzindo parcialmente o crédito tributário, nos seguintes termos: multa diminuída para R\$ 8.766.457,00 (oito milhões, setecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais), imposto diminuído para R\$ 7.829.579,65 (sete milhões, oitocentos e vinte e nove mil e quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e cinco centavos); Em 20/01/2021 Parecer em Recurso de Ofício da Fazenda; Em 21/01/2021 Intimação para a empresa apresentar contrarrazões ao Recurso de Ofício e Recurso Ordinário; Em 22/02/2021 Protocolado Recurso Ordinário e contrarrazões ao Recurso de Ofício; 22/03/2021 Deferido o processamento do recurso da empresa, sendo intimada a Fazenda a se Manifestar.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.

Processo nº 16561.720111/2019-39	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

c. data de instauração	03/09/2020
d. partes no processo	Receita Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 6.515.784,14
f. principais fatos	O Auto de Infração onde a empresa figura como responsável solidária (art. 124, I do CTN). O presente processo pretende exigir valores supostamente devidos a título de IRPJ/CSL, relativos aos anos-calendários de 2014 a 2016, decorrentes de suposta dedução indevida de despesas de amortização fiscal de ágio. Em 13/12/2019, houve ciência do Auto de Infração. Em 13/01/2020 foi apresentada impugnação. Em 19/08/2020, decisão de primeira instância negando provimento à impugnação. Em 29/09/2020 foi apresentado os Recurso Voluntário. Aguardando julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.

Processo nº 10840.904178/2020-45

a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	25/08/2020
d. partes no processo	Receita Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 6.512.772,63
f. principais fatos	Despacho decisório relativo a não homologação de compensação de saldo negativo do IRPJ, exercício de 2014, pelo fundamento de que não houve comprovação das retenções informadas, bem como pelo fato de que as estimativas anuais foram compensadas e não homologadas. Em 25/08/2020 Notificação do lançamento. Em 21/09/2020 apresentada manifestação de inconformidade, alegando legitimidade das estimativas compensadas em 2014, as quais também foram objeto de manifestação de inconformidade ainda não julgadas até a presente data, e, também, comprovamos as retenções do imposto de renda no ano calendário. Aguardando julgamento de 1ª instância administrativa.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.

Processo nº 10840.907517/2020-45

a. juízo	Receita Federal
----------	-----------------

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

b. instância	Administrativa
c. data de instauração	06/11/2020
d. partes no processo	Receita Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 11.543.485,98
f. principais fatos	Despacho decisório relativo a não homologação de compensação de saldo negativo do IRPJ, exercício de 2015, pelo fundamento de que não houve comprovação das retenções informadas, bem como pelo fato de que as estimativas anuais foram compensadas e não homologadas. Em 09/11/2020 Notificação do lançamento. Em 07/12/2020 apresentada manifestação de inconformidade, onde alegamos a legitimidade das estimativas compensadas em 2015, as quais também foram objeto de manifestação de inconformidade ainda não julgadas até a presente data, e, também, comprovamos as retenções do imposto de renda no ano calendário. Aguardando julgamento de 1ª instância administrativa.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.

Processo nº 10840.908520/2020-86	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	25/01/2021
d. partes no processo	Receita Federal
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 6.172.733,92
f. principais fatos	Despacho decisório relativo a não homologação de compensação de saldo negativo da CSLL, relativo ao Exercício de 2015, pelo fundamento de que não houve comprovação das retenções informadas, bem como pelo fato de que as estimativas anuais foram compensadas e não homologadas. Em 25/01/2021 notificação do lançamento. Em 23/02/2021 apresentada manifestação de inconformidade, onde alegamos a legitimidade das estimativas da CSLL compensadas em 2015, as quais também foram objeto de manifestação de inconformidade ainda não julgadas até a presente data, e, também, comprovamos as retenções da CSLL no ano calendário. Aguardando julgamento de 1ª instância administrativa.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**b) Processos Judiciais:**

Processo nº 5002828-22.2019.4.03.6102	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Judicial
c. data de instauração	25/04//2019
d. partes no processo	Receita Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 444.082.578,56
f. principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado em 24/04/2019 no qual se questiona a incidência de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre valores transferidos pela Copersucar a suas cooperadas em função do rateio de verba indenizatória decorrente das diferenças entre os preços de álcool e açúcar calculados pela FGV e aqueles fixados pelo IAA entre março/1985 e outubro/1989. Em 29/04/2019 liminar indeferida. Em 20/09/2019 a segurança foi denegada pela sentença de primeiro grau, contra a qual a empresa interpôs Recurso de Apelação. Atualmente, aguarda-se o julgamento da Apelação.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que o valor envolvido no processo está depositado judicialmente, em caso de perda não haverá impacto negativo na situação financeira da empresa.

Ação Anulatória nº 5004373-93.2020.4.03.6102	
a. juízo	Justiça Federal
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	24/06/2020
d. partes no processo	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 16.423.939,66 R\$ 281.004,94 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Trata-se de ação de procedimento comum, com pedido de tutela provisória distribuída em 24/06/2020. Em 06/07/2020 proferida sentença deferindo parcialmente a tutela provisória para determinar à ré que não obste a expedição de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, em favor da autora, desde que não haja outros débitos, além daqueles apurados no Procedimento Administrativo n. 15956.720140/2012-28 e também para determinar que o nome da autora não seja incluído ou mantido no CADIN, em razão do mencionado débito. Em 22/07/2020 a União apresentou contestação e interpôs embargos de declaração frente sentença proferida no dia 06/07/2020. Em 03/08/2020 peticionamos requerendo o aditamento da tutela cautelar antecedente para ação anulatória, com requerimento de tutela antecipada mediante garantia. Em 24/08/2020 apresentamos manifestação acerca da contestação e embargos de declaração da União. Em 28/09/2020 proferida decisão acolhendo os embargos de declaração para indeferir a tutela provisória requerida. Em 06/10/2020 empresa protocolou

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	embargos de declaração contra a decisão que acolheu os embargos da União, para indeferir a tutela provisória. Em 26/10/2020 União apresentou contestação aos embargos da empresa datado de 06/10/2020. Em 19/11/2020 o julgamento foi convertido em diligência. Em decisão proferida em 04/12/2020 os embargos foram julgados prejudicados, a União aceitou o seguro ofertado para garantir o débito tributário e, foi deferida a vistoria pleiteada na inicial. Em 14/12/2020 peticionamos informando o endereço para realização da vistoria. Em 22/02/2021 houve alteração da classe processual de Tutela Cautelar Antecedente para Procedimento Comum Cível.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que o valor envolvido no processo está garantido através de seguro garantia arrolado na Execução Fiscal nº 5004987-98.2020.4.03.6102 não haverá impacto negativo na situação financeira da empresa

Execução Fiscal nº 5004987-98.2020.4.03.6102	
a. juízo	Justiça Federal
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	21/07/2020
d. partes no processo	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 16.423.939,66
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal, ajuizada pela Procuradoria da Fazenda Nacional para cobrança das CDA's de número 80.2.20.112519-34 e 80.6.20.211452-06 do processo administrativo 15956.720140/2012-28. Em 06/08/2020, diante da presente execução fiscal, foi oferecido como garantia, conforme art. 9º da Lei n. 6.830/86, o SEGURO GARANTIA. Foi requerida a imposição de qualquer medida restritiva, tal como CADIN, SERASA, PROTESTO, SPC, bem como seja impeditivo para expedição de certidão positiva com efeitos de negativa. Em 28/08/2020 a União se manifestou quanto ao Seguro ofertado, momento em que requereu que apresentássemos a apólice do seguro. Em 04/09/2020 protocolo dos embargos à execução fiscal (5006004-72.2020.4.03.6102). Em 17/09/2020 apresentados os documentos referentes ao seguro garantia ofertado, de modo a cumprir as exigências apresentadas pela União nos autos da execução fiscal. Em 20/10/2020 União se manifestou quanto aos documentos apresentados, informando que se encontram preenchidos os requisitos estabelecidos na Portaria PGFN Nº 167/2014, aceitando assim a garantia ofertada. Em 15/12/2020 foi determinada a suspensão da execução fiscal até o julgamento dos embargos. Em 04/02/2021, a União manifestou-se nos autos requerendo que seja transladada a decisão de eventual recebimento dos embargos e os efeitos em que foram recebidos. Em 30/03/2021 peticionamos nos autos requerendo a exclusão da empresa no cadastro do SERASA, em razão de garantia apresentada e oposição de Embargos com efeito suspensivo. Aguardando julgamento.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que os valores envolvidos no processo estão garantidos através de seguro garantia não haverá impacto negativo na situação financeira da empresa.

Ação Anulatória nº 5009414-75.2019.4.03.6102	
a. juízo	Justiça Federal
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	17/12/2019
d. partes no processo	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 18.575.711,66 R\$ 621.797,65 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Trata-se de ação de procedimento comum, com pedido de tutela provisória. Em 19/12/2019 tutela provisória deferida. Em 21/01/2020 apresentada emenda à inicial, visando a anulação do crédito tributário apurado no processo administrativo n. 15956.000497/2010-24, transformando a ação de procedimento comum em ação anulatória com pedido de tutela provisória. Em 17/03/2020 a tutela foi indeferida. Em 30/03/2020 apresentado embargos de declaração. Em 03/06/2020 a União apresentou contestação e, contrarrazões aos embargos de declaração. Em 25/06/2020 embargos de declaração rejeitados. Em 13/07/2020 interposto Agravo de Instrumento (5018934-95.2020.4.03.0000) perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em 21/07/2020 foi proferida decisão nos autos do agravo, no sentido de indeferir o efeito suspensivo. Em 13/10/2020 apresentada Réplica a contestação apresentada pela Procuradoria da Fazenda Nacional. Em 29/10/2020 foi proferido despacho, mantendo as decisões pelos seus próprios fundamentos. Em 23/11/2020 apresentamos requerimento quanto à produção de provas: (i) - prova pericial agrônômica e contábil; e (ii) – inspeção judicial. Em 25/11/2020 foi deferida a realização de inspeção judicial. Em 01/12/2020 a União peticionou requerendo: (i) - em nome da economia e celeridade processuais, a reconsideração do despacho de id. nº 42375904 para que se indefira todo e qualquer meio de prova e, por consequência, se julgue antecipadamente o mérito (art. 355, I, CPC); (ii) - subsidiariamente, a reconsideração do referido despacho para indeferir o pedido de realização de inspeção judicial da lavoura canvieira e de perícia agrônômica, por se cuidar de diligências desnecessárias. Em despacho proferido em 17/12/2020, foi mantido o deferimento da inspeção judicial.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que o valor envolvido no processo está garantido através de seguro garantia arrolado na Execução Fiscal nº 5004159-05.2020.4.03.6102 não haverá impacto negativo na situação financeira da empresa.

Execução Fiscal nº 5004159-05.2020.4.03.6102	
a. juízo	Justiça Federal

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	15/06/2020
d. partes no processo	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 18.575.711,66
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em 15/06/2020 para cobrança de valores referente às CDA's de número 80.6.20 034350-52, 80.2.20.017725-40, processo administrativo 15956.000497/2010-24. Em 19/06/2020 foi indeferido o pedido de bloqueio via BACENJUD. Em 29/01/2021 foi expedida carta precatória para bloqueio de bens. Em 03/03/2021 protocolada petição informando a existência da ação anulatória de número 5009414-75.2019.4.03.6102 e requerendo suspensão da execução fiscal por 15 (quinze) dias, para que seja possível a emissão do ENDOSSO DO SEGURO GARANTIA pela seguradora e transferência da garantia para os autos da execução fiscal. Em 08/03/2021 juntamos aos autos o endosso do SEGURO GARANTIA registrado sob o nº 57202019810107750009533301969.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que o valor envolvido no processo está garantido através de seguro garantia não haverá impacto negativo na situação financeira da empresa.

Processo nº 5007583-55.2020.4.03.6102	
a. juízo	Justiça Federal
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	11/11/2020
d. partes no processo	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2021	R\$ 5.289.980,98 R\$ 1.080.860,11 (valor provisionado referente aos honorários de êxito)
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em 11/11/2020 que tem por objeto a cobrança da contribuição incidente sobre a receita bruta (art. 22-A da Lei n. 8.212/91), apurada no Processo Administrativo n. 10865.002245/2007-30 (CDA n. 35.927.733-0). Em 18/12/2020 foi protocolado nos autos apólice do seguro garantia ofertado. Em 04/02/2021 protocolo de Embargos à Execução Fiscal (5000948-24.2021.4.03.6102) recebidos com efeito suspensivo. 04/02/2021 Distribuído os Embargos à Execução Fiscal pela empresa.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Tendo em vista que o valor envolvido no processo está garantido através de seguro garantia arrolado na Execução Fiscal nº 5007583-55.2020.403.6102 não haverá impacto negativo na situação financeira da empresa.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Em 31 de março de 2021 não havia processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Em 31 de março de 2021, processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4:

Processo judicial sob sigilo de justiça	
a. análise do impacto em caso de perda do processo	Diante dos valores envolvidos no processo e o atual cenário da discussão, o processo está classificado como possível. Mensalmente a classificação é revisada. Caso haja uma alteração da chance de perda para provável, a companhia provisionará os valores.
b. valores envolvidos em 31/03/2021	R\$ 499.732.416,39

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Em 31 de março de 2021, as demandas repetitivas ou conexas não sigilosas e que em conjunto são relevantes se referem ao âmbito:

1) Ambiental:

Fato e/ou causa jurídica	Sanções administrativas ambientais decorrentes de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, cuja validade está sendo questionada administrativa e judicialmente.
Valores envolvidos	R\$ 6.728.343,12
Valor provisionado se houver	R\$ 1.673.482,16
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A contingência decorre da operação agrícola da emissora e suas controladas.

2) Cível:

Fato e/ou causa jurídica	Indenização por danos materiais e morais, decorrente de acidente de trânsito envolvendo veículo da emissora ou suas controladas;
Valores envolvidos	R\$ 24.597.333,71
Valor provisionado se houver	R\$ 19.971.889,75
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A contingência decorre da operação agrícola e industrial da emissora e suas controladas.

3) Trabalhista:

Fato e/ou causa jurídica	Diferenças de horas extras; supressão do intervalo intrajornada; adicionais de periculosidade e insalubridade; devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa. Autos de Infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e/ou Anulatórias para cancelar estes mencionados autos.
Valores envolvidos	R\$ 68.015.688,17
Valor provisionado se houver	R\$ 64.733.639,88
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Divergência de interpretação dada pela Companhia, empregados, Ministério Público do Trabalho e Emprego e sindicatos quanto a diversos fatos, dispositivos legais e instrumentos coletivos, relativo aos objetos acima suscitados.

4) Tributário:

Fato e/ou causa jurídica	Glosa de créditos de PIS/COFINS.
Valores envolvidos	R\$ 87.679.025,07
Valor provisionado se houver	R\$ 162.067,77
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Compensação de créditos originados da aquisição de insumos utilizados na fase agrícola do processo produtivo, aquisição de produtos sujeitos à alíquota zero e crédito presumido de etanol.

Fato e/ou causa jurídica	Glosa de créditos de ICMS
--------------------------	---------------------------

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Valores envolvidos	R\$ 13.903.993,74
Valor provisionado se houver	R\$ 1.935.701,50
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Compensação de créditos originados da aquisição de insumos utilizados na fase agrícola do processo produtivo, sobre bens destinados ao ativo imobilizado e créditos outorgados concedidos pelo Estado de Goiás.

Fato e/ou causa jurídica	Contribuição Previdenciária
Valores envolvidos	R\$ 33.417.994,60
Valor provisionado se houver	R\$ 1.502.620,73
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Recolhimento contribuição previdenciária: (i) no período de maio, agosto/1994 a janeiro/1997, decorrente do cotejo realizado entre a Lei nº 8.870/94 (§2º do art. 25), declarada inconstitucional pelo STF na ADI 1.103 – DF; (ii) exportação via ato coperado.

Fato e/ou causa jurídica	Glosa de saldo negativo de IRPJ/CSLL
Valores envolvidos	R\$ 28.636.020,33
Valor provisionado se houver	R\$ 89.293,58
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Antecipação dos pagamentos por estimativa realizados com créditos de PIS/COFINS que deram origem aos saldos negativos de IRPJ/CSLL posteriormente também utilizados para compensação.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Em 31 de março de 2021, a Companhia e suas controladas não possuem outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos:

Não aplicável.

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários:

Não aplicável.

c. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação:

Não aplicável.

d. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável:

Não aplicável.

e. outras questões do interesse dos investidores:

Não aplicável.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada em 30.8.2021 pelo Conselho de Administração, e estabelece diretrizes, estrutura, objetivos e estratégias.

A gestão de riscos é realizada com base nas diretrizes da Norma ISO 31000 – Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes, com adequações aos negócios da São Martinho.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i) os riscos para os quais se busca proteção

O objetivo da política é estabelecer princípios, diretrizes e atribuições no processo de gestão dos riscos, para a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento destes. As atividades de monitoramento e controle devem ser feitas observando as três linhas de defesa: 1ª: Áreas Proprietárias; 2ª: Áreas Suporte; 3ª: Áreas de Controle. A atividade de monitoramento e os níveis de riscos atribuídos deve ocorrer de forma responsável, diligente e desinteressada em cada uma das linhas de defesa.

A Matriz de Riscos é o principal instrumento utilizado pela Companhia para monitoramento de riscos. A Matriz é composta por 9 categorias de riscos: Pessoas (ex. acidentes, disponibilidade de pessoas), Terceiros (ex. passivos decorrentes de terceiros), Conformidade (ex. desvios de conduta, corrupção, fraude, proteção de dados pessoais, conflitos de interesse), Meio Ambiente (ex. contaminação, danos ambientais, incêndios), Jurídico e Regulatório (ex. descumprimento de obrigações legais ou contratuais, contencioso), Operacional (ex. falta de matéria prima, falhas em processos, processos logísticos, fornecedores, insumos), Cibernéticos (ex. invasões, ataques cibernéticos), Financeiro e Mercado (ex. variações de preços, cumprimento de covenants, risco de crédito, liquidez, indisponibilidade de financiamentos) e Riscos Emergentes (ex. pandemias, eventos climáticos, Riscos sistêmicos). Os riscos são monitorados e revisados mensalmente na Matriz de Riscos sendo reportados a Administração.

ii) os instrumentos utilizados para proteção

Além da Matriz de Riscos, os instrumentos utilizados para proteção variam conforme o tipo de risco, que variam desde a adoção de práticas, políticas e procedimentos, até a contratação de seguros.

Por citar alguns exemplos: *riscos financeiros e de mercado*: utilizados instrumentos financeiros para proteção da volatilidade dos preços; *riscos operacionais relacionados à matéria prima*: formalizados contratos com cláusulas prevendo obrigações e penalidades; *riscos relacionados ao meio ambiente*: existem políticas, procedimentos e ações preventivas; *riscos operacionais relacionados a acidentes e danos* são protegidos por contratos com parceiros de longo prazo e seguros.

iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos é formada pelo Conselho de Administração; Comitê Financeiro e Comitê de Auditoria; Presidência; Diretoria Executiva; Gerência de Riscos com atribuições descritas na tabela abaixo:

Conselho de Administração	Aprova a Política de Gestão de Riscos; Define e monitora os riscos estratégicos.
Comitê Financeiro	Analisa o risco e retorno das propostas de investimentos, desinvestimentos e alavancagem, incluindo operações de fusão, incorporação e cisão;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

	<p>Propõe ao Conselho de Administração a definição da matriz de riscos e limites de exposição, assim com medidas de proteção aos riscos financeiros;</p> <p>Efetua análise de tendência/comportamento do endividamento da Companhia, operações financeiras e bases regulares da gestão de "Hedge" de moeda e das posições da companhia em mercado futuro</p>
Comitê de Auditoria	<p>Acompanha a Gestão de Riscos e o cumprimento de seus objetivos;</p> <p>Avalia a efetividade dos sistemas de controles e do gerenciamento de riscos;</p> <p>Avalia e monitora a exposição de riscos da São Martinho e seus planos de mitigação.</p>
CEO e Diretor Jurídico, GRC e Relações Institucionais	Responsáveis pela gestão de riscos.
Diretoria Executiva	Toma as decisões e implementações de melhoria na gestão de riscos.
Gerência de Riscos	Monitora e comunica os indicadores de risco e ações de mitigação.

Os grupos de trabalho ("Comitês") utilizados para monitoramento de riscos são: Comitê de Posições; Reunião de Tesouraria; Comitê Tático de Conformidade e Comitê de S&OP.

Responsabilidades de Gestão de Riscos:

Comitê de Posições	Volatilidade de Preços Açúcar, Etanol, Energia e Câmbio	Risco de Mercado
Reunião de Tesouraria	Liquidez, Crédito, Taxa de Juros, Dívida	Risco Financeiro
Comitê Tático de Conformidade	Saúde e Segurança, Ambiental, Legal, Trabalhista	Risco de Compliance
S&OP	Mix de Produtos, Produção, Comercial, Logística, Contratos e etc.	Riscos Corporativos

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação de efetividade da política adotada.

Além da estrutura operacional utilizada na gestão de riscos, existem políticas específicas e procedimentos internos em cada uma das áreas.

A verificação da efetividade das políticas é realizada pela área de Controles Internos, pela própria área de Gestão de Riscos, existindo ainda, um plano de auditoria interna realizado por empresa independente.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada em 30.8.2021 pelo Conselho de Administração, e estabelece diretrizes, estrutura, objetivos e estratégias. A gestão de riscos baseia-se nas premissas da norma ISO 31000 – Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes, com adequações aos negócios da São Martinho.

Existem ainda políticas e procedimentos específicas da área comercial e financeira, que auxiliam no gerenciamento dos riscos.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado para os quais se busca proteção são taxa de câmbio e juros, preço de açúcar e etanol, conforme definido no item 4.2.

ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia de proteção se dá pela realização de *hedge*, gerenciados em intervalos temporais definidos por safra utilizando instrumentos financeiros.

iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Política de Precificação de Açúcar e Etanol estabelece diretrizes que visam proteger o preço médio de venda da companhia (em reais), ao definir critérios de precificação relativos à quantidade e preço objetivo. Os produtos oriundos de cana de terceiros seguem uma regra específica de precificação.

A Política de Operações Financeiras estabelece os limites operacionais e regras para execução do *hedge* cambial e, nesse sentido, cada operação é limitada a um valor específico de dólares que podem ser negociados. Tal política também estabelece um limite de operações de derivativos por contraparte de acordo com a nota de crédito de cada contraparte.

A Política de Gestão de Riscos e seus documentos correlatos estabelece os parâmetros para o monitoramento dos indicadores de risco e nível de exposição da Companhia, alinhada às demais políticas.

iv) os parâmetros utilizados para gerenciamento desses riscos

Os parâmetros são definidos pela Administração, seguindo as Políticas da área comercial e financeira e procedimentos específicos da área de gestão de riscos, que estabelecem limitações com base no valor, quantidade de produto, operações e alçadas de aprovação.

v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não aplicável. Os instrumentos financeiros são utilizados para fins de hedge.

vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado envolve a Diretoria Comercial, a Diretoria Financeira e Diretoria Jurídica, de GRC e de Relações Institucionais.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Além do previsto no item 5.1.as estratégias de hedge são discutidas semanalmente no Comitê de Posições, onde são monitorados os indicadores de risco e os parâmetros das políticas de precificação. Também são discutidos os principais fatores de mercado e as estratégias para proteção do preço e da taxa de câmbio da moeda. O Comitê de Posições é regido por um procedimento específico.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada;

Além da estrutura utilizada na gestão de riscos, existem políticas específicas e procedimentos internos em cada uma das áreas.

A verificação da efetividade das políticas é realizada pela área de Controles Internos, pela própria área de Gestão de Riscos, existindo ainda, um plano de auditoria interna realizado por empresa independente.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A São Martinho estabelece e mantém controles internos adequados sobre a elaboração e divulgação das informações financeiras, cujo objetivo é garantir o cumprimento dos padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"); além das regras previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com o objetivo de assegurar razoável confiabilidade das informações financeiras.

As práticas de controles internos voltadas às informações financeiras incluem: (i) estabelecimento do Manual de Políticas Contábeis, com procedimentos, premissas e julgamentos adotados; ii) manutenção da matriz de riscos e controles internos com base na estrutura do ISO 31000 - ERM (*Enterprise Risk Management*) e COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*); (iii) segurança dos registros a fim de permitir a elaboração das demonstrações financeiras conforme as normas contábeis, normas internas e melhores práticas; iv) acompanhamento de auditoria interna, com implementação e monitoramento de planos de ação relacionados à melhoria e mitigação de não conformidades ; e v) suporte à área de Gestão de Riscos e *Conformidade* por meio de auditorias específicas.

Adicionalmente, processos e controles internos relevantes para as demonstrações financeiras passam por constantes testes de efetividade avaliados e aprovados interna e externamente. Baseada nesses critérios de avaliação, a São Martinho conclui que os controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2021 são eficazes.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

A área de Controles Internos está sob a gestão do gerente de controladoria, abaixo do Diretor Financeiro e de RI. Sua rotina é monitorar os riscos mapeados, aperfeiçoar o nível de maturidade dos controles, o andamento dos planos de ação relevantes e a efetividade dos testes de controle. Além disso, controles internos acompanha e reporta periodicamente oportunidades de melhoria e conformidades identificadas pela auditoria independente à Diretoria, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. Em conjunto com a área de GRC (Governança, Riscos e Conformidade), acompanha os riscos de falhas em controles e apoia o trabalho de auditoria interna.

Com uma abordagem coordenada de definição de responsabilidades, a São Martinho definiu as três linhas de defesa que suportam as suas práticas:

1ª Linha de defesa - Área Proprietária do Risco: área de negócio na qual está inserida uma fonte de risco. São áreas proprietárias: Agrícola, Indústria, Comercial, Financeiro e Relações com Investidores, Negócios Imobiliários, Suprimentos e Tecnologia da Informação (podendo haver outras).

2ª Linha de defesa - Área Suporte: apoio das áreas proprietárias dos riscos. São áreas suporte: Qualidade Industrial, Manutenção, Planejamento de Vendas e Operações, Recursos Humanos e Saúde e Segurança Ocupacional, Meio Ambiente, Controladoria, Segurança da Informação, Segurança Patrimonial, Jurídico, Centro de Serviços Compartilhados (podendo haver outras).

3ª Linha de defesa: Área de Controle: áreas corporativas com papel de controle. São áreas de controle: Conformidade, Controles Internos, Gestão de Riscos e Auditoria Interna. Adicionalmente, existem interações constantes entre a área de GRC (Governança, Riscos e Conformidade) e Controles Internos em fóruns específicos e por meio do Comitê Tático de Conformidade.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles é medida através de indicadores de performance e testes de efetividade realizados pela auditoria independente. A área de controles internos também está sujeita à auditoria interna, realizada por empresa independente.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório circunstanciado emitido pelo auditor independente, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras foi efetuado com o objetivo de aprimorar o sistema de controles internos e levantar oportunidades de melhoria.

Os auditores independentes não identificaram deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2021.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram observadas deficiências e recomendações significativas sobre os controles internos que apresentem riscos de falhas ou efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras.

5.4 - Programa de Integridade

a. se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;

A São Martinho possui uma diretoria com atribuições específicas para tratar do assunto (Diretoria Jurídica, de Governança, Riscos e Conformidade e de Relações Institucionais) e uma Gerência dedicada exclusivamente ao tema (Gerência de Governança, Riscos e Conformidade).

Existe um Plano de Conformidade, aprovado pelo Conselho de Administração em 30.9.2019 (Programa de Integridade) alinhado às melhores práticas de mercado, com objetivo de promover os princípios e valores previstos no Código de Ética e Conduta Profissional, legislação anticorrupção e demais normas e boas práticas de conformidade (Compliance).

As principais políticas e documentos relacionados ao assunto são a Código de Ética, Política Anticorrupção, Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, Política de Conformidade e documentos relacionados.

Os principais mecanismos utilizados são: i) Canal Ético (Canal de Denúncias); ii) mecanismos para realização de *due diligence* de terceiros; iii) mecanismos de atualização da legislação; iv) cláusulas contratuais anticorrupção e previsão de penalidades; v) Comitê de Ética e Conformidade (composto pelo Presidente, Vice-Presidente/Superintendente Agroindustrial, Diretor Financeiro e de RI, Diretor Comercial e de Logística, Diretor Jurídico, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais, Diretor Administrativo e Diretora de Recursos Humanos, Saúde e Segurança); vi) Comitê Tático de Conformidade (composto pelo Diretor Jurídico, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais, Diretores Agroindustriais das Unidades e gerentes).

Os riscos são reavaliados mensalmente e as políticas revisadas conforme necessidade de adequação, considerando as melhores práticas de mercado.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

A Diretoria Jurídica, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais é responsável pela execução do Plano de Conformidade, por meio da Gerência de Governança, Riscos e Conformidade.

A estrutura de Conformidade foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral de julho/2018, em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa. Trimestralmente os números e destaques do Canal Ético e de investigações internas são reportados pela Área de Conformidade ao Comitê de Ética e Conformidade. Periodicamente este balanço é apresentado ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal. O Canal Ético também é auditado pela auditoria independente.

iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

5.4 - Programa de Integridade

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;*
- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;*
- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.*

A Companhia possui um código de Ética aprovado pelo Conselho de Administração em 28/06/2016, aplicável a todos funcionários, diretores e conselheiros e estabelece princípios éticos e responsabilidades para terceiros, considerando fornecedores, prestadores de serviços e eventuais agentes intermediários. O código de ética está disponível no site da Companhia <https://www.saomartinho.com.br/>.

O Plano de Conformidade contempla o treinamento dos funcionários, bem como a orientação de novos funcionários e/ou terceiros durante seu processo de integração.

As situações de violação serão analisadas pelo gestor da área ou pelo Comitê de Ética e Conformidade. Se necessário, serão aplicadas medidas disciplinares previstas nas políticas de Recursos Humanos e na legislação vigente.

b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;*
- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;*
- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé;*
- *órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias.*

A Companhia possui Canal de Denúncias disponível para relatos internos ou de terceiros por meio de: (i) correspondência eletrônica; (ii) website ou (iii) telefone. O recebimento das denúncias por telefone é realizado por empresa especializada que, em contato com o denunciante, coleta e transcreve o relato de maneira a obter as melhores informações possíveis para viabilizar a investigação. Cabe ao denunciante escolher por relatar a denúncia de forma identificada ou anônima, sendo mantidos o sigilo para todos os casos.

De acordo com o procedimento específico do canal de denúncias, as comunicações recebidas são apuradas por grupos de trabalho especiais e acompanhadas pela área de Conformidade, havendo a previsão de condução das investigações por empresa de investigação especializada em casos específicos.

c. se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas;

Em todos os processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias a Companhia estabelece a obrigatoriedade de execução prévia de *due diligence*, visando a identificação e avaliação de eventuais práticas irregulares nas pessoas jurídicas, objeto da operação.

A Diretoria Jurídica, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais é responsável pela avaliação do processo de *due diligence*, podendo contar ainda com a assessoria de escritórios de advocacia e/ou consultorias especializadas.

d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido;

A Companhia possui regras, políticas e procedimentos para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme citado no item 5.4.a.

5.5 - Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Com a pandemia COVID-19, foram reforçados os critérios de monitoramento deste risco e adoção de medidas de prevenção, dado que as atividades da São Martinho foram consideradas essenciais (produção de alimentos, energia e combustível).

Desde março/2020 quando a OMS declarou oficialmente a pandemia do coronavírus, a Companhia adotou as seguintes medidas, visando a prevenção e mitigação dos efeitos da pandemia:

- Instalação do Comitê de Gestão de Crises, para avaliação diária da situação geral, atualização das medidas preventivas e ações de minimização de riscos, assim como para coordenação da execução de planos de ação;
- Elaboração de Plano de Contingência e Plano de manutenção das Operações;
- Campanhas intensas de comunicação e orientação sobre o COVID-19 destinadas à prevenção de todos os colaboradores;
- Intensificação de procedimentos de higienização nos locais de trabalho, refeitórios e nos transportes, orientações sobre higiene pessoal e distribuição de álcool gel para higienização de todos os colaboradores, equipamentos e áreas comuns;
- Suspensão de treinamentos, eventos corporativos e realização de reuniões à distância (telefone, aplicativos ou videoconferências);
- Cancelamento ou adiamento de viagens, deslocamento entre unidades e visitas de fornecedores e terceiros;
- Adoção do trabalho remoto (home office), férias, banco de horas ou dispensa operacional para colaboradores em grupo de risco e situações específicas de risco;
- Dispensa operacional para aprendizes, estagiários, projuvems e patrulheiros;
- Aumento do número de veículos que realizam o transporte dos colaboradores até as unidades;
- Uso obrigatório de máscaras no transporte e em todas as dependências da São Martinho, inclusive em ambientes individuais, por colaboradores, terceiros e visitantes, durante todo o expediente;
- Protocolo de aferição de temperatura no transporte coletivo e na entrada das unidades e;
- Nos refeitórios das unidades, dentre outras ações, o horário de funcionamento foi ampliado, com escalonamento entre os colaboradores, reduzindo a quantidade de lugares e mantendo uma distância segura entre as pessoas.

Durante o período de pandemia foram revisados outros riscos emergentes como mudanças climáticas, cibersegurança e crises sistêmicas.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

As informações relevantes sobre gerenciamento de riscos e controles internos foram apresentadas nos itens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	13/07/1943
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade anônima de capital fechado
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	07/02/2007

6.3 - Breve Histórico

A história da São Martinho teve início na Itália, no final do século XIX, quando integrantes da família Ometto imigraram para o Brasil. Na ocasião, eles buscavam melhores condições de vida e de trabalho no novo país.

No sítio Olaria montaram seu primeiro engenho de cana-de-açúcar, em 1914. Já em 1932, na Fazenda Boa Vista, região de Limeira, a família produziu açúcar pela primeira vez.

Em 1937, a Usina Iracema foi comprada em Iracemápolis, município localizado no interior de São Paulo, e transformou-se em uma destilaria de álcool. Em 1946, a usina passou a fabricar açúcar também. Três anos mais tarde, os Ometto adquiriram a Usina São Martinho, situada na cidade de Pradópolis, distante cerca de 330 quilômetros de São Paulo, que se transformou na maior processadora de cana do mundo.

Ao longo das décadas, as usinas cresceram e se modernizaram. Desde 2000, criou-se uma estrutura unificada para administrar o negócio de maneira cada vez mais profissionalizada, possibilitando novas oportunidades de investimento. O escritório corporativo encontra-se na capital paulista e o Centro de Serviços Compartilhados (CSC) está em Pradópolis. O local reúne as áreas administrativas, financeira, jurídica, de recursos humanos e de suprimentos, além de TI e controladoria.

O conceito de grupo empresarial foi consolidado nos últimos anos com a padronização de uma marca e um abrangente processo de profissionalização. Isto ajudou a fortalecer o desempenho da Companhia, culminando na abertura do capital em 2007, buscando assim uma competitividade cada vez maior nos mercados em que atua. A São Martinho teve então, a partir de fevereiro de 2007, suas ações negociadas no Novo Mercado, índice mais elevado de governança corporativa, da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), sob o código SMT03.

Hoje a São Martinho está entre os maiores grupos sucroenergéticos do Brasil, com capacidade aproximada de moagem de 24,5 milhões de toneladas de cana. Possui quatro usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis, na região de Ribeirão Preto (SP); Iracema, em Iracemápolis, na região de Limeira (SP), Santa Cruz, localizada em Américo Brasiliense (SP) e Boa Vista, em Quirinópolis, a 300 quilômetros de Goiânia (GO).

Abaixo seguem alguns marcos na história da São Martinho:

- 1937: Aquisição da Iracema
- 1949: Aquisição da São Martinho
- 1969: Primeira colhedora mecanizada
- 1992: Primeira plantadora
- 1997: Implementação do SAP
- 1998: Início do MPT (Manutenção da Produtividade Total)
- 1999: Reestruturação Organizacional por Processos e Início do Treinamento Comportamental
- 2000: Criação do CSC, Inauguração do CEA e Projeto Viva a Natureza
- 2002: Início do Projeto Viva Cana
- 2007: Abertura de capital na B3 e Aquisição da participação na Usina Santa Luiza
- 2008: Fabio Venturelli assume a presidência, Inauguração da Usina Boa Vista e Saída da Copersucar
- 2010: Criação da Nova Fronteira Bioenergia (*joint venture* com a Petrobras)
- 2012: 1ª vez no Ranking das 150 Melhores Empresas para Trabalhar (Você S/A), Certificação Bonsucro da Usina Iracema e Inauguração do Terminal Rodoviário da Usina São Martinho
- 2013: Inauguração da Termoelétrica da Usina São Martinho e Certificação Bonsucro da Usina Santa Cruz
- 2014: Aquisição do controle da Usina Santa Cruz, Início do Projeto de Muda Pré Brotada e Início das atividades imobiliárias

6.3 - Breve Histórico

- 2015: 1ª vez no Ranking Melhores Empresas para Começar a Carreira (Você S/A)
- 2016: Aquisição de 100% da Nova Fronteira BioEnergia, 1ª vez no Ranking Inovação Brasil e 1ª vez entre as Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência
- 2017: Melhor Empresa do Setor Agronegócio (Você S/A)
- 2018: Empresa do Ano, Melhor Empresa do Setor Agronegócio, Melhor Grande Empresa, Destaque na Categoria Liderança (Você S/A)
- 2019: Implementação do projeto 4.0 de automação agrícola (Projeto COA) na Usina São Martinho, tornando-se referência no setor de atuação/ Anúncio do projeto de cogeração na Usina São Martinho que adicionará cerca de 200 mil Mwh no total de energia comercializada pela Companhia/ reconhecimento pela agência de classificação de risco internacional Standard & Poor's com rating da Companhia em escala global para 'grau de investimento' (BBB-) e reafirmação do rating brAAA em escala nacional da Companhia.
- 2020: Implementação do projeto COA nas demais usinas da Companhia / Eleita Empresa do Ano, pelo ranking Valor 1000, do Valor Econômico, além de vencedora na categoria Açúcar e Alcool / Eleita a Melhor empresa em gestão de pessoas na categoria 7.001 a 17.000 funcionários pela Valor Carreira – As melhores na Gestão de Pessoas 2020; Eleita uma das empresas mais inovadoras do Brasil e do setor em 2020, pelo prêmio Valor Inovação Brasil 2020.
- 2021: Aprovação do Projeto de Etanol de Milho anexada à Usina Boa Vista com capacidade de produção de etanol, DDGS (Distiller's Dried Grains with Solubles) – subproduto utilizado para ração animal, e óleo de milho, com início de operação previsto para novembro de 2022.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data de publicação deste Formulário de Referência não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não aplicável.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A São Martinho S.A. tem por objeto, conforme seu Estatuto Social:

- i) atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool e seus derivados e cogeração de energia elétrica;
- ii) exploração agrícola e pecuária;
- iii) importação e exportação de bens, produtos e matéria-prima;
- iv) fabricação, comercialização, exportação e importação, por conta própria ou de terceiros, de produtos químicos e orgânicos, bem como a fabricação de aditivo, ingrediente e suplemento para consumo animal, podendo desenvolver outras atividades correlatas ou condizentes com estas atividades; e
- v) participação em sociedades, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Segundo levantamento realizado pela UNICA, somos um dos maiores produtores de açúcar e etanol do Brasil. Compramos, cultivamos, colhemos e processamos cana-de-açúcar – a principal matéria prima usada na produção de açúcar e etanol.

Conforme mencionado no item 6.3 deste Formulário de Referência, a Companhia possui quatro usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis, na região de Ribeirão Preto (SP); Iracema, em Iracemápolis, na região de Limeira (SP), Santa Cruz, localizada em Américo Brasiliense (SP) e Boa Vista, em Quirinópolis, a 300 quilômetros de Goiânia (GO).

As usinas São Martinho, Iracema e Santa Cruz produzem açúcar e etanol, enquanto que a Usina Boa Vista é dedicada exclusivamente à produção de etanol. Todas as usinas geram energia elétrica a partir da queima do bagaço da cana, garantindo autossuficiência e venda do excedente.

Com relação aos números da Safra 2020/201, cabe destacar:

- Processamos 22,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar;
- O volume total de açúcar produzido na safra foi de 1.483 mil toneladas;
- Produzimos 1.018 mil m³ de etanol; e
- Cogecemos 880 mil MWh de energia elétrica;
- Índice médio de mecanização da colheita de 100%.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

(i) os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(ii) quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(iii) estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

Nossos Principais Produtos

- **Açúcar:**

As usinas da São Martinho produzem vários tipos de açúcar bruto. Nos últimos anos, o principal produto tem sido o VHP, um tipo de açúcar padrão negociado no mercado internacional.

- **Etanol:**

A São Martinho também produz etanol hidratado, utilizado nos tanques dos carros movidos a etanol; etanol anidro, que é misturado à gasolina como aditivo para abastecer os tanques dos veículos movidos à gasolina; e etanol industrial, usado principalmente na produção de tintas, cosméticos e bebidas alcoólicas.

- **Energia Elétrica**

Produzimos e comercializamos o excedente de energia elétrica.

- **Negócios Imobiliários**

Lançamos na safra 14/15 dois empreendimentos imobiliários - Recanto das Paineiras e Park Empresarial – I em Iracemápolis, localizados na região de Limeira, interior de São Paulo. Na safra 15/16 lançamos a fase I do empreendimento Nova Pradópolis, na região de Pradópolis, próximo à Ribeirão Preto, também no interior de São Paulo. Na safra 17/18 lançamos o empreendimento Park Empresarial – II e a fase II do empreendimento Nova Pradópolis. Na safra 20/21 lançamos mais dois empreendimentos, o Nova Iracemápolis na região de Iracemápolis e Jardim Irajá em Américo Brasiliense.

- **Outros Produtos**

Produzimos, ainda, levedura (usada como ração animal), óleo fúsel (que é usado como solvente e álcool amílico puro) e bagaço (a fibra que sobra após a extração do caldo da cana-de-açúcar, usada como fonte de energia) como subprodutos da nossa produção de açúcar e etanol. Vendemos a levedura e o óleo fúsel diretamente para clientes no Brasil, usamos o bagaço para gerar todo o vapor e eletricidade necessários à operação de nossas usinas e vendemos o seu excedente principalmente para produtores de suco de laranja no Brasil para a geração de eletricidade e vapor.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia:

A receita líquida da Companhia na safra 2020/21 foi de R\$ 4.322 milhões, sendo 47% proveniente do etanol, 45% do açúcar, 5% da energia elétrica, 1% de levedura, e 2% de outros produtos.

A tabela abaixo mostra a receita líquida e lucro do exercício:

Indicadores Financeiros	Safra 2020/21	Safra 2019/20	Safra 2018/19
Milhares de Reais			
Receita Líquida*	4.322.174	3.701.547	3.381.663
Lucro Líquido	927.124	639.010	314.045

*Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

A tabela abaixo detalha as receitas provenientes dos segmentos operados pela Companhia para as safras indicadas:

Produto Receita Líquida (em milhares de R\$)	Safra 20/21	Safra 19/20	Safra 18/19
Mercado Doméstico	2.145.422	2.228.211	2.308.727
Açúcar	154.352	134.393	142.053
Etanol	1.639.412	1.781.389	1.902.358
Energia Elétrica	200.276	218.444	209.082
Levedura	43.442	-	-
Negócios Imobiliários	21.572	20.107	2.730
CBIOs	27.179	-	-
Outros	59.189	73.878	52.504
Mercado Externo	2.176.752	1.473.336	1.072.936
Açúcar	1.783.993	1.107.684	966.242
Etanol	392.759	365.652	106.694
Outros	-	-	-
Receita Líquida Total*	4.322.174	3.701.547	3.381.663
Açúcar	1.938.345	1.242.077	1.108.295
Etanol	2.032.171	2.147.041	2.009.052
Energia Elétrica	200.276	218.444	209.082
Levedura	43.442	-	-
Negócios Imobiliários	21.572	20.107	2.730
CBIOs	27.179	-	-
Outros	59.189	73.878	52.504

*Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira.

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia:

EBITDA POR PRODUTO - 12M21	AÇÚCAR	ETANOL	ENERGIA	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	OUTROS	TOTAL
Milhares de R\$						
Receita Líquida*	1.938.345	2.032.171	200.276	21.572	129.810	4.322.174
CPV (Caixa)	-825.567	-843.109	-56.399	-1.288	-30.788	-1.757.151
Lucro Bruto (Caixa)	1.112.778	1.189.062	143.876	20.284	99.023	2.565.023
Margem Bruta (Caixa)	57,4%	58,5%	71,8%	94,0%	76,3%	59,3%
Despesas de Vendas	-120.816	-39.433	-12.600	-	-306	-173.154
Despesas G&A (Caixa)	-96.156	-109.427	-17.192	-2.658	-	-225.433
Outras receitas (despesas)	-	-	-	12.209	8.872	21.081
EBITDA Ajustado	895.806	1.040.202	114.084	29.834	107.589	2.187.515
Margem EBITDA Ajustada	46,2%	51,2%	57,0%	138,3%	82,9%	50,6%
Custo EBITDA **	-717,0	-975,9	-89,7			

*Exclui o efeito de hedge accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC

** Açúcar em R\$/Tonelada

Etanol em R\$/m³

Energia em R\$/MWh

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

EBITDA POR PRODUTO - 12M20	AÇÚCAR	ETANOL	ENERGIA	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	OUTROS	TOTAL
Milhares de R\$						
Receita Líquida*	1.242.077	2.147.041	218.444	20.107	73.878	3.701.547
CPV (Caixa)	-575.300	-876.525	-36.394	-1.643	-37.201	-1.527.062
Lucro Bruto (Caixa)	666.777	1.270.516	182.050	18.464	36.677	2.174.485
Margem Bruta (Caixa)	53,7%	59,2%	83,3%	91,8%	49,6%	58,7%
Despesas de Vendas	-85.276	-41.671	-11.249	-	-1	-138.197
Despesas G&A (Caixa)	-65.463	-108.876	-15.864	-3.248	-	-193.451
Outras receitas (despesas)	-	-	-	-	14.354	14.354
EBITDA Ajustado	516.038	1.119.969	154.938	15.216	51.030	1.857.191
Margem EBITDA Ajustada	41,5%	52,2%	70,9%	75,7%	69,1%	50,2%
Custo EBITDA **	-668,5	-928,3	-65,3			

*Exclui o efeito de hedge accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC

** Açúcar em R\$/Tonelada

Etanol em R\$/m³

Energia em R\$/MWh

EBITDA POR PRODUTO - 12M19	AÇÚCAR	ETANOL	ENERGIA	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	OUTROS	TOTAL
Milhares de R\$						
Receita Líquida*	1.108.295	2.009.052	209.082	2.730	52.504	3.381.663
CPV (Caixa)	-514.014	-895.483	-32.891	-206	-28.077	-1.470.671
Lucro Bruto (Caixa)	594.281	1.113.569	176.191	2.524	24.427	1.910.992
Margem Bruta (Caixa)	53,6%	55,4%	84,3%	92,5%	46,5%	56,5%
Despesas de Vendas	-72.110	-13.790	-10.652	-	-815	-97.367
Despesas G&A (Caixa)	-62.162	-103.252	-13.265	-3.039	-	-181.717
Outras receitas (despesas)	-	-	-	-	12.624	12.624
EBITDA Ajustado	460.010	996.528	152.274	(515)	36.236	1.644.532
Margem EBITDA Ajustada	41,5%	49,6%	72,8%	-18,9%	69,0%	48,6%
Custo EBITDA **	-648,3	-1.012,5	-56,8	-3,2	-16,3	-1.737,1

*Exclui o efeito de hedge accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC

** Açúcar em R\$/Tonelada

Etanol em R\$/m³

Energia em R\$/MWh

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a) Características do processo de produção

Cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar é a principal matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Trata-se de uma cultura de clima tropical com preferência por temperaturas quentes e estáveis, com alta umidade. O clima e a topografia da região centro-sul do Brasil são ideais para o seu cultivo, respondendo essa região por mais de 92% da produção brasileira de cana-de-açúcar.

Possuímos contratos de parceria agrícola ou arrendamento rural com duração equivalente à um ciclo de cana e renováveis automaticamente por igual período. De acordo com estes contratos, nossos parceiros ou arrendatários cedem suas terras para cultivo da cana-de-açúcar e, em contrapartida, recebem uma determinada quantidade ou percentual sobre a cana-de-açúcar produzida. O preço é calculado com base no ATR da cana-de-açúcar colhida e de acordo com o sistema Consecana. Estes preços, por sua vez, refletem os preços médios dos produtos comercializados no período pelos produtores do estado de São Paulo, apurados através de levantamentos realizados pelo CEPEA, órgão indicador do CEPEA/ESALQ.

O quadro a seguir compara os totais de cana-de-açúcar própria e de terceiros nas últimas três safras:

DADOS OPERACIONAIS	12M21	12M20	12M19	12M21 - 12M20	12M20 - 12M19
				Var.(%)	Var.(%)
São Martinho - Consolidado					
Cana Processada (mil toneladas)	22.522	22.640	20.450	-0,5%	10,7%
Própria	15.811	15.740	13.692	0,5%	15,0%
Terceiros	6.711	6.900	6.758	-2,7%	2,1%

Ciclo de Colheita da Cana-de-açúcar

Historicamente, o ciclo de colheita da cana-de-açúcar na região centro-sul do Brasil costuma ter início em abril e se encerrar em dezembro de cada ano. A cana-de-açúcar está pronta para ser colhida quando o teor de açúcares estiver no nível mais alto, o que ocorre, geralmente, após o ciclo de um ano, com exceção do primeiro corte da cana-de-açúcar plantada no período de janeiro a abril.

Plantamos diversas variedades de cana-de-açúcar em dois períodos do ano. O primeiro período costuma durar em torno de 4 meses e ocorre a partir de janeiro, enquanto o segundo ocorre a partir de setembro e costuma durar 3 meses. Após o primeiro corte é possível realizar 5 ou mais cortes anuais até se chegar ao ponto de renovação do plantio, uma vez que cada corte implica na redução da produtividade agrícola da cana-de-açúcar. Os nossos investimentos na renovação dos canaviais e a adoção de modernas práticas culturais e de corte, carregamento e transporte resultaram, nos últimos anos, em uma vida útil média de 7 anos para os nossos canaviais.

A colheita é feita principalmente de cana-de-açúcar crua, de forma mecanizada. Após o último corte, as raízes da cana-de-açúcar são erradicadas, dando início a um novo plantio e, portanto, a um novo ciclo. Geralmente, as usinas renovam cerca de 20% do seu plantio por ano, porém no nosso caso, devido à tecnologia aplicada, cerca de 15,6% da área plantada em cana-de-açúcar foi renovada na última safra.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Acreditamos que somos hoje a empresa mais mecanizada do setor sucroalcooleiro brasileiro e também a primeira grande Companhia produtora no Brasil a desenvolver e utilizar equipamentos mecânicos para o plantio. Desenvolvemos e programamos diversas novas tecnologias para os equipamentos de plantio e colheita mecanizada, os quais incrementaram significativamente os níveis de produtividade, tornando-nos referência mundial em colheita mecânica da cana-de-açúcar não queimada.

A colheita mecânica dispensa a queima da cana-de-açúcar para a remoção de folhas e palhas, reduzindo substancialmente os impactos ambientais e acidentes de trabalho, se comparada à colheita manual. Somado a isto, as folhas e a palha resultantes da colheita da cana-de-açúcar sem queima formam um colchão que, em um primeiro momento, reduz a evapotranspiração e ajuda no controle de pragas. Este colchão, por sua vez, depois de anos sucessivos desta prática, transforma-se em matéria orgânica agregada à terra, tornando-a naturalmente mais fértil. A colheita mecanizada da cana-de-açúcar sem queima, fruto de mais de 20 anos de investimento e estudo nesta área pela Companhia, é não só mais eficiente no que diz respeito ao tempo consumido para colheita, como ainda apresenta um custo menor de produção em relação à colheita manual.

O rendimento da cana-de-açúcar é uma importante medida de produtividade. Fatores geográficos, como a composição do solo, a topografia e o clima, bem como as técnicas agrícolas que utilizamos e as variedades plantadas, são responsáveis diretos pelo alto rendimento da cana-de-açúcar que obtemos em nossas áreas agrícolas.

Nós temos capacidade instalada de processamento de 24,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, distribuídas entre a Unidade São Martinho, com 10,5 milhões de toneladas, a Unidade Itacema, com 3,5 milhões de toneladas, a Usina Boa Vista com 5,0 milhões de toneladas e a Usina Santa Cruz com 5,6 milhões de toneladas.

A Usina São Martinho, a Usina Itacema e a Usina Santa Cruz têm flexibilidade para produzir açúcar e etanol em aproximadamente 38% e 62% para ambos os produtos, enquanto que a Usina Boa Vista é 100% dedicada para a produção de etanol e cogeração de energia.

Todas as nossas usinas são autossuficientes em cogeração de energia através do bagaço de cana. Considerando a capacidade de moagem de 24,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar da Companhia, temos capacidade de cogeração de 1 TWh de energia por safra.

Sobre produtos vide item 7.2 a.

b) Características do processo de distribuição

Após a realização do IPO da Companhia, em 25 de fevereiro de 2008, a São Martinho anunciou por meio de Fato Relevante, o pedido de desligamento da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – Copersucar.

Toda a comercialização do açúcar e do etanol produzidos pelas usinas da São Martinho era realizada pela Copersucar e a partir da safra 2008/09 que teve início em abril de 2008, a comercialização passou a ser realizada diretamente pela São Martinho.

Atualmente possuímos relacionamento comercial com diversas tradings e distribuidoras. Para o mercado de açúcar a maior parte do escoamento da produção da Companhia acontece via férrea, trazendo maior competitividade e diferencial logístico. No caso do etanol nosso diferencial competitivo se dá na localização das usinas, que ficam nos principais polos sucroenergéticos do País e têm acesso facilitado a rodovias e corredores de escoamento de commodities, permitindo maior agilidade e melhores custos logísticos no atendimento aos nossos clientes que fazem a retirada do produto diretamente nas usinas.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

c) Características dos mercados de atuação:

- i. Participação em cada um dos mercados por renda;
- ii. Participação em cada um dos mercados por localização; e
- iii. Participação e condições de competição nos mercados.

A caracterização dos setores de açúcar e etanol impõe uma diferenciação importante, pois de um lado o açúcar é um produto tradicional, produzido por mais de 121 países, com um mercado bastante desenvolvido e com perspectiva de crescimento principalmente atrelado ao crescimento vegetativo da população. Por outro lado, o etanol é um produto de importância recente no comércio mundial, com mais de 50 países produtores, dos quais apenas o Brasil e os Estados Unidos produzem mais de 83% da produção total, com grandes perspectivas de crescimento, principalmente pelos desafios impostos à sociedade na busca de uma alternativa ao uso do petróleo como fonte de energia.

O Setor Sucroalcooleiro no Brasil

O Centro-Sul do Brasil moeu, na safra 20/21, um volume de 605,5 milhões de toneladas de cana, que resultou na produção de 38,5 milhões de toneladas de açúcar e 30,4 milhões de m³ de etanol.

O Setor Sucroalcooleiro no Mundo

Açúcar

O açúcar é um produto de consumo básico e uma *commodity* essencial produzida em várias partes do mundo. O açúcar é feito a partir da cana-de-açúcar e da beterraba, sendo que mais de 78,2% da produção mundial de açúcar tem como matéria-prima a cana-de-açúcar. A fabricação do açúcar passa por processos industriais e agrícolas, e sua produção requer o uso intensivo de mão-de-obra e de capital.

Acreditamos que o consumo de açúcar deverá continuar aumentando devido ao crescimento vegetativo populacional, ao aumento do poder aquisitivo dos consumidores em diversas regiões do mundo e do consumo de alimentos processados em todo o mundo, resultante da migração da população das áreas rurais para as urbanas. Dessa forma, acreditamos que o maior crescimento de consumo per capita de açúcar deverá ocorrer em regiões como a Ásia, onde a renda per capita e a migração populacional estão crescendo rapidamente.

Preços do Açúcar

A maioria dos países produtores de açúcar, inclusive os Estados Unidos e os países da União Europeia, protege seu mercado interno de açúcar da concorrência estrangeira estabelecendo políticas governamentais e regulamentos que afetam a produção, inclusive com quotas, restrições de importação e exportação, subsídios, tarifas e impostos alfandegários. Como resultado de tais políticas, os preços domésticos do açúcar variam bastante de um país para o outro. O NY 11 é usado como referência primária dos preços não controlados do açúcar bruto no mundo. Outro preço de referência é o Lon 5, que tem como base o açúcar refinado e que é negociado na LIFFE. Os preços do açúcar no Brasil são formados de acordo com os princípios do livre mercado, sendo que o principal indicador é o índice da ESALQ, mas são influenciados diretamente pelos preços no mercado internacional.

O impacto da oscilação dos preços internacionais do açúcar sobre a produção é suavizado principalmente por dois fatores. O primeiro deles decorre do fato de que muitos produtores de açúcar operam em mercados controlados, protegidos contra as flutuações destes preços e, portanto, não tendem a modificar dramaticamente a produção por causa destas variações. Em segundo lugar, porque a cultura da cana-de-açúcar, maior fonte de produção global de açúcar, é semi perene, com ciclos de plantio que variam de dois a sete anos. No Brasil, maior produtor mundial, o ciclo médio é de cinco anos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Etanol

O etanol é um combustível menos poluente que a gasolina, além de ser limpo e renovável e apresentar contribuições relevantes para a redução dos gases que causam o efeito estufa. O alto teor de oxigênio do etanol reduz os níveis das emissões de monóxido de carbono em relação aos níveis de monóxido de carbono emitidos com a queima da gasolina, de acordo com a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos. Misturas de etanol também reduzem as emissões de hidrocarbonetos, um dos maiores contribuidores para o desgaste da camada de ozônio. Como um incrementador da octanagem, o etanol também pode reduzir emissões cancerígenas de benzeno e butano. Preocupações e iniciativas ambientais vêm aumentando a consciência da necessidade de reduzir o consumo mundial de combustíveis fósseis e adotar combustíveis menos poluentes, como o etanol. Um exemplo é o Protocolo de Kyoto, que estabelece que os países considerados industrializados comprometem-se a reduzir suas emissões de dióxido de carbono e outros cinco gases que causam efeito estufa entre 2008 e 2012. Um total de 165 países ratificou o acordo. Espera-se que iniciativas globais como o Protocolo de Kyoto aumentem a demanda de etanol nos próximos anos.

Além disso, em dezembro de 2016 foi lançado o Renovabio, uma Política Nacional de Biocombustíveis do Governo Federal pelo Ministério de Minas e Energia que tem como alguns de seus objetivos fornecer uma importante contribuição para o cumprimento dos compromissos determinados pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris; promover a adequada expansão dos biocombustíveis na matriz energética, com ênfase na regularidade do abastecimento de combustíveis; e assegurar previsibilidade para o mercado de combustíveis, induzindo ganhos de eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis. Seu funcionamento se dá a partir de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

Atualmente, os Estados Unidos e o Brasil são os principais produtores e consumidores de etanol, sendo que a maior parte do etanol produzido nos Estados Unidos deriva do milho, enquanto no Brasil este deriva da cana-de-açúcar.

d) Eventual sazonalidade

Nossos negócios estão sujeitos à sazonalidade baseada no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região centro-sul do Brasil. O período de colheita anual de cana-de-açúcar no centro-sul do Brasil, como mencionado anteriormente, tem início em abril e termina até dezembro, dependendo das condições climáticas. Isso cria flutuações nos nossos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a março), e um certo grau de sazonalidade no nosso lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos nossos resultados operacionais apurados em bases diferentes do exercício social.

e) Principais insumos e matérias-primas

- iv. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;**
- v. Eventual dependência de poucos fornecedores;**
- vi. Eventual volatilidade em seus preços.**

Cana-de-açúcar

Em março de 2021, tínhamos aproximadamente 1.260 contratos de exploração de cana-de-açúcar nas categorias: parceria agrícola ou arrendamento rural pelo prazo de 6 anos (1 ciclo de cana) e renováveis automaticamente por igual período. De acordo com estes contratos, nossos parceiros ou arrendatários cedem suas terras para cultivo da cana-de-açúcar e, em contrapartida, recebem uma determinada quantidade ou percentual sobre a cana-de-açúcar produzida.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Também compramos cana-de-açúcar diretamente de cerca de 881 produtores independentes por meio de negociações anuais ou pelo prazo de 6 anos. Celebramos duas modalidades de contrato de fornecimento, na primeira delas o fornecedor encarrega-se de colher e transportar a cana-de-açúcar até nós; enquanto na segunda compramos a cana-de-açúcar no campo e nos encarregamos da sua colheita e transporte. Esta segunda modalidade é a mais usual dentro da Companhia e apresenta maiores vantagens para ambos os lados, uma vez que implica menor custo operacional para o produtor e permite o rápido aproveitamento da cana-de-açúcar colhida para o processo de moagem. Para assegurar a continuidade dos volumes de cana-de-açúcar moída, incentivamos o processo de fidelização dos nossos fornecedores de cana-de-açúcar, através da troca de informações tecnológicas por meio de palestras, e treinamentos diversos, como, por exemplo, sobre controles de praga. Também organizamos visitas regulares dos fornecedores às nossas usinas e definimos, conjuntamente, o acompanhamento técnico e as variedades de cana-de-açúcar a serem plantadas.

O preço pago aos nossos fornecedores é baseado no teor de açúcar contido na cana-de-açúcar. Uma amostra da cana-de-açúcar é retirada no momento de sua recepção na usina e analisada em laboratório. O resultado dessa análise, auditado por uma cooperativa formada pelos produtores de cana-de-açúcar, indica o total de açúcares contido na cana-de-açúcar adquirida de cada fornecedor. O pagamento destes fornecedores, em geral, acontece 80% na entrega da cana-de-açúcar e 20% parcelados de janeiro a abril do ano seguinte ao da entrega da cana-de-açúcar, com base nos preços divulgados mensalmente pelo Consecana e ajustados conforme o acumulado da safra.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

a) montante total de receitas provenientes de clientes

A São Martinho S.A., em 31 de março de 2021, possuía clientes que representavam mais de 10,0% de suas receitas líquidas. Os três maiores clientes das vendas de açúcar da Companhia corresponderam à cerca de 38% da receita líquida, enquanto que, em relação ao etanol vendido, os três maiores clientes corresponderam a 12%.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

O total da representatividade dos três principais clientes compradores de etanol e açúcar, na safra 2020/2021, somavam 46% da receita da empresa, e por isso, os segmentos mais afetados são as receitas provenientes da venda de etanol e da venda de açúcar para a Companhia.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

As atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas para produção de açúcar, etanol e cogeração de energia elétrica, precisam das aprovações junto às Prefeituras locais, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Goiás) e Órgãos Federais, IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), ANA (Agencia Nacional de Águas), ANEEL (Agencia Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia obteve todas as licenças, permissões e autorizações ambientais e de outra natureza exigidas para a operação das unidades agroindustriais, estando todas elas em plena vigência, não havendo objeção dos órgãos estaduais e federais competentes para concessão das referidas licenças.

Para desenvolver suas atividades nas áreas agrícolas (próprias, parcerias e terceiros) para cultivo da matéria-prima e no processo industrial, a Companhia e suas controladas consideram todos os aspectos ambientais e a legislação ambiental e agrária vigente, com ênfase na preservação e recuperação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável.

A Companhia possui um relacionamento estratégico com as instituições governamentais, que tem como diretriz a ética e a transparência e acredita que sua atuação deve ir além das fronteiras empresariais, e busca contribuir para a formulação de políticas públicas e participar de discussões que sejam, ao mesmo tempo, relevantes para a agenda da Companhia e para o desenvolvimento socioambiental.

b. política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

A São Martinho, conforme Política aprovada pelo Conselho de Administração em 21.6.2021, a qual se encontra disponível em seu website na página de Relações com Investidores (www.saomartinho.com.br/ri) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), assume o compromisso em produzir alimentos, energia e derivados de cana, buscando o desenvolvimento sustentável e conduzindo suas ações por meio de:

- Proteção do meio ambiente, preservação e uso consciente dos recursos naturais, gestão de efluentes e de resíduos dos processos.
- Minimização dos possíveis impactos ambientais, mantendo sua responsabilidade perante a sociedade presente e futura, com foco na melhoria contínua do sistema de gestão e do desempenho ambiental.
- Atendimento às legislações aplicáveis, normas, demais requisitos e compromissos assumidos pela organização.

Assim, acredita-se que:

- A liderança é a grande promotora da gestão ambiental;
- Todos os profissionais são responsáveis pela proteção do meio ambiente;
- O controle dos processos e dos aspectos ambientais é responsabilidade de todos;
- A conscientização e a capacitação dos colaboradores e terceiros propiciam a melhoria do desempenho ambiental;
- A preservação dos recursos naturais assegura a perpetuidade do negócio.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Todo o ciclo produtivo, do plantio a colheita da cana aos processos industriais e logísticos, é considerado na análise de impactos e oportunidades de melhoria da Companhia. Diversos temas são direcionadores da Gestão Ambiental, com o objetivo de garantir a sustentabilidade do negócio:

- Uso consciente dos recursos hídricos;
- Gestão eficiente de resíduos sólidos;
- Mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- Preservação da qualidade do solo e água;
- Preservação da fauna e flora;
- Promoção da conscientização ambiental;
- Atendimento às legislações, regulamentações e demais requisitos e compromissos assumidos pela organização.

A São Martinho S/A busca melhorias nos processos de forma a minimizar os impactos ambientais decorrentes de suas operações e potencializar sua contribuição para um agronegócio mais sustentável e resiliente. Neste contexto, todas as unidades do estado de São Paulo são signatárias do Protocolo Agroambiental, iniciativa que estimula a adoção de boas práticas ambientais para o setor, e a Unidade localizada no Estado de Goiás segue o mesmo padrão.

Visando a proteção ambiental, a Companhia adere a padrões internacionais de gestão ambiental como as certificações ISO 14.001 (Usina Santa Cruz) e Bonsucro (Usina Iracema e Usina Santa Cruz). As certificações reconhecem que todos os processos produtivos da unidade, desde o cultivo da cana de açúcar até a fabricação de seus derivados, como açúcar e etanol, seguem padrões globais de sustentabilidade. A certificação Bonsucro, que é exclusivamente voltada para o setor sucroenergético, permite que a São Martinho S/A exporte seus produtos para mercados cada vez mais exigentes, como a União Europeia e a Ásia. O reconhecimento da Bonsucro atesta que a unidade atua de forma sustentável nas áreas social, ambiental e econômica.

Além das exigências realizadas pelos órgãos ambientais, pela legislação e selos/certificações são desenvolvidas outras ações voluntárias, com vista a uma produção sustentável, dentre as quais ações destacam-se o Projeto “Viva a Natureza” e atividades desenvolvidas no Centro de Educação Ambiental.

O Projeto “Viva a Natureza” foi criado no ano 2000, na Usina São Martinho em Pradópolis, expandindo para as demais unidades: Usina Iracema em Iracemópolis, Usina Boa Vista localizada em Quirinópolis-GO e Usina Santa Cruz em Américo Brasiliense. Ao todo, já foram efetuados o plantio, replantio e doações de mais de 4,6 milhões mudas para recuperação das matas ciliares e remanescentes florestais.

As atividades de Educação Ambiental são desenvolvidas no CEA (Centro de Educação Ambiental) cujo intuito é sensibilizar os colaboradores, visitantes e a comunidade informando-os das práticas de sustentabilidade adotada pela Companhia. Já recebemos mais de 132 mil visitantes. Hoje a Companhia conta com 3 CEAs, sendo um localizado na Usina São Martinho, um na Usina Boa Vista e um na Usina Santa Cruz.

Além desses projetos, baseado na melhoria contínua são realizados estudos em todos os processos de produção visando melhor performance dos equipamentos, capacitação de seus colaboradores, bem como a otimização e racionalização de todos os recursos naturais necessários a produção de matéria prima, açúcar, etanol, levedura e energia elétrica.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Conforme mencionado no item “a” da seção 7.5, a Companhia e suas controladas necessitam de autorizações e licenças dos órgãos ambientais nas esferas Municipais, Estaduais e Federais. Para atender a todas as exigências técnicas, são adotadas boas práticas ambientais em seus processos, procedimentos e instruções de trabalho.

Os custos para obtenção das autorizações/licenças ambientais necessários para o desenvolvimento da atividade da Companhia e suas controladas são suportados pela atividade. A São Martinho S/A vem trabalhando para se adequar aos padrões nacionais e internacionais de preservação e proteção ambiental e sustentabilidade.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não possui dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de royalties de terceiros que sejam relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

Adicionalmente, informamos que Companhia possui a titularidade de patente e das marcas de comércio/nomes de fantasias a seguir relacionadas, depositados junto ao INPI: **(i) patentes:** processos nº BR 20 2013 02403-5; BR 20 2014 004537-1; BR 20 2014 004542-8; BR 10 2014 007178-4; BR 10 2014 007178-4; BR 10 2018 075944-2; BR 30 2019 000847-5; BR 30 2014 006166-6; BR 30 2018 054922-8; BR 20 2014 025286-5; BR 30 2018 055045-5; BR 10 2018 075995-7; BR 10 2020 011023-3 e **(ii) marcas:** processos nº 827322593; 820272620; 6443060; 812401662; 812812590; 812812603; 822056984; 824135040; 824135059; 6443001; 6443079; 812812204; 812812247; 825672651; 909538905; 909538956; 909538840; 828607354; 828607362; 828607370; 822620847; 822620880; 822620871; 822681994; 830860274; 830860282; 830860290; 830860304; 912509090; 912509147; 830667814; 902771205; 905516524; 905516605; cujas descrições e especificações encontram-se relacionadas no item “9.1”.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

Em R\$ mil

Itens a e c

Receita Líquida	Safra 2020/21	%	Safra 2019/20	%	Safra 2018/19	%
Mercado Interno	2.130.709	49,49%	2.221.636	60,14%	2.300.574	68,46%
Mercado Externo	2.174.375	50,51%	1.472.224	39,86%	1.059.788	31,54%
	4.305.084	100%	3.693.860	100%	3.360.362	100%

Item b

Receita Líquida	Safra 2020/21	%	Safra 2019/20	%	Safra 2018/19	%
Europa	1.195.906	55%	645.812	44%	549.327	52%
América do Norte	347.900	16%	334.341	23%	-	0%
Oriente Médio e Ásia	630.569	29%	529.771	36%	473.651	45%
America do Sul (ex-Brasil)	-	0%	-	0%	-	0%
Outros	-	0%	-	0%	-	0%
Resultado com derivativos / impostos		0%	(37.700)	-3%	36.810	3%
Total Receita mercado externo	2.174.375		1.472.224		1.059.788	

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Não se aplica.

7.8 - Políticas Socioambientais

1) Se divulga informações socioambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado

Sim, a Companhia divulga anualmente o Relatório Anual e de Sustentabilidade referente ao ano safra, que compreende o período de abril a março do ano seguinte.

a) Metodologia seguida na elaboração dessas informações

O Relatório Anual e de Sustentabilidade da São Martinho segue as Normas GRI para Relato de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI), opção Essencial, que estabelece diretrizes para a gestão e a comunicação de indicadores de desempenho econômico, social e ambiental, e os padrões para setores de Biocombustíveis e Produtos Agrícolas do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB). A composição do Relatório conta ainda com Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) de acordo com o Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP), elaborado considerando emissões de janeiro a dezembro de um mesmo ano.

b) Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

O Relatório Anual e de Sustentabilidade safra 2020/2021 será submetido à avaliação por terceira parte.

c) Link de divulgação externa

O Relatório Anual e de Sustentabilidade fica disponível no site institucional da Companhia <http://www.saomartinho.com.br/>

d) Se este relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da companhia

A construção do Relatório Anual e de Sustentabilidade leva em consideração a conexão do negócio da Companhia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas ao longo do documento. No último relatório divulgado, referente à safra 2019/2020, os ODS considerados materiais foram:

- 1: Saúde e bem-estar;
- 2: Educação de qualidade;
- 3: Igualdade de gênero;
- 4: Água potável e saneamento;
- 5: Energia limpa e acessível;
- 6: Trabalho decente e crescimento econômico;
- 7: Indústria, inovação e infraestrutura;
- 8: Redução das desigualdades;
- 9: Cidades e Comunidades sustentáveis;
- 10: Consumo e produção responsáveis;
- 11: Ação contra a mudança global do clima;
- 12: Vida na água
- 13: Vida terrestre;
- 14: Paz, justiça e instituições eficazes;
- 15: Parcerias e meios de implementação.

e) Se não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os ODS, explicar o motivo.

O Relatório Anual e de Sustentabilidade leva em conta os ODS.

7.8 - Políticas Socioambientais

2) Política de Responsabilidade Socioambiental

A São Martinho possui um Sistema de Gestão Integrada estruturado de acordo com requisitos de normas específicas adotadas para atender aos princípios de Qualidade, Segurança de Alimentos, Meio Ambiente, Saúde e Segurança, Responsabilidade Social, entre outros.

A fim de formalizar as intenções e princípios gerais da empresa em relação ao desempenho dos sistemas de gestão a companhia estabeleceu Políticas de Qualidade & Segurança de Alimentos, de Meio Ambiente e de Saúde e Segurança e de Responsabilidade Social, cujas diretrizes são consideradas nos processos de planejamento e gestão. Elas são devidamente comunicadas ao público interno da companhia por meio de diversas mídias. Quando pertinente, a comunicação das Políticas é realizada a outros públicos de relacionamento, como por exemplo, visitantes, investidores ou em reuniões com parceiros e prestadores de serviços, através do site institucional

Temos um sistema de Gestão Ambiental que busca alinhar esforços para mitigação de impactos ambientais e uso racional dos recursos naturais. Nossa atuação em relação à Qualidade e Segurança de Alimentos se pauta no atendimento às exigências regulatórias e necessidades dos Clientes. Para Saúde e Segurança Ocupacional, o foco é na mitigação de riscos, identificando e tratando situações para minimizar possibilidades de ocorrências.

Nas relações com o seu público interno e externo pauta suas ações nos princípios e diretrizes de responsabilidade social, assumindo por meio de sua política os seguintes compromissos: Promover o relacionamento com as comunidades do entorno; engajar as partes interessadas; valorizar a diversidade e a Inclusão; contribuir com o desenvolvimento social; respeitar os direitos humano e praticar o voluntariado.

Além disso, a empresa possui uma política de Investimento Social Privado (disponível para download no site de Relações com Investidores da Companhia – www.saomartinho.com.br/ri), que estabelece diretrizes para o investimento social privado da companhia, destinado voluntariamente a apoiar de forma seletiva programas, projetos e ações de responsabilidade social, atendendo as necessidades das comunidades do entorno priorizando os temas Educação para crianças, jovens e adultos; Educação para Diversidade; Educação Ambiental; Educação para Melhor Idade.

Com base no compromisso de estar alinhada às melhores práticas e padrões de referência em seus processos, a companhia possui diversas certificações que podem ser visualizadas através de seu Relatório Anual e de Sustentabilidade.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Não se aplica.

8.1 - Negócios Extraordinários

Não houve nenhuma aquisição ou alienação de ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia ou que não esteja descrita no item 15.7.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

No curso normal dos negócios, não foi celebrado, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, contratos relevantes que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há outras informações relevantes nesta seção.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 Outros bens relevantes ativo não circulante

a - Ativos imobilizados, inclusive aqueles objetos de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização (Consolidado em milhares de R\$)

Empresa	Descrição do Bem	Localização			Tipo Propriedade	Valor de aquisição + reavaliação		
		País	Município	UF		2.021	2.020	2.019
SM	Terras	Brasil	Itacemápolis	SP	Própria	11.974	11.974	26.088
SM	Edifícios e Dependências	Brasil	Itacemápolis	SP	Própria	37.117	38.126	38.567
SM	Máquinas e Implementos Agrícolas	Brasil	Itacemápolis	SP	Própria	43.662	42.406	42.347
SM	Equipamentos e instalações industriais	Brasil	Itacemápolis	SP	Própria	197.055	188.707	184.446
SM	Veículos e acessórios	Brasil	Itacemápolis	SP	Própria	37.452	34.025	32.449
SM	Moveis Utensílios	Brasil	Itacemápolis	SP	Própria	2.253	1.941	1.817
SM	Equipamentos e processamento de dados	Brasil	Itacemápolis	SP	Própria	1.393	946	945
SM	Florestamento e reflorestamento	Brasil	Itacemápolis	SP	Própria	970	970	970
SM	Lavoura de Cana	Brasil	Itacemápolis	SP	Própria	190.291	186.322	178.510
SM	Imobilizado em Andamento	Brasil	Itacemápolis	SP	Própria	19.576	17.021	20.624
USM	Terras	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	29.100	29.100	80.588
USM	Edifícios e Dependências	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	134.342	132.154	132.942
USM	Máquinas e Implementos Agrícolas	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	104.490	98.825	95.563
USM	Equipamentos e instalações industriais	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	501.987	483.907	497.100
USM	Veículos e acessórios	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	72.969	67.002	70.081
USM	Moveis Utensílios	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	6.064	5.652	6.644
USM	Equipamentos e processamento de dados	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	3.236	4.333	5.719
USM	Aeronaves	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	4.647	4.895	-
USM	Florestamento e reflorestamento	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	1.877	1.877	1.877
USM	Benfeitorias em Poder 3ºs	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	765	844	-
USM	Lavoura de Cana	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	497.400	495.431	438.020
USM	Imobilizado em Andamento	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	52.828	58.213	48.065
USC	Terras	Brasil	Américo Brasiliense	SP	Própria	24.577	24.577	49.069
USC	Edifícios e Dependências	Brasil	Américo Brasiliense	SP	Própria	70.105	71.261	72.672
USC	Máquinas e Implementos Agrícolas	Brasil	Américo Brasiliense	SP	Própria	98.090	79.942	78.401
USC	Equipamentos e instalações industriais	Brasil	Américo Brasiliense	SP	Própria	347.845	327.419	339.810
USC	Veículos e acessórios	Brasil	Américo Brasiliense	SP	Própria	62.118	64.504	67.374
USC	Moveis Utensílios	Brasil	Américo Brasiliense	SP	Própria	2.778	2.400	2.438
USC	Equipamentos e processamento de dados	Brasil	Américo Brasiliense	SP	Própria	1.096	689	718
USC	Lavoura de Cana	Brasil	Américo Brasiliense	SP	Própria	353.290	353.468	304.916
USC	Imobilizado em Andamento	Brasil	Américo Brasiliense	SP	Própria	33.590	23.294	16.849
SMTI	Terras	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	99.718	97.776	97.835
SMTI	Edifícios e Dependências	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	103	116	128
SMTA	Terras	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	1.619.159	1.628.125	1.505.208
BIO SM	Equipamentos e instalações industriais	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	20.110	21.413	21.764
UBV	Terras	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	30.397	30.397	53.495
UBV	Edifícios e Dependências	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	174.520	153.015	156.671
UBV	Máquinas e Implementos Agrícolas	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	77.976	77.081	71.165
UBV	Equipamentos e instalações industriais	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	479.242	467.974	464.837
UBV	Veículos e acessórios	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	54.463	58.219	59.663
UBV	Moveis Utensílios	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	4.089	3.892	3.778
UBV	Equipamentos e processamento de dados	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	1.087	529	726
UBV	Florestamento e reflorestamento	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	317	317	317
UBV	Benfeitorias em Poder 3ºs	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	16.381	21.868	27.511
UBV	Lavoura de Cana	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	334.892	315.705	269.181
UBV	Imobilizado em Andamento	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	54.373	76.412	35.226
SML	Edifícios e Dependências	Brasil	Pradópolis	SP	Própria	2.324	2.451	2.579
BIO SC	Edifícios e Dependências	Brasil	Américo Brasiliense	SP	Própria	923	965	1.007
BIO SC	Equipamentos e instalações industriais	Brasil	Américo Brasiliense	SP	Própria	33.533	35.175	36.837
BIO BV	Equipamentos e instalações industriais	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	13.977	-	-
BIO BV	Moveis Utensílios	Brasil	Quirinópolis	GO	Própria	1	-	-
USL	Terras	Brasil	Motuca	SP	Própria	53	57	57
USL	Edifícios e Dependências	Brasil	Motuca	SP	Própria	49	732	980
USL	Máquinas e Implementos Agrícolas	Brasil	Motuca	SP	Própria	1	1	1
USL	Equipamentos e instalações industriais	Brasil	Motuca	SP	Própria	19	63	88
					TOTAL	5.962.644	5.844.505	5.644.660

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

em milhares de R\$	Taxa anual de deprec.	Custo	Depreciação Acumulada	Consolidado		
				31/03/2021	31/03/2020	31/03/2019
Terras		1.814.977	-	1.814.977	1.822.005	1.812.339
Edificações e dependências	3%	535.844	(116.360)	419.484	398.819	405.545
Equipamentos e instalações industriais	5%	2.386.909	(793.139)	1.593.770	1.524.657	1.544.882
Veículos	7%	405.479	(178.476)	227.003	223.750	229.566
Máquinas e implementos agrícolas	9%	681.399	(357.181)	324.218	298.255	287.476
Benfeitorias em Poder 3ºs	16%	90.253	(73.107)	17.146	22.712	27.511
Lavoura de Cana	14%	1.375.873	-	1.375.873	1.350.927	1.190.627
Outras	14%	94.804	(64.997)	29.808	28.440	25.950
Imobilizado em Uso		7.385.538	(1.583.260)	5.802.278	5.669.565	5.523.896
Imobilizado em andamento		160.366	-	160.366	174.939	120.765
Total		7.545.904	(1.583.260)	5.962.644	5.844.505	5.644.660

b. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, concessões, franquias e contratos de transferências de tecnologia.

Marcas: A Companhia é titular de registros de marcas mistas e nominativas junto ao INPI, além de depósitos de marcas e logomarcas, os quais totalizam 34 processos.

As marcas da Companhia são: (i) COMP. IND. E AGRÍCOLA OMETTO; (ii) MAXPROTEIN; (iii) MONTE SERENO; (iv) NOVA FRONTEIRA BIOENERGIA; (v) OMTEK; (vi) SAO MARTINHO; (vii) SAO MARTINHO ENERGIA; (viii) SAO MARTINHO INOVA; (ix) SAO MARTINHO LOGISTICA; (x) SAO MARTINHO TERRAS; (xi) SMG AGRO INDUSTRIAL; (xii) USINA BOA VISTA, (xiii) USINA SANTA CRUZ e (xiv) VALE DO MOGI, distribuídas em diversas classes de segmentos em linha com seu objeto social.

Patentes: A Companhia é titular das seguintes patentes registradas e com pedidos de registros junto ao INPI: Arado Subsolador com Desarme e Rearme Automático para Acoplamento em Trator; Equipamento Aplicador de Insumos Agrícolas; Equipamento para irrigação localizada Aplicador de Insumos Agrícolas Localizada; Processo De Geração De Mapas De Aplicação De Herbicida Em Função Das Espécies De Plantas Daninhas E Teores De Argila E Matéria Orgânica De Solo; Molde Para Injeção De Bandeja Com Cavidades Para Acondicionamento De Mudanças E Canal Para Acomodação De Tags RFID; Configuração Aplicada em Molde; Configuração Aplicada em Bandeja; Aperfeiçoamento Introduzido em Biodigestor Anaeróbico Termofílico de Líquidos; Configuração Aplicada Armário; Bandeja - Disposição Construtiva Aplicada Em Bandeja Com Cavidades Para Acondicionamento De Mudanças; Configuração Aplicada em Equipamento Agrícola; Equipamento extensor e articulado aplicado a veículo de combate a incêndio.

Domínios: A Companhia é possuidora de 26 domínios registrados no Brasil, quais sejam:

gruposaomartinho.com.br
 gruposaomartinho.com
 gruposaomartinho.net
 gruposaomartinho.org
 nfbio.com.br
 novafrenteirabioenergia.com.br
 novafrenteirabioenergia.ind.br
 novafrenteira.ind.br
 omttek.com.br
 omttek.ind.br
 saomartinho.com.br
 saomartinho.ind.br
 saomartinho-ir.com
 saomartinho-ri.com.br

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

smt03.com.br
smt03.com
smt0.com.br
smt0.com
staluiza.com.br
usinaboavista.com.br
usinaboavista.ind.br
usinairacema.com.br
usinairacema.ind.br
usinasantacruz.com.br
usinasaomartinho.com.br
usinasaomartinho.ind.br

Software: A Companhia possui todas as licenças de software necessárias, não havendo violação de direitos autorais de terceiros.

Pesquisa e Desenvolvimento

Monitoramento de Safras: Desde 1998 aplicamos softwares especialmente desenvolvidos para o monitoramento de safras. Estes softwares são baseados em bancos de dados relacional e temporal que armazenam todas as informações referentes ao solo, clima, variedade e manejo de cada talhão plantado com cana-de-açúcar, bem como todos os recursos aplicados a estes. Estes dados, armazenados após sucessivas safras, nos permitem, com o auxílio de softwares complementares, baseado na Teoria das Restrições e com o uso da inteligência artificial, simular diferentes condições de exploração dos canaviais, visando à maximização da produção de toneladas de açúcares por hectare. Também utilizamos tecnologias de sensoriamento remoto e processamento de imagens que nos auxilia na previsão de safra e no monitoramento do canavial, no controle de insetos pragas, de doenças, de plantas daninhas, na conservação do solo e da água e na preservação do meio ambiente.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Equipamentos e instalações industriais	Brasil	SP	Pradópolis	Própria
Equipamentos e instalações industriais	Brasil	SP	Iracemápolis	Própria
Equipamentos e instalações industriais	Brasil	SP	Américo Brasiliense	Própria
Equipamentos e instalações industriais	Brasil	SP	Motuca	Própria
Equipamentos e processamento de dados	Brasil	SP	Pradópolis / Iracemápolis / Américo Brasiliense	Própria
Equipamentos e processamento de dados	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Florestamento e reflorestamento	Brasil	SP	Pradópolis / Iracemápolis	Própria
Imobilizado em Andamento	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Florestamento e reflorestamento	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Imobilizado em Andamento	Brasil	SP	Pradópolis / Iracemápolis / Américo Brasiliense	Própria
Máquinas e Implementos Agrícolas	Brasil	SP	Pradópolis / Iracemápolis / Américo Brasiliense / Motuca	Própria
Máquinas e Implementos Agrícolas	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Equipamentos e instalações industriais	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Moveis Utensílios	Brasil	SP	Pradópolis / Iracemápolis / Américo Brasiliense	Própria
Moveis Utensílios	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Terras	Brasil	SP	Pradópolis / Iracemápolis / Américo Brasiliense / Motuca	Própria
Terras	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Benfeitorias em Poder de 3ºs	Brasil	SP	Pradópolis	Própria
Veículos e acessórios	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Edifícios e Dependências	Brasil	SP	Pradópolis / Iracemápolis / Américo Brasiliense / Motuca	Própria
Edifícios e Dependências	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Lavoura de Cana	Brasil	SP	Pradópolis / Iracemápolis / Américo Brasiliense	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Lavoura de Cana	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Benfeitorias em Poder de 3ºs	Brasil	GO	Quirinópolis	Própria
Veiculos e acessórios	Brasil	SP	Pradópolis	Própria
Veiculos e acessórios	Brasil	SP	Iracemápolis	Própria
Veiculos e acessórios	Brasil	SP	Américo Brasiliense	Própria
Aeronaves	Brasil	SP	Pradópolis	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	usinasomartinho.ind.br	10/08/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Marcas	Monte Sereno - Serviços de florestamento e reflorestamento	De 14/02/1995 a 14/02/2025	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Nova Fronteira Bioenergia - Etanol, carvão, carvão vegetal, combustível a base de álcool	De 27/10/2015 a 27/10/2025	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	CIAO Comp. Ind. e Agr. Ometto - Industrialização de cana de açúcar e derivados	De 18/03/2008 a 18/03/2028	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Vale do Mogi - Etanol, acetileno, acetona, aditivos químicos	De 26/06/2014 a 24/06/2024	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Vale do Mogi - Comércio importação e exportação dos produtos e derivados da agricultura	De 24/06/2014 a 24/06/2024	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Monte Sereno - Serviços de florestamento e reflorestamento. Serviços auxiliares agropecuárias	De 27/10/1987 a 27/10/2027	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Monte Sereno - cana-de-açúcar	De 20/03/1990 a 20/03/2030	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	São Martinho - açúcar, açúcar cristalizado para uso alimentar	06/02/1990 a 06/02/2030	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Maxprotein - Proteínas	De 11/07/2000 a 11/07/2030	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Omtex - Comercialização, exportação e importação de produtos químicos	De 17/04/2007 a 17/04/2027	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Omtex - Fabricação, comercialização, exportação e importação de produtos químicos e orgânicos	De 31/10/2014 a 21/10/2024	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	São Martinho - etanol, carvão vegetal, combustível, gasolina, óleo diesel	De 17/07/2007 a 17/07/2027	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	São Martinho Inova - Assessoria, consultoria e informação em gestão de negócios	De 11/09/2018 a 08/09/2028	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	São Martinho Inova - Consultoria em tecnologia da informação	De 11/09/2018 a 11/09/2028	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Usina Boa Vista - etanol, etanol etílico, acetileno, acetona, aditivos químicos	De 26/05/2009 a 26/05/2029	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Usina Boa Vista - Açúcar, açúcar cristalizado para uso alimentar e adoçantes naturais	De 09/04/2019 a 09/04/2029	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Usina Boa Vista - Demonstração de produtos, promoção de vendas, exportação e importação	De 06/02/2018 a 06/02/2028	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Nova Fronteira Bioenergia - Etanol, carvão, carvão vegetal, combustível a base de etanol	De 11/06/2013 a 11/06/2023	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Nova Fronteira Bioenergia - Energia	De 11/06/2013 a 11/06/2023	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Vale do Mogi - Loteamento imobiliário, compra e venda de móveis por conta ou de terceiros	De 24/06/2014 a 24/06/2024	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Vale do Mogi - Extração mineral, construção civil	De 24/06/2014 a 24/06/2024	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Nome de domínio na internet	novafrenteirabioenergia .ind.br	15/02/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Marcas	Monte Sereno - Cana-de-açúcar	De 09/03/2010 a 09/03/2030	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	São Martinho Terras - Loteamento imobiliário, compra e venda de móveis	De 10/10/2017 a 10/10/2027	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	São Martinho - Animais Vivos	De 10/08/1976 a 10/08/2026	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Monte Sereno - Animais Vivos	De 10/08/1976 a 10/08/2026	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	São Martinho - Substâncias e produtos químicos destinados à indústria e à ciência	De 10/08/1976 a 10/08/2026	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	São Martinho Logística - Transporte, embalagem, armazenagem	De 10/10/2017 a 10/10/2027	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	São Martinho - Energia	De 10/10/2017 a 10/10/2027	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Usina Santa Cruz - Industrialização de cana de açúcar, produção de açúcar e etanol	De 11/11/2008 a 11/11/2028	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Usina Santa Cruz - Açúcar, açúcar cristalizado para uso alimentar, adoçantes	De 26/09/2006 a 26/09/2026	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Usina Santa Cruz - etanol, carvão vegetal, carvão, sagolina	De 26/09/2006 a 26/09/2026	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Nova Fronteira Bioenergia - Energia	De 27/10/2015 a 27/10/2025	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Nome de domínio na internet	omtek.com.br	28/11/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SMG Agro Industrial - Açúcar cristalizado para uso alimentar adoçantes naturais	De 04/03/2008 a 04/03/2018	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Nome de domínio na internet	omtek.ind.br	10/08/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	saomartinho-ri.com.br	17/08/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Patentes	Processo de geração de mapas de aplicação de herbicida em função das espécies de plantas daninhas	De 22/10/2020 a 26/12/2033	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	São Martinho - Animais vivos	De 02/07/1996 a 02/07/2026	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Nome de domínio na internet	gruposaomartinho.com.br	02/03/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	nfbio.com.br	29/09/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Patentes	Equipamento Aplicador de Insumos Agrícolas	De 20/10/2020 a 26/11/2028	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Equipamento para irrigação localizada_Aplicador de Insumos Agrícolas Localizada	De 08/10/2019 a 26/11/2028	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Nome de domínio na internet	novafrenteira.ind.br	14/02/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Patentes	Configuração Aplicada em Armário	De 29/01/2019 a 22/04/2039	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Patentes	Configuração Aplicada em Molde	De 10/03/2020 a 06/03/2039	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Patentes	Bandeja - Disposição Construtiva Aplicada Em Bandeja Com Cavidades Para Acondicionamento De Mudas	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Molde para injeção de bandeja com cavidades para acondicionamento de mudas e canal para acomodação	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Patentes	Configuração Aplicada em Bandeja	De 29/01/2019 a 24/10/2038	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Nome de domínio na internet	smt03.com.br	09/02/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	staluiza.com.br	23/03/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	smt0.com	20/11/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	smt03.com	09/02/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	usinaboavista.com.br	02/08/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	usinaboavista.ind.br	02/08/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	usinairacema.com.br	20/11/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	usinairacema.ind.br	10/08/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Marcas	SMG Agro Industrial - Álcool etílico Acetileno Acetona Aditivos químicos para combustível	De 04/03/2008 a 04/03/2018	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	gruposaomartinho.net	21/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	gruposaomartinho.org	10/11/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	saomartinho-ir.com	18/08/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Patentes	Equipamento extensor e articulado aplicado a veículos de combate a incêndio	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	novafrenteirabioenergia.com.br	15/02/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	saomartinho.com.br	03/02/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	saomartinho.ind.br	28/06/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	smt.com.br	09/02/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	gruposomartinho.com	21/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Patentes	Aperfeiçoamento Introduzido em Biodigestor Anaeróbico Termofílico de Líquidos	De 05/05/2020 a 10/10/2029	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Patentes	Configuração Aplicada em Equipamento Agrícola	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	Arado Subsolador com Desarme e Rearme Automático para Acoplamento em Trator	Em andamento	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Marcas	Usina Santa Cruz - Comércio de derivados da cana-de-açúcar	De 26/09/2006 a 26/09/2026	A perda dos direitos de propriedade e exclusividade da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia dos direitos, ou pela caducidade, quando o titular não consiga comprovar o uso ou justificar o desuso da marca por razões legítimas (caducará o registro a requerimento de terceiros que com interesse na marca, se decorridos 5 anos da concessão o titular não tiver iniciado o uso efetivo da marca no Brasil, ou tiver sido interrompido seu uso por mais de 5 anos consecutivos).	Por consequência do item acima a marca poderá ser extinta ficando em domínio público a disposição de quem queira requerer sua propriedade.
Nome de domínio na internet	usinasantacruz.com.br	22/05/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.
Nome de domínio na internet	usinasaomartinho.com.br	22/10/2025	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/03/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana de açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.								
São Martinho Inova S.A.	13.288.282/0001-16	-	Controlada	Brasil	SP	Pradópolis	Pesquisa e desenvolvimento de atividades e tecnologias agroindustriais voltadas para o setor sucroalcooleiro e participação em outras sociedades.	100,000000
Valor mercado								
31/03/2021	23,573691	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2021	33.205.239,67		
31/03/2020	3,705746	0,000000	0,00					
31/03/2019	6,362628	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana de açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.								
São Martinho Logística e Participações S.A.	20.220.473/0001-01	-	Controlada	Brasil	SP	Pradópolis	Armazenagem de produtos em geral	100,000000
Valor mercado								
31/03/2021	-4,865796	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2021	2.571.657,75		
31/03/2020	-4,407569	0,000000	0,00					
31/03/2019	-4,200542	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.								
São Martinho Terras Agrícolas S.A	24.190.346/0001-68	-	Controlada	Brasil	SP	Pradópolis	Exploração de terras por meio de arrendamentos e parcerias agrícolas.	100,000000
Valor mercado								
31/03/2021	0,485499	0,000000	76.156.220,70	Valor contábil	31/03/2021	1.150.049.734,76		
31/03/2020	9,599842	0,000000	44.173.860,97					
31/03/2019	0,142026	0,000000	44.355.708,58					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento de nossa atividade de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comercialização dos produtos derivados desta atividade.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

Não se aplica.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

	12M21	12M20	12M19	12M21 X 12M20	12M21 X 12M19
Milhares de R\$					
Receita Líquida ¹	4.322.174	3.701.547	3.381.663	16,8%	27,8%
EBITDA (Ajustado)	2.187.515	1.857.191	1.644.534	17,8%	33,0%
Margem EBITDA (Ajustada)	50,6%	50,2%	48,6%	0,4 p.p.	2,0 p.p.
EBIT (Ajustado)	1.021.885	792.538	599.760	28,9%	70,4%
Margem EBIT (Ajustada)	23,6%	21,4%	17,7%	2,2 p.p.	5,9 p.p.
Indicadores de Balanço Consolidados					
Ativo Total	10.649.932	10.477.842	9.748.722	1,6%	9,2%
Patrimônio Líquido	4.035.495	3.369.482	3.391.010	19,8%	19,0%
EBITDA (acumulado dos últimos 12 meses)	2.187.515	1.857.191	1.644.534	17,8%	33,0%
Dívida Líquida	2.702.103	2.879.311	2.401.992	-6,2%	12,5%
Dívida Líquida / (EBITDA dos últimos 12 meses)	1,24 x	1,55 x	1,46 x	-20,3%	-15,4%
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido)	67%	85%	71%		

1 - Exclui efeito de Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPAUSC e inclui a Receita Financeira de Negócios Imobiliários
Os dados não contemplam os impactos do IFRS 16

Vide item 10.1, letra h.

b) Estrutura de capital

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.681.570.983,27 (dois bilhões, seiscentos e oitenta e um milhões, quinhentos e setenta mil, novecentos e oitenta e três reais e vinte e sete centavos) dividido em 354.011.329 (trezentas e cinquenta e quatro milhões, onze mil e trezentas e vinte e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O patrimônio líquido, em 31 de março de 2021, era de R\$ 4.035,5 milhões (aumento de 19,8% se comparado com 2020). Adicionalmente, a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 1.364,1 milhões, apresentando redução de 30,5% em relação a março/2020. A dívida líquida totalizava R\$ 2.702,1 milhões e o índice de dívida líquida sobre patrimônio líquido era de 67% em março/21 (em 31 de março de 2020 era de 85%), reflexo principalmente da maior geração de fluxo de caixa operacional ocorrida ao longo da safra 20/21.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As disponibilidades de caixa (caixa e aplicações financeiras) que a São Martinho possuía em março/2021 eram mais que suficientes para liquidar dois anos de dívida.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para administrar o capital de giro, as necessidades de recursos financeiros, bem como os investimentos em ativos não circulantes, a Companhia acessa recursos do mercado financeiro e de capitais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ENDIVIDAMENTO	mar/21	mar/20	mar/19
Em Milhares de R\$			
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.917.343	1.922.913	1.794.696
BNDES/FINAME	339.321	423.457	542.092
Crédito Rural	-	278.536	393.583
Capital de Giro	286.649	261.837	264.793
PESA	-	8.349	16.451
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	1.163.182	1.445.015	1.084.247
International Finance Corporation (IFC)	344.468	474.334	356.738
Obrigações decorrentes de Aquisições - LOP	15.288	26.934	38.605
Dívida Bruta Total	4.066.251	4.841.376	4.491.205
Disponibilidades	1.364.148	1.962.065	2.089.213
Dívida Líquida	2.702.103	2.879.311	2.401.992
Dívida Líquida / EBITDA Acumulado	1,24 x	1,55 x	1,46 x

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não se aplica. A Companhia não possui deficiência de liquidez.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo:

i. contratos de empréstimos e financiamento relevantes:

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

iii. grau de subordinação entre as dívidas:

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Verificar as tabelas seguintes sobre o endividamento da Companhia (itens i a iv).

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período ocorrido (pro rata temporis).

Observa-se que não há subordinação entre as dívidas.

Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía contratos com cláusulas financeiras restritivas, todos relacionados a liquidez, grau de endividamento e liquidez corrente, no montante de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, as quais são exigidas e apuradas anualmente, estando em conformidade nas demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2021, 2020 e 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Modalidade	Encargos Anuais		Consolidado		
	Taxa	Indexador	2021	2020	2019
Em moeda nacional					
Nota de Crédito a exportação	0%	CDI	-	131.780	264.793
Linhas do BNDES	2,20%	+TJLP	145.682	162.873	207.172
Linhas do BNDES	3,28%	-	117.845	160.039	1.697
Linhas do BNDES	3,48%	-	-	-	233.738
Linhas do BNDES		+SELIC	-	-	242
Crédito rural	0%	-	-	278.497	369.542
FINEP	4,00%	-	64.169	84.433	104.697
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a)	98,06%	CDI	1.442.018	1.474.171	1.363.353
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a)	4,88%	+IPCA	475.325	448.743	431.343
Outros créditos securitizados	3,00%	+IGP-M/PRE	36	8.389	16.496
Leasing	5,98%	PRÉ	180	-	-
Total em moeda nacional			2.245.255	2.748.925	2.993.073
Em moeda estrangeira					
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	0%	Var. cambial	-	1.050.150	787.160
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,55%	+Libor 6M	1.307.281	394.865	297.087
International Finance Corporation (IFC) (b)	1,80%	+Libor 6M	344.468	474.334	356.738
Nota de Crédito a Exportação (NCE)	2,27%	Var. cambial	142.513	130.057	-
FINEM	2,73%	+Cesta Moedas	11.446	16.111	18.542
Total em moeda estrangeira			1.805.708	2.065.517	1.459.527
TOTAL			4.050.963	4.814.442	4.452.600
Circulante			674.504	591.024	754.999
Não Circulante			3.376.459	4.223.418	3.697.601

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo relativos à Companhia têm a seguinte composição de vencimento:

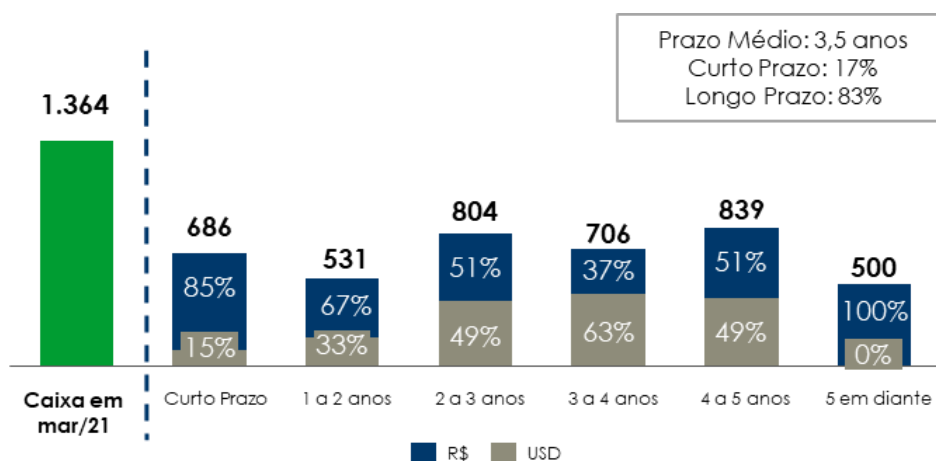
	31 de Março de 2021
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	531.395
De 1º/04/2023 a 30/03/2024	803.943
De 1º/03/2024 a 31/03/2025	706.066
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	839.063
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	437.509
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	21.349
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	19.663
A partir de 1º/04/2029	17.471
	3.376.459

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	31 de Março de 2020
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	918.098
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	730.166
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	644.113
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	640.372
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	796.763
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	436.442
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	21.011
Após 2028	36.453
	<u>4.223.418</u>

	31 de Março de 2019
De 1º/04/2020 a 31/03/2021	501.761
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	700.340
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	640.254
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	536.452
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	529.397
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	501.441
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	230.520
Após 2027	57.436
	<u>3.697.601</u>

O cronograma de amortização das obrigações financeiras vigentes em 31 de março de 2021, segue detalhado a seguir:



Com base na Resolução nº. 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia e a Usina Santa Luiza securitizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securitizados, registrados como "Créditos rurais securitizados", estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2021 e de 2020 e 2019, de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31/03/2021 a Companhia possuía R\$ 942 milhões disponíveis em linha de crédito junto ao BNDES e não utilizados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

São Martinho S.A. - CONSOLIDADO - ATIVO					
Em milhares de R\$					
ATIVO	mar/21	mar/20	mar/19	mar/21 x mar/20	mar/21 x mar/19
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	288.350	92.066	197.607	213,2%	45,9%
Aplicações financeiras	1.062.154	1.831.504	1.838.261	-42,0%	-42,2%
Contas a receber de clientes	215.659	165.829	163.412	30,0%	32,0%
Instrumentos financeiros derivativos	139.904	224.635	53.967	-37,7%	159,2%
Estoques e adiantamentos a fornecedor	446.313	366.177	232.322	21,9%	92,1%
Ativos biológicos	989.540	713.547	657.057	38,7%	50,6%
Tributos a recuperar	12.062	12.303	20.124	-2,0%	-40,1%
Imposto de renda e contribuição social	42.250	71.257	79.759	-40,7%	-47,0%
Outros ativos	9.376	8.832	10.191	6,2%	-8,0%
TOTAL CIRCULANTE	3.205.608	3.486.150	3.252.700	-8,0%	-1,4%
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	13.644	38.494	53.345	-64,6%	-74,4%
Estoques e adiantamento a fornecedores	106.838	49.916	131.881	114,0%	-19,0%
Partes relacionadas	-	-	-	n.m	n.m
Instrumentos financeiros derivativos	48.639	28.977	229	67,9%	21139,7%
Contas a receber de clientes	24.189	27.192	22.488	-11,0%	7,6%
Valores a receber da Copersucar	-	-	10.017	n.m	n.m
Tributos a recuperar	96.241	81.046	79.790	18,7%	20,6%
Depósitos judiciais	485.029	271.060	27.210	78,9%	1682,5%
Outros ativos	113.935	67.176	14.366	69,6%	693,1%
	888.515	563.861	339.326	57,6%	161,8%
Investimentos	39.951	33.868	33.537	18,0%	19,1%
Imobilizado	5.962.644	5.844.505	5.644.660	2,0%	5,6%
Intangível	451.742	465.689	478.499	-3,0%	-5,6%
Direito de Uso	1.869.396	1.719.453	-	8,7%	n.m.
TOTAL NÃO CIRCULANTE	9.212.248	8.627.376	6.496.022	6,8%	41,8%
TOTAL DO ATIVO	12.417.856	12.113.526	9.748.722	2,5%	27,4%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

São Martinho S.A. - CONSOLIDADO - PASSIVO					
Em milhares de R\$					
	mar/21	mar/20	mar/19	mar/21 x mar/20	mar/21 x mar/19
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	674.504	591.024	754.999	14,1%	-10,7%
Arendamentos a pagar	66.264	40.168	-	65,0%	n.m.
Parceria agrícola a pagar	285.308	203.835	-	40,0%	n.m.
Instrumentos financeiros derivativos	218.685	406.473	37.369	-46,2%	485,2%
Fornecedores	221.707	174.524	152.713	27,0%	45,2%
Obrigações com a Copersucar	9.075	10.892	9.094	-16,7%	-0,2%
Salários e contribuições sociais	171.883	150.249	134.372	14,4%	27,9%
Tributos a recolher	24.229	34.730	40.833	-30,2%	-40,7%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7.480	4.985	4.178	50,1%	79,0%
Dividendos a Pagar	102.552	54.694	81.077	87,5%	26,5%
Adiantamento de clientes	17.436	34.710	4.295	-49,8%	306,0%
Aquisição de Participação Societárias	11.638	11.664	11.715	-0,2%	-0,7%
Outros passivos	30.812	18.527	27.020	66,3%	14,0%
TOTAL	1.841.573	1.736.475	1.257.665	6,1%	46,4%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	3.376.459	4.223.418	3.697.601	-20,1%	-8,7%
Arendamentos a pagar	399.157	377.954	-	5,6%	n.m.
Parceria agrícola a pagar	1.161.905	1.053.956	-	10,2%	n.m.
Instrumentos financeiros derivativos	80.227	79.022	13.520	1,5%	493,4%
Obrigações com a Copersucar	167.121	179.189	201.498	-6,7%	-17,1%
Tributos a recolher	-	-	2.998	n.m.	n.m.
Imposto de renda e contribuição social diferidos	834.822	746.226	988.760	11,9%	-15,6%
Provisão para contingências	102.256	100.283	103.817	2,0%	-1,5%
Aquisição de participação societária	3.650	15.270	26.890	-76,1%	-86,4%
Tributos com exigibilidade suspensa	458.480	242.188	58.313	89,3%	686,2%
Outros passivos	5.617	12.869	6.650	-56,4%	-15,5%
TOTAL	6.589.694	7.030.375	5.100.047	-6,3%	29,2%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	2.071.819	1.696.652	1.696.652	22,1%	22,1%
Reserva de capital	-	9.418	9.418	n.m.	n.m.
Ações em tesouraria	(139.997)	(131.361)	(234.100)	6,6%	-40,2%
Ajustes de avaliação patrimonial	551.050	607.022	1.016.355	-9,2%	-45,8%
Reserva de lucros	1.503.717	1.164.945	902.685	29,1%	66,6%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.986.589	3.346.676	3.391.010	19,1%	17,6%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.417.856	12.113.526	9.748.722	2,5%	27,4%

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia entre os anos 2021, 2020 e 2019:

Ativo Circulante: totalizou R\$ 3.205,6 milhões em 2021, uma redução de 8,0% em relação aos R\$ 3.486,1 milhões apresentados no ano de 2020 e de 1,4% em relação aos R\$ 3.252,7 milhões apresentados em 2019. A variação se deve principalmente as reduções de 42,0% e 37,7% nas linhas de aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos, respectivamente, quando comparamos o 12M21 x 12M20.

Ativo Realizável a Longo Prazo: totalizou R\$ 888,5 milhões em 2021, com um aumento de 57,6% em relação à mar/2020, devido principalmente à variação de depósitos judiciais referentes aos tributos relacionados aos créditos da Copersucar.

Demais Itens do Ativo Não Circulante: totalizou R\$ 8.323,2 milhões em 2021, com aumentos de 3,2% e 35,2%, quando comparamos com 2020 e 2019, respectivamente. Em ambos os

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

períodos, o aumento refere-se, principalmente, à variação do direito de uso registrado em 2021 devido à adoção do IFRS 16 a partir da safra 19/20.

Passivo Circulante: totalizou R\$ 1.841,6 milhões em 2021, apresentando um aumento de 6,1% em relação ao ano de 2020, e 46,4% em relação ao ano de 2019, resultado, principalmente, em ambos os períodos do aumento de 40,0% na linha de parceria agrícola a pagar registrados em 2021 decorrente da adoção do IFRS 16 a partir da safra 19/20.

Passivo Exigível a Longo Prazo: totalizou R\$ 6.589,7 milhões em 2021 redução de 6,3% em relação a 2020, e aumento de 29,2% quando comparamos com 2019. Resultados, principalmente, da redução na linha de empréstimos e financiamentos quando comparado os períodos de 12M21 X 12M20.

Comentários referentes à demonstração de resultado consolidado da Companhia entre os anos 2021, 2020 e 2019:

SÃO MARTINHO S.A - CONSOLIDADO	12M21	12M20	12M19	12M21 X 12M20	12M21 X 12M19
Em milhares de Reais					
Receita bruta	4.642.887	4.065.225	3.731.066	14,2%	24,4%
Deduções da receita bruta	(337.804)	(371.365)	(370.704)	-9,0%	-8,9%
Receita líquida	4.305.083	3.693.860	3.360.362	16,5%	28,1%
Custo dos produtos vendidos (CPV)	(2.750.835)	(2.516.996)	(2.488.932)	9,3%	10,5%
Lucro bruto	1.554.248	1.176.864	871.430	32,1%	78,4%
Margem bruta (%)	36,1%	31,9%	25,9%	4,2 p.p	10,2 p.p.
Despesas operacionais	(3.334)	8.969	(173.408)	-137,2%	-98,1%
Despesas com vendas	(173.154)	(138.197)	(97.367)	25,3%	77,8%
Despesas gerais e administrativas	(257.158)	(216.869)	(194.925)	18,6%	31,9%
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.776	625	(240)	n.m.	n.m.
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	421.202	363.410	119.124	15,9%	n.m.
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.550.914	1.185.833	698.022	30,8%	122,2%
Receitas (despesas) financeiras:	(342.112)	(452.159)	(318.788)	-24,3%	7,3%
Receitas financeiras	63.279	117.003	103.718	-45,9%	-39,0%
Despesas financeiras	(392.914)	(415.979)	(311.154)	-5,5%	26,3%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(14.867)	(35.891)	(35.008)	-58,6%	-57,5%
Resultado de derivativos	2.390	(117.292)	(76.344)	n.m.	n.m.
Lucro operacional antes do IR e CS	1.208.802	733.674	379.234	64,8%	218,7%
IR e contribuição social - parcela corrente	(167.151)	(124.725)	(31.606)	34,0%	428,9%
IR e contribuição social - parcela diferida	(114.527)	30.061	(33.583)	n.m.	n.m.
Lucro líquido antes da participação dos minoritários	927.124	639.010	314.045	45,1%	195,2%
Lucro líquido do período	927.124	639.010	314.045	45,1%	195,2%
Margem líquida (%)	21,5%	17,3%	9,3%	4,2 p.p.	12,2 p.p.

Receita Líquida Total: no comparativo 12M21 x 12M20, a receita líquida apresentou um aumento de 16,5% refletindo, principalmente, (i) ao maior volume vendido de açúcar (+34%) a preços superiores (+17%) em relação do 12M20, (ii) a comercialização de CBIOS ocorrida na safra, e (iii) aumento do volume de vendas de levedura, e melhores preços.

A seguir detalhamos a composição da Receita Líquida da São Martinho por produto, conforme tabela no item 10.2 letra a, excluindo (i) o efeito de hedge accounting de dívida em moeda estrangeira e (ii) o PPA (Purchase Price Allocation), que reflete a amortização do ágio pago pela rentabilidade futura do volume de cogeração da Usina Santa Cruz e (iii) incluindo a Receita Financeira de Negócios Imobiliários.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida de Açúcar: no período acumulado (12M21), a receita líquida de açúcar totalizou R\$ 1.938,3 milhões, aumento de 56,1% em relação ao 12M20, refletindo (i) o maior volume comercializado de açúcar no período (+33,9%) – decorrente do mix de produção mais açucareiro ao longo da safra 20/21, e (ii) o preço do açúcar 16,6% superior comparado à safra passada. Quando comparamos com o 12M19, houve um aumento de 74,9% na receita líquida relacionada ao açúcar, dada a mudança de mix entre os produtos.

Receita líquida de Etanol: no período acumulado (12M21) a receita líquida de etanol totalizou R\$ 2.032,2 milhões, 5,4% menor em comparação ao 12M20, devido, principalmente, ao menor volume de vendas realizado na safra, inferior em 8,1%, apesar do preço médio de comercialização ter sido cerca de 3,0% maior. Quando comparamos com o 12M19, o aumento foi de 1,2%.

Receita líquida de Energia: a receita líquida com comercialização de energia apresentou redução de 8,3% em relação ao 12M20, totalizando R\$ 200,3 milhões, refletindo principalmente, o menor preço de comercialização ocorrido no período, além do menor volume de comercialização no acumulado da safra. Quando comparamos a receita do 12M21 em relação ao 12M19, houve uma redução de 4,2%.

Receita Líquida de Levedura: para o período acumulado da safra (12M21), a receita líquida de levedura subiu 82,6% em relação ao 12M20, somando R\$ 43,4 milhões. O melhor desempenho, no 12M21 é resultado, principalmente, do maior preço de comercialização, impactado pela apreciação do dólar em relação ao Real, além do maior volume de vendas ocorrido nos 12M21.

Receita Líquida de Negócios Imobiliários: a receita líquida com negócios imobiliários totalizou R\$ 21,6 milhões no 12M21, comparado com R\$ 20,1 milhões no 12M20. No comparativo 12M21 x 12M19 a receita líquida aumentou 690,2%.

Receita Líquida de CBIOs: A partir do 3T21 passamos a detalhar em uma linha específica a receita líquida relacionada à comercialização de CBIOs. No período acumulado da safra, foram comercializados cerca de 832 mil CBIOs, com preço médio líquido de R\$ 32,7/CBIO (IR retido na fonte). A receita líquida com CBIOs totalizou R\$ 27,2 milhões no 12M21.

Receita líquida (Outros): a receita líquida do 12M21 apresentou aumento de 18,2% em relação ao 12M20, totalizando R\$ 59,2 milhões. Em comparação com o 12M19 o aumento foi de 12,7%.

CPV (Custo dos Produtos Vendidos): para o período acumulado da safra o CPV totalizou R\$ 2.750,1 milhões, um aumento de 9,3% em relação à safra anterior, devido, principalmente, ao impacto do aumento do Consecana (+18,3%). No comparativo 12M21 x 12M19 tivemos um aumento de 10,5%.

Despesas com Vendas: no acumulado da safra (12M21) as despesas ficaram 25,3% superiores quando comparado ao 12M20, somando R\$ 173,1 milhões. Esses aumentos estão relacionados aos fretes e custos portuários, e refletem, principalmente, o aumento ocorrido no valor do diesel, além do maior volume de exportação (i) de etanol no 4T21, e (ii) de açúcar no 12M21, em relação aos mesmos períodos da safra anterior.

Despesas Gerais e Administrativas: no acumulado da safra as despesas recorrentes somaram R\$ 215,4 milhões, superior em 11,3% quando comparado ao 12M20. O aumento das despesas reflete, principalmente, o efeito contábil – não caixa – da marcação a mercado do programa de opções virtuais, reflexo da valorização das ações no período.

Resultado Financeiro: o resultado financeiro líquido no 12M21 totalizou uma despesa de R\$ 342,1 milhões, apresentando uma redução de 24,3% no período, a melhora da performance financeira reflete a menor variação cambial de dívidas em moeda estrangeira, além da redução das despesas financeiras, reflexo da gestão do endividamento, com consequente redução do custo da dívida. No comparativo 12M21 x 12M19, houve um aumento de 7,3%.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro Líquido: no acumulado 12M21, o lucro líquido totalizou R\$ 927,1 milhões, 45,1% superior em comparação ao 12M20, como resultado dos fatores mencionados anteriormente. No comparativo com o 12M19 o lucro líquido ficou 195,2% superior.

Capex de manutenção: no 12M21, o capex de manutenção somou R\$ 1.261,0 milhões, um aumento de 11,0% em relação à safra anterior. O aumento do capex reflete principalmente, o impacto da variação cambial no preço de insumos importados, além de um maior período de entressafra ocorrida na safra na 20/21.

Capex de melhoria operacional: composto por investimentos em (i) equipamentos agrícolas e industriais e reposições, e (ii) investimentos de âmbito ambiental/legal, somaram no período acumulado da safra (12M21), o total investido somou R\$ 120,0 milhões, 8,9% inferior quando comparado ao mesmo período da safra anterior. No comparativo 12M21 x 12M19, o aumento foi de 33,7%.

Capex de expansão: no 12M21, o capex de expansão somou R\$ 127,2 milhões, um aumento de 5,9% na safra, que estão relacionados aos investimentos destinados, principalmente, para (i) Otimização da Colheita e Tratos Culturais: R\$ 45 milhões e TIR de ~22% a.a. (aumento da capacidade dos equipamentos, além do uso de tecnologias inovadoras, como o monitoramento remoto e uso de drones); (ii) Projeto de Etanol de Milho: ~R\$ 25 milhões e TIR de ~25% a.a.; (iii) Modernização (retrofit) das Caldeiras da Usina Boa Vista: R\$ 13 milhões e TIR de ~14% (aumento da eficiência industrial, com aumento marginal de produção de etanol e menor uso de energia); e (iv) Produção de etanol industrial Usina Santa Cruz: R\$ 11 milhões e TIR de ~20% a.a.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA	12M21	12M20	12M19	12M21 x 12M20	12M21 x 12M19
Milhares de Reais					
Mercado Doméstico	2.145.422	2.228.211	2.308.727	-3,7%	-7,1%
Açúcar	154.352	134.393	142.053	14,9%	8,7%
Etanol	1.639.412	1.781.389	1.902.358	-8,0%	-13,8%
Energia Elétrica	200.276	218.444	209.082	-8,3%	-4,2%
Levedura	43.442	23.791	-	82,6%	n.m
Negócios Imobiliários	21.572	20.107	2.730	7,3%	690,2%
CBIOs	27.179	-	-	n.m.	n.m
Outros	59.189	50.087	52.504	18,2%	12,7%
Mercado Externo	2.176.752	1.473.336	1.072.936	47,7%	102,9%
Açúcar	1.783.993	1.107.684	966.242	61,1%	84,6%
Etanol	392.759	365.652	106.694	7,4%	n.m
Receita Líquida Total*	4.322.174	3.701.547	3.381.663	16,8%	27,8%
Açúcar	1.938.345	1.242.077	1.108.295	56,1%	74,9%
Etanol	2.032.171	2.147.041	2.009.052	-5,4%	1,2%
Energia Elétrica	200.276	218.444	209.082	-8,3%	-4,2%
Levedura	43.442	23.791	-	82,6%	n.m
Negócios Imobiliários	21.572	20.107	2.730	7,3%	690,2%
CBIOs	27.179	-	-	n.m.	n.m
Outros	59.189	50.087	52.504	18,2%	12,7%

*Exclui efeito de Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC e inclui a Receita Financeira de Negócios Imobiliários

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Vide item 10.1, letra h.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Vide item 10.1, letra h.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Incorporação da Usina Boa Vista S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de abril de 2018, foi aprovada a incorporação da Usina Boa Vista S.A. pela Companhia, conforme fato relevante publicado em 28 de fevereiro de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data.

A Incorporação justificou-se na medida em que a combinação dos ativos da UBV com os ativos da Companhia, sob uma única pessoa jurídica, permitiu a estruturação e utilização mais eficiente dos ativos e das operações agroindustriais das empresas envolvidas de forma a concentrar na Companhia todas as atividades desenvolvidas pela UBV. Esse procedimento propiciou a unificação da administração e das atividades das duas sociedades, gerando maior eficiência, sinergia e racionalização dos custos administrativo-financeiros.

Aquisição e incorporação da Pulisic Participações Ltda

Em 11 de outubro de 2018, a Companhia realizou a aquisição parcial de ativos da Usina Açucareira Furlan S.A. através da Pulisic Participações Ltda. ("Pulisic") pelo montante de R\$ 15.984 mil.

A partir da data de aquisição, a Companhia passou a deter 100% das ações da Pulisic e a consolidar integralmente seus resultados em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2019, foi aprovada a incorporação da Pulisic pela Companhia.

Sua incorporação permite a utilização mais eficiente dos ativos, gerando sinergia e racionalização dos custos administrativo-financeiros.

Incorporação da Usina Santa Luiza S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2019, foi aprovada a cisão total e incorporação desproporcional das parcelas cindidas da Usina Santa Luiza S.A., com sua consequente extinção.

A operação se justifica uma vez que a USL não é uma empresa operacional, sua cisão total e subsequente incorporação das parcelas cindidas pela Companhia, visa segregar de forma eficiente seu acervo patrimonial líquido em cada uma de suas acionistas, reduzindo custos administrativos.

A cisão não resultou em alteração no capital social da Companhia, onde o acervo patrimonial cindido foi integralmente incorporado na seguinte forma desproporcional: (i) 66,67% da parcela dos ativos e passivos da Copersucar e dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital e, (ii) 100% dos demais ativos e passivos conhecidos na USL. Adicionalmente, a Companhia ficou com a obrigação contratual de realizar o repasse financeiro à Cosan S.A., referente a parcela de 33,33% do ativo imobilizado no momento em que realizar a alienação do mesmo, ou no prazo máximo de 3 anos a contar a partir da data da incorporação.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Não há ressalvas e ênfases presentes no relatório do emissor.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir.

Perda (impairment)

Anualmente, a São Martinho testa eventuais perdas (impairment) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados, detalhados nas notas explicativas.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A São Martinho reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A São Martinho utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente. A administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

Provisão para contingências

A São Martinho é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo de Goiás. Em 7 de agosto e 15 de dezembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio ICMS nº 190/2017, respectivamente, regulamentando benefícios fiscais concedidos sem observar os requisitos da alínea “g” do inciso XII do § 2o do art. 155 da Constituição Federal.

O Estado de Goiás publicou a relação de todos os atos normativos relativos a benefícios fiscais instituídos por meio do Decreto nº 9.193/2018 e posteriores alterações e Decreto nº 9.358/2018. Além disso, efetuou o registro e o depósito na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, conforme previsão da cláusula quarta do Convênio ICMS nº 190/2017.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A Administração da Companhia acompanha, juntamente com seus assessores legais, a evolução do tema, através da Secretaria da Fazenda de Goiás.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

a) investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

(Manutenção)	12M21	12M20	Var%.
Em Milhares de R\$			
Plantio de Cana - Reforma	358.822	318.717	12,6%
Manutenção Entressafra (Industriais/Agrícolas)	342.215	303.851	12,6%
Tratos Culturais	559.969	513.543	9,0%
Total	1.261.006	1.136.110	11,0%
(Melhoria Operacional)			
Equipamentos/Reposições	98.130	92.487	6,1%
Ambiental/Legal	21.920	39.336	-44,3%
Total	120.050	131.823	-8,9%
(Modernização/Expansão)			
Plantio de Cana - Expansão / Ativos biológicos	-	22.269	n.m
Projetos (Industriais/Agrícolas)	127.167	97.780	30,1%
Total	127.167	120.049	5,9%
TOTAL GERAL	1.508.223	1.387.982	8,7%

O capex de manutenção da Companhia somou R\$ 1,26 bilhão para o período acumulado da safra (12M21), aumento de 11,0%, refletindo principalmente, o impacto da variação cambial no preço de insumos importados, além de um maior período de entressafra ocorrida na safra na 20/21.

Quanto ao capex de melhoria operacional relacionado aos investimentos em (i) equipamentos agrícolas e industriais e reposições, e (ii) investimentos de âmbito ambiental/legal, estes somaram R\$ 120,0 milhões, 8,9% inferior quando comparado ao mesmo período da safra anterior.

O capex de expansão somou R\$ 127,2 milhões no 12M21, um aumento de 5,9% na safra, que estão relacionados aos investimentos destinados, principalmente, para (i) Otimização da Colheita e Tratos Culturais: R\$ 45 milhões e TIR de ~22% a.a. (aumento da capacidade dos equipamentos, além do uso de tecnologias inovadoras, como o monitoramento remoto e uso de drones); (ii) Projeto de Etanol de Milho: ~R\$ 25 milhões e TIR de ~25% a.a.; (iii) Modernização (retrofit) das Caldeiras da Usina Boa Vista: R\$ 13 milhões e TIR de ~14% (aumento da eficiência industrial, com aumento marginal de produção de etanol e menor uso de energia); e (iv) Produção de etanol industrial Usina Santa Cruz: R\$ 11 milhões e TIR de ~20% a.a.

Para a safra 21/22, estimamos um capex de manutenção de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, além dos desembolsos previstos para os projetos já anunciados ao mercado como (i) o projeto de cogeração na Usina São Martinho, relacionado ao leilão A-6 (out/19), e (ii) o projeto de produção de etanol de milho acoplado à Usina Boa Vista, os quais somados representam cerca de R\$ 650 milhões. Além desses projetos, estimamos investimentos adicionais que deverão somar aproximadamente R\$ 100 milhões, relacionados à implementações tecnológicas – como migração de nosso sistema ERP para um modelo mais avançado, além de investimentos relacionados ao aumento da eficiência agroindustrial.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

10.8 - Plano de Negócios

Os financiamentos são adquiridos através do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, bancos comerciais, emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), além de outras fontes do mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Vide item 10.3 letra b.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

a) Premissas

A estimativa de **produção total de açúcar, etanol e energia** é estabelecida considerando basicamente o volume de **cana moída** e a quantidade de **ATR** médio presente na cana.

O dimensionamento do volume de cana a ser moída é definido partindo, em resumo, da premissa de produtividade agrícola (**TCH**) médio de cada usina, que por sua vez, depende das condições climáticas de cada região e do volume de cana de fornecedores disponível.

Os parâmetros que definem o **mix** de produção de Açúcar ou Etanol, obedecem prioritariamente a rentabilidade de cada produto, medida por sua margem de contribuição e, adicionalmente, leva em consideração os volumes previamente contratados, bem como as características **logísticas e de armazenagem**.

b) Estimativas

Estimativas 18/19

Seguem abaixo nossas estimativas de produção das últimas safras e da safra atual:

No dia 19 de novembro de 2018 divulgamos Fato Relevante ao mercado informando o encerramento do período de moagem referente à safra 2018/2019.

Segue abaixo o comparativo do *Guidance* encaminhado em junho/2018 em relação ao volume realizado. A produção ficou levemente abaixo da previsão, resultado da forte estiagem observada.

Produção	2018/2019	2018/2019	Var. (%)
	Esperado	Realizado	
Moagem (mil toneladas)	20.570	20.450	-0,6%
Açúcar (mil toneladas)	980	992	1,3%
Etanol (mil m ³)	1.119	1.097	-2,0%
Cogeração (mil MWh)	850	829	-2,5%
ATR médio (Kg/ton)	142,6	142,2	-0,3%
Total de ATR produzido	2.933	2.908	-0,8%
Mix Açúcar/Etanol	35% - 65%	36% - 64%	

Estimativas 19/20

No dia 13 de dezembro de 2019 divulgamos Fato Relevante ao mercado informando o encerramento do período de moagem referente à safra 2019/2020.

Segue abaixo o comparativo do *Guidance* encaminhado em junho/2019 – considerando o *guidance* max alcooleiro para melhor comparabilidade, em relação ao volume realizado. O aumento de aproximadamente 3% no volume de cana processada em relação as estimativas iniciais, deve-se às melhores condições climáticas observadas durante a safra e, principalmente, à maior produtividade da cana de primeiro corte, plantada com o novo sistema de MPB com MEIOSI.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

DADOS OPERACIONAIS	Guidance Máx Etanol 19/20	Realizado Safra 19/20	Var. (%)
Cana Processada (mil toneladas)	22.000	22.640	2,9%
ATR Médio (kg/ton)	139,0	139,4	0,3%
Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.055	1.106	4,8%
Etanol (mil m ³)	1.145	1.172	2,4%
Cogeração (mil MWh)	910	913	0,3%
<i>Mix Açúcar - Etanol</i>	<i>36% - 64%</i>	<i>37% - 63%</i>	-
ATR Produzido (mil toneladas)	3.060	3.155	3,1%

A cogeração de energia nas unidades Boa Vista e São Martinho continuou até o encerramento do ano fiscal.

Estimativas 20/21

No dia 2 de dezembro de 2020 divulgamos Fato Relevante ao mercado informando o encerramento do período de moagem referente à safra 2020/2021.

Segue abaixo a comparação entre os dados de produção considerados no cenário de mix máximo para açúcar informados no Guidance, em junho/2020, e o resultado efetivo na safra.

DADOS OPERACIONAIS	Guidance Máx Açúcar	Realizado Safra 20/21	Var. (%)
Cana Processada (mil toneladas)	23.200	22.522	-2,9%
ATR Médio (kg/ton)	138,0	145,7	5,6%
Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.490	1.483	-0,5%
Etanol (mil m ³)	970	1.018	5,0%
Cogeração (mil MWh) ¹	925	900	-2,7%
<i>Mix Açúcar - Etanol</i>	<i>48% - 52%</i>	<i>47% - 53%</i>	-
ATR Produzido (mil toneladas)	3.208	3.282	2,3%

1 - Volume estimado, dado que cogeração continuará até março/21.

O volume de cana processada foi inferior em 2,9% comparado às estimativas iniciais, em decorrência do clima mais seco observado ao longo da safra 20/21. No entanto, o ATR médio se apresentou 5,6% superior ao inicialmente previsto, resultando no aumento de 2,3% no volume total de ATR produzido.

Estimativas 21/22

No dia 8 de novembro de 2021 divulgamos Fato Relevante ao mercado informando o encerramento do período de moagem referentes à safra 2021/2022.

A tabela abaixo apresenta a comparação entre os dados de produção informados no guidance - divulgado ao mercado via Fato Relevante em 21 de junho de 2021 - e o resultado efetivo da safra.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

DADOS OPERACIONAIS	Encerramento de safra 12M22	Guidance Safra 21/22	Var. (%)
Cana Processada (mil toneladas)	19.876	20.525	-3,2%
Produtividade no período (ton/ha)	72	75	-4,3%
ATR Médio (kg/ton)	146,7	146,0	0,5%
Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.303	1.205	8,2%
Etanol Anidro (mil m ³)	389	389	0,1%
Etanol Hidratado (mil m ³)	521	625	-16,6%
Cogeração (mil MWh) ¹	750	833	-10,0%
ATR Produzido (mil toneladas)	2.916	2.986	-2,3%
<i>Mix Açúcar - Etanol</i>	<i>47% - 53%</i>	<i>42% - 58%</i>	<i>-</i>

Comparativamente ao guidance de dados operacionais da safra tivemos redução de 3,2% no volume de cana processada, que somou aproximadamente 19,9 milhões de toneladas; no entanto, com nível de ATR médio cerca de 0,5% superior ao estimado, refletindo, principalmente, os efeitos da estiagem e das geadas ocorridas no mês de julho, que afetaram momentaneamente a produtividade de nossos canaviais.

Em decorrência desse cenário, e somado à decisão de mix de produção da safra, tivemos uma redução efetiva de produto, em ATR equivalente, de aproximadamente, 2,3% em relação às nossas expectativas iniciais.

Nota: Importante mencionar que as considerações futuras não são garantias de desempenho, envolvem riscos, incertezas e premissas, e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. O público deve compreender que condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

a) Vide item 11.1.

b) Segue abaixo a análise dos indicadores projetados para as últimas três safras e do ano fiscal vigente em relação aos números efetivamente alcançados pela Companhia:

Estimativas 18/19

Produção	2018/2019	2018/2019	Var. (%)
	Esperado	Realizado	
Moagem (mil toneladas)	20.570	20.450	-0,6%
Açúcar (mil toneladas)	980	992	1,3%
Etanol (mil m ³)	1.119	1.097	-2,0%
Cogeração (mil MWh)	850	829	-2,5%
ATR Médio (Kg/ton)	142,6	142,2	-0,3%
Total de ATR produzido	2.933	2.908	-0,8%
Mix Açúcar/Etanol	35% - 65%	36% - 64%	

A produção ficou levemente abaixo da previsão, resultado da forte estiagem observada, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 19 de novembro de 2018.

Estimativas 19/20

No dia 13 de dezembro de 2019 divulgamos Fato Relevante ao mercado informando o encerramento do período de moagem referente à safra 2019/2020.

Segue abaixo o comparativo do Guidance encaminhado em junho/2019 – considerando o guidance max alcooleiro para melhor comparabilidade, em relação ao volume realizado. O aumento de aproximadamente 3% no volume de cana processada em relação as estimativas iniciais, deve-se às melhores condições climáticas observadas durante a safra e, principalmente, à maior produtividade da cana de primeiro corte, plantada com o novo sistema de MPB com MEIOSI.

DADOS OPERACIONAIS	Guidance Máx Etanol	Realizado Safra	Var. (%)
	19/20	19/20	
Cana Processada (mil toneladas)	22.000	22.640	2,9%
ATR Médio (kg/ton)	139,0	139,4	0,3%
Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.055	1.106	4,8%
Etanol (mil m ³)	1.145	1.172	2,4%
Cogeração (mil MWh)	910	913	0,3%
Mix Açúcar - Etanol	36% - 64%	37% - 63%	-
ATR Produzido (mil toneladas)	3.060	3.155	3,1%

A cogeração de energia nas unidades Boa Vista e São Martinho continuou até o encerramento do ano fiscal.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Estimativas 20/21

No dia 2 de dezembro de 2020 divulgamos Fato Relevante ao mercado informando o encerramento do período de moagem referente à safra 2020/2021.

Segue abaixo a comparação entre os dados de produção considerados no cenário de mix máximo para açúcar informados no Guidance, em junho/2020, e o resultado efetivo na safra.

DADOS OPERACIONAIS	Guidance Máx Açúcar	Realizado Safra 20/21	Var. (%)
Cana Processada (mil toneladas)	23.200	22.522	-2,9%
ATR Médio (kg/ton)	138,0	145,7	5,6%
Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.490	1.483	-0,5%
Etanol (mil m ³)	970	1.018	5,0%
Cogeração (mil MWh) ¹	925	900	-2,7%
<i>Mix Açúcar - Etanol</i>	<i>48% - 52%</i>	<i>47% - 53%</i>	<i>-</i>
ATR Produzido (mil toneladas)	3.208	3.282	2,3%

1 - Volume estimado, dado que cogeração continuará até março/21.

O volume de cana processada foi inferior em 2,9% comparado às estimativas iniciais, em decorrência do clima mais seco observado ao longo da safra 20/21. No entanto, o ATR médio se apresentou 5,6% superior ao inicialmente previsto, resultando no aumento de 2,3% no volume total de ATR produzido.

Estimativas 21/22

No dia 8 de novembro de 2021 divulgamos Fato Relevante ao mercado informando o encerramento do período de moagem referentes à safra 2021/2022.

A tabela abaixo apresenta a comparação entre os dados de produção informados no guidance - divulgado ao mercado via Fato Relevante em 21 de junho de 2021 - e o resultado efetivo da safra.

DADOS OPERACIONAIS	Encerramento de safra 12M22	Guidance Safra 21/22	Var. (%)
Cana Processada (mil toneladas)	19.876	20.525	-3,2%
Produtividade no período (ton/ha)	72	75	-4,3%
ATR Médio (kg/ton)	146,7	146,0	0,5%
Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.303	1.205	8,2%
Etanol Anidro (mil m ³)	389	389	0,1%
Etanol Hidratado (mil m ³)	521	625	-16,6%
Cogeração (mil MWh) ¹	750	833	-10,0%
ATR Produzido (mil toneladas)	2.916	2.986	-2,3%
<i>Mix Açúcar - Etanol</i>	<i>47% - 53%</i>	<i>42% - 58%</i>	<i>-</i>

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Comparativamente ao guidance de dados operacionais da safra tivemos redução de 3,2% no volume de cana processada, que somou aproximadamente 19,9 milhões de toneladas; no entanto, com nível de ATR médio cerca de 0,5% superior ao estimado, refletindo, principalmente, os efeitos da estiagem e das geadas ocorridas no mês de julho, que afetaram momentaneamente a produtividade de nossos canaviais.

Em decorrência desse cenário, e somado à decisão de mix de produção da safra, tivemos uma redução efetiva de produto, em ATR equivalente, de aproximadamente, 2,3% em relação às nossas expectativas iniciais.

c) Vide item 11.1

Nota: Importante mencionar que as considerações futuras não são garantias de desempenho, envolvem riscos, incertezas e premissas, e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. O público deve compreender que condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(a) atribuições do Conselho de Administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao Conselho de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ("CA")

O CA tem a função primordial de estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da Companhia e suas controladas, definir e supervisionar as funções que serão executadas pela Diretoria e acompanhar sua execução. Além das atribuições previstas em lei, compete-lhe privativamente em relação à Companhia e suas controladas, conforme definido no Estatuto Social:

- i) fixar a orientação geral dos negócios;
- ii) deliberar sobre a emissão de debêntures e bônus de subscrição;
- iii) deliberar sobre a aquisição de suas próprias ações;
- iv) eleger e destituir os Diretores e lhes fixar as atribuições, observando o que a respeito dispuser a lei e o Estatuto;
- v) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos e negócios jurídicos;
- vi) convocar as Assembleias Gerais, sempre que julgar conveniente e nos casos previstos em lei;
- vii) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- viii) estabelecer critérios para o rateio da remuneração de cada administrador, respeitando o montante global fixado pela Assembleia Geral e fixar critérios gerais de remuneração, políticas de benefícios e participação nos lucros;
- ix) aprovar previamente à celebração, alteração ou rescisão de contratos firmados com qualquer um de seus acionistas e administradores ou sociedades por eles controladas ou coligadas;
- x) aprovar a constituição de mandatários;
- xi) aprovar as proposições da Diretoria para o estabelecimento de: (a) planos estratégicos de médio e longo prazo; (b) planejamento orçamentário, orçamento anual e todo e qualquer investimento; (c) planejamento tributário; (d) definições e alterações na estrutura organizacional da Sociedade e suas controladas; (e) distribuição de dividendos intermediários e ou pagamento de juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no balanço trimestral ou semestral, observadas as disposições legais e estatutárias; (f) critérios adotados na aplicação das disponibilidades financeiras; (g) contratação de financiamentos com valores superiores a R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais); (h) os programas de expansão da Sociedade e de suas controladas, incluindo aquisições, bem como acompanhar a sua execução;
- xii) autorizar, em benefício da própria Sociedade ou sociedades controladas e coligadas, a concessão de garantias: (a) reais, em qualquer hipótese e (b) demais, quando em valores superiores a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais);
- xiii) autorizar, sem depender da deliberação da Assembleia Geral, a alienação, transferência, cessão ou outra forma de disposição, a qualquer título, incluindo conferência ao capital de outra sociedade, de bens do ativo cujos valores não excedam a quantia equivalente a R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais);
- xiv) escolher ou destituir auditores independentes;
- xv) deliberar sobre a criação e extinção de sociedades controladas e participação da Sociedade no capital de outras sociedades no país ou no exterior, bem como alteração da sede social, abertura ou encerramento de filiais, escritórios, agências, depósitos, agências de representação e quaisquer outros estabelecimentos no país e no exterior;
- xvi) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Sociedade, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que operar;
- xvii) submeter à deliberação da Assembleia Geral proposta de alteração do Estatuto Social;
- xviii) deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição até o limite do capital autorizado, fixando o preço de emissão, definindo ainda se será concedida preferência na subscrição aos acionistas na hipótese prevista neste Estatuto Social;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- xix) aprovar contratos de longo prazo entre a Sociedade e seus clientes, fornecedores, prestadores de serviços e outras entidades com que mantenha relacionamento comercial, entendido como tais os contratos ou suas prorrogações com prazo de duração maior do que 60 (sessenta) meses e valor superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), exceto contratos para exploração da lavoura de cana-de-açúcar (parceria, arrendamento e fornecimento) e decorrentes de investimentos autorizados pelo Conselho de Administração;
- xx) definir a instituição de reputação internacional, independência e experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas para elaboração do laudo de avaliação das ações da Sociedade em caso de OPA por Aquisição de Participação Relevante, nos termos deste Estatuto Social;
- xxi) fixar o voto a ser dado pelo representante da Sociedade nas Assembleias Gerais e reuniões das sociedades em que participe, direta ou indiretamente, como sócia ou acionista;
- xxii) aprovar previamente as alterações do contrato social ou do estatuto social das sociedades em que a Sociedade participe, inclusive indicando e aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com o voto da Sociedade;
- xxiii) outorgar planos de incentivo de longo prazo aos administradores e empregados da Sociedade e de suas controladas diretas e indiretas, mas não se limitando às opções de compra ou subscrição de ações;
- xxiv) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Sociedade, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Sociedade e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Sociedade; c) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações no mercado; d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.
- xxv) o Conselho de Administração, nos termos de seu Regimento Interno, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês e grupos de trabalho com objetivos definidos, os quais deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de auxiliar o Conselho de Administração;
- xxvi) aprovar políticas e demais documentos exigidos pela CVM, B3 e/ou Novo Mercado; e
- xxvii) aprovar seu orçamento e regimento interno e os de seus Comitês.

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (“COMITÊS”)

O Estatuto Social permite que o CA crie comitês e grupos de trabalho com objetivos definidos, os quais deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, no intuito de auxiliar o CA. Existem quatro comitês permanentes e não estatutários: (1) Comitê Financeiro; (2) Comitê de Inovações Tecnológicas; (3) Comitê de Gestão de Pessoas; e (4) Comitê de Auditoria.

Os membros dos Comitês são definidos na primeira reunião de cada mandato do CA. Cada Comitê tem um coordenador, indicado pelo Conselho de Administração. No Comitê de Auditoria o Coordenador é um Conselheiro Independente.

Cada comitê é composto por 3 membros do Conselho de Administração que poderão, se entenderem necessário, buscar assessoria de profissionais de mercado ou convidados da própria companhia, os quais têm as seguintes atribuições:

(1) Comitê Financeiro:

- a) Analisar o orçamento anual e plurianual, fluxo de caixa e o planejamento fiscal;
- b) Monitorar mensalmente o resultado;
- c) Analisar o risco e retorno das propostas de investimentos, desinvestimentos e alavancagem, incluindo operações de fusão, incorporação e cisão;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- d) Analisar a viabilidade financeira de projetos e novos negócios, assim como as alternativas estratégicas de crescimento (efetividade econômica e operacional);
- e) Propor ao Conselho de Administração a definição da matriz de riscos e limites de exposição, assim com medidas de proteção aos riscos financeiros;
- f) Efetuar análise de tendência/comportamento do endividamento da Companhia, operações financeiras e bases regulares da gestão de "Hedge" de moeda e das posições da companhia em mercado futuro;
- g) Analisar propostas para alteração e/ou validação de políticas, procedimentos, processos e atividades que envolvam riscos de mercado e liquidez de crédito, legais, fiscais e operacionais;
- h) Analisar o comportamento de crédito da carteira de clientes podendo sugerir ações corretivas com relação às Políticas e Procedimentos (financeira e comercial);
- i) Promover uma cultura própria de administração na Companhia e buscar a otimização da relação risco/ retorno e a alocação de capital econômico;
- j) Analisar o conteúdo de Release, Fatos Relevantes e Comunicados ao Mercado relacionados as suas atribuições

(2) Comitê de Inovações Tecnológicas:

- a) Apoiar o Conselho na identificação das novas tecnologias de processo de negócio, que propiciem aumento de produtividade;
- b) Apoiar na identificação de novos produtos/serviços que agreguem mais valor à Companhia;
- c) Avaliar se a Diretoria Executiva está seguindo as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pelo Conselho;
- d) Analisar, em conjunto com o Comitê Financeiro, alternativas estratégicas de crescimento e a evolução nos resultados de novos negócios.

(3) Comitê de Gestão de Pessoas:

- a) Orientar o planejamento estratégico da gestão de pessoas, alinhado aos objetivos do negócio;
- b) Recomendar o plano de Remuneração e Benefícios dos membros da Diretoria Executiva, incluindo salário base anual, plano de incentivos anual, plano de incentivos longo prazo a ser encaminhado para aprovação da Assembleia de Acionistas;
- c) Revisar as políticas de Remuneração e Benefícios dos funcionários da Companhia, incluindo planos de incentivos e sua aplicabilidade nos processos de recrutamento, desenvolvimento, promoção e retenção;
- d) Propor as metas corporativas e objetivos relevantes para a avaliação da performance da Diretoria Executiva e submeter à aprovação do Conselho;
- e) Avaliar a performance da Diretoria Executiva do ponto de vista de metas e objetivos, realizar a classificação e submeter os resultados da avaliação de performance à aprovação do Conselho;
- f) Revisar periodicamente o plano de sucessão para os cargos da Diretoria Executiva, considerando políticas para sucessão e seleção. As políticas devem prever planos de ação para os casos de aposentadoria, afastamentos e incapacitação, como também, plano de avaliação e desenvolvimentos dos potenciais sucessores;
- g) Avaliar a eficácia do processo de retenção de talentos na Companhia;
- h) Propor e acompanhar programas corporativos de Gestão de Pessoas;
- i) Analisar as alterações na estrutura organizacional.

(4) Comitê de Auditoria

- a) Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- b) Acompanhar alterações nas práticas e procedimentos contábeis;
- c) Opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente e interna;
- d) Acompanhar as atividades da auditoria interna e das áreas de conformidade, controles internos e gestão de riscos;
- e) Analisar os relatórios dos auditores e cronograma de atividades (Plano de Auditoria);

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- f) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia e seus planos de mitigação;
- g) Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia;
- h) Acompanhar e monitorar as questões ligadas à ética, imagem e reputação da Companhia e o Canal de denúncias;
- i) Analisar as questões legais e contingências (contencioso).

(i) Se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O CA e Comitês possuem regimento interno próprio aprovados pela CA em 29.6.2020, disponíveis no website na página de Relações com Investidores (www.saomartinho.com.br/ri) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

(ii) Se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui comitê de auditoria não estatutário. As atribuições estão mencionadas acima e a forma de funcionamento está prevista no Regimento Interno, atendendo à regulamentação da CVM.

(iii) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, e, informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Em 21 de junho de 2021 foi aprovada a Política de Contratação de Serviços de Auditoria Independente e de Serviços Extra Auditoria em Reunião do CA, disponível no site de Relações com Investidores (www.saomartinho.com.br/ri) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

O trabalho e os relatórios do Auditor Independente, incluindo o cronograma das atividades (Plano de Auditoria), são acompanhados e analisados pela Diretoria e Conselho de Administração, após ouvido o Comitê de Auditoria.

(b) Em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Diretoria é composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 12 (doze) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo CA, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor Superintendente Agroindustrial, quatro Diretores Agroindustriais de Unidade, um Diretor Financeiro e de Relação com Investidores, um Diretor Administrativo, um Diretor Comercial e de Logística, um Diretor Jurídico, de Governança, Riscos e Conformidade e de Relações Institucionais e um Diretor de Recursos Humanos, Saúde e Segurança, podendo os cargos serem exercidos cumulativamente a critério do Conselho de Administração.

Compete fundamentalmente a cada um dos Diretores: a) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; b) coordenar o andamento das atividades da Sociedade, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais, em reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões; c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, levando em consideração fatores econômicos, sociais,

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

ambientais e governança corporativa; d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e) praticar outros atos que venham ser especificados pelo Conselho de Administração.

Atribuições individuais:

Diretor Presidente: a) presidir as reuniões da Diretoria, definindo as diretrizes empresariais, em conformidade com as políticas emanadas pelo Conselho de Administração; b) exercer a supervisão geral da Diretoria e de seus setores; c) responder pelo acompanhamento dos resultados operacionais, gestão de riscos e pelas correções de rumos, quando necessário; d) manter os membros do Conselho de Administração devidamente informados do desenvolvimento das atividades da Sociedade; e) suspender deliberações da Diretoria, até pronunciamento do Conselho de Administração; f) conceder licença temporária aos membros da Diretoria, indicando substituto para exercer as funções do substituído em sua ausência; g) propor as definições e alterações da estrutura organizacional da Sociedade e suas controladas; h) orientar a elaboração dos orçamentos da Sociedade quanto a seus limites e condicionantes internos e externos; i) orientar os planos de atuação setoriais das Diretorias; j) representar a Diretoria nas relações com os demais órgãos sociais; k) coordenar as atividades dos demais diretores, e diretorias não estatutárias; l) representar preferencialmente a Sociedade nas Assembleias Gerais e Reuniões das Sociedades que participa como sócia ou acionista, cumprindo as determinações do Conselho de Administração.

Diretor Vice-Presidente: a) auxiliar o Diretor Presidente no exercício de suas atribuições, inclusive representar a Sociedade perante os órgãos governamentais, associações de classe e sindicatos patronais; b) substituir o Diretor Presidente em suas ausências ou em caso de impedimento temporário; c) integrar e coordenar as ações das demais diretorias em relação às questões ambientais, sociais e de governança.

Diretor Superintendente Agroindustrial: a) coordenar toda a atividade produtiva, incluindo agrícola e industrial, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Diretor Presidente; b) responder, em qualquer esfera, pelos atos praticados em nome da Sociedade e que estejam diretamente relacionados à sua competência;

Diretor Agroindustrial de Unidade: a) execução das atividades relacionadas com as áreas industrial e agrícola de sua respectiva unidade, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Diretor Superintendente Agroindustrial; b) responder, em qualquer esfera, pelos atos praticados em nome da Sociedade e que estejam diretamente relacionados a sua competência, unidade e atuação local;

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores: a) execução das atividades relacionadas com as áreas financeira, planejamento econômico e controladoria, controles internos, novos negócios, fusões e aquisições e planejamento estratégico, de acordo com as diretrizes transmitidas pelo Diretor Presidente, b) responder, em qualquer esfera pelos atos praticados em nome da Sociedade e que estejam diretamente relacionados a sua competência; c) prestar informações aos investidores, à CVM e à B3 e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; d) manter atualizado o registro da Sociedade em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM;

Diretor Administrativo: a) execução das atividades administrativas relacionadas com as áreas de suprimentos, contabilidade, patrimônio, tecnologia da informação, transações financeiras e dar suporte às demais áreas, de acordo com as diretrizes transmitidas pelo Diretor Presidente; b) responder, em qualquer esfera, pelos atos praticados em nome da Sociedade e diretamente relacionados a sua competência;

Diretor Comercial e de Logística: a) formular, implementar e executar políticas de mercado (interno/externo), planos de marketing e comercialização dos produtos, de atendimento a grandes clientes e dos sistemas comerciais da Sociedade, de acordo com as diretrizes transmitidas pelo Diretor Presidente; b) realizar análises de mercado visando a competitividade dos produtos; c) participar no estabelecimento das diretrizes de logística de distribuição de produtos da Sociedade;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Diretor Jurídico, de Governança, Riscos e Conformidade e de Relações Institucionais: a) execução das atividades da área jurídica, governança, gestão de riscos, conformidade e relações institucionais; b) coordenação do comitê de ética e conformidade e acompanhamento das denúncias do canal ético; c) responder, em qualquer esfera, pelos atos praticados em nome da Sociedade e diretamente relacionados a sua competência;

Diretor de Recursos Humanos, Saúde e Segurança: a) execução das atividades da área de recursos humanos, saúde, segurança e responsabilidade social; b) responder, em qualquer esfera, pelos atos praticados em nome da Sociedade e diretamente relacionados à sua competência.

A Diretoria não possui regimento interno próprio. Até a Assembleia Geral Ordinária de 2022, o regimento interno será aprovado e divulgado.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Assembleia Geral Extraordinária de 31.7.2020 aprovou a alteração do Estatuto Social passando a prever o Conselho Fiscal em caráter permanente com mandato de 2 (dois) anos. A eleição foi realizada na referida data conforme novo Estatuto Social, sendo composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, podendo seus membros serem reeleitos.

O Regimento Interno foi aprovado pelo Conselho Fiscal em 4.11.2020 e está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (www.saomartinho.com.br/ri) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Item 12.1 “d”: Se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

(i) A periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também avaliação individual de seus membros

O Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento possuem processo formal e periódico de avaliação. As avaliações são feitas durante cada mandato (2 anos) e tem como escopo o colegiado, seus órgãos de assessoria e a atuação do seu presidente.

A Diretoria é avaliada anualmente através de um sistema robusto de avaliação de desempenho e tem por objetivo a atuação global da Diretoria e individual de seus membros. As avaliações são conduzidas pelo Diretor Presidente e validadas pelo Conselho de Administração com apoio do Comitê de Gestão de Pessoas. O Diretor Presidente é avaliado pelo Conselho de Administração.

(ii) Metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

As avaliações são conduzidas com o auxílio de consultoria externa especializada e a colaboração do Comitê de Gestão de Pessoas e do Presidente do Conselho. O processo contempla questionário e entrevistas individuais com os membros do Conselho e Diretores e aborda aspectos como a composição e dinâmica do colegiado, sua cultura, estrutura e processos.

Em relação à Diretoria, a avaliação é realizada com base em metas de desempenho (incluindo aspectos ambientais, sociais, de negócios e de governança), alinhadas com os valores e os princípios da Companhia, conforme descrito no modelo de remuneração detalhado no item 13.1.b.i. do Formulário de Referência.

(iii) Como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Os resultados das avaliações são consolidados e a devolutiva apresentada ao Comitê de Gestão de Pessoas e ao Conselho de Administração, onde são analisadas oportunidades de melhoria e definido plano de ação visando aprimorar sua efetividade e governança.

(iv) Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

As avaliações do Conselho de Administração são assessoradas por consultoria externa especializada.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

As assembleias gerais são convocadas nos prazos e termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, mediante anúncio publicado por três vezes em jornal.

(b) Competências

A assembleia geral dos acionistas se reúne ordinariamente, dentre os 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que for o caso. Caberá à Assembleia geral resolver os casos omissos do Estatuto Social, observadas as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento do Novo Mercado e nas normas expedidas pela CVM e serão presididas pelo Presidente do CA que, para formar a Mesa, convidará um Secretário, acionista ou não.

Compete à assembleia geral além das matérias previstas em lei autorizar, a alienação, transferência, cessão ou outra forma de disposição, a qualquer título, incluindo conferência ao capital de outra sociedade, de bens do ativo cujos valores excedam a quantia equivalente a R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) – valor este corrigido anualmente a partir de 31/07/2021, pelo índice IPCA (IBGE) ou outro índice de base equivalente que venha a substituí-lo.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à assembleia geral são colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Fazenda São Martinho, município de Pradópolis – SP, CEP 14850-000, em seu website na página de Relações com Investidores (www.saomartinho.com.br/ri) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, aprovada pelo Conselho de Administração em 30.8.2021, disponível em seu website na página de Relações com Investidores (www.saomartinho.com.br/ri) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), havendo interesses conflitantes por parte de acionista em relação a determinada(s) matéria(s) a ser(em) deliberada(s) em assembleia, a pessoa conflitada deve informar, tempestivamente, declarando-se impedido de participar das discussões e deliberações sobre o assunto, devendo ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar a matéria.

Qualquer pessoa presente à reunião poderá também suscitar eventual conflito existente que será decidido caso a caso. As manifestações de conflito de interesse e a subsequente abstenção constarão da ata da reunião.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não há uma política formalizada para a solicitação de procurações para o exercício do direito de voto. A Companhia, a partir da Assembleia Geral Ordinária de 2021, incluiu no Manual de Participação da Assembleia Geral, um modelo de procuração caso o acionista tivesse interesse em ser representado por procurador.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Quando os acionistas forem representados por procurador, a Companhia solicita que o instrumento de mandato esteja em observância ao previsto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, ou

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

seja, o procurador deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos. A Companhia reembolsa, mediante exibição dos respectivos comprovantes, 50% dos custos incorridos para a constituição de procuradores pelos acionistas que representem mais de 0,5% do capital social.

O prazo para apresentação dos documentos comprobatórios da regularidade da representação e das respectivas procurações consta sempre nos editais de convocação. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer na assembleia geral munido de documento que comprove sua identidade. Se o acionista for pessoa jurídica, deverá comparecer na Assembleia geral munido do estatuto ou contrato social e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e no caso de Fundo de Investimento, regulamento do fundo; estatuto ou contrato social do administrador, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A Companhia aceita o envio de procurações eletrônicas, desde que assinadas com certificado digital.

Como regra, a Companhia sempre exigiu que acionistas estrangeiros apresentassem os mesmos documentos exigidos aos acionistas brasileiros devidamente notariados no país de origem, consularizados e com tradução juramentada, no entanto, em decorrência do cenário de pandemia, visando assegurar a participação dos acionistas, a Companhia não exigiu cópias autenticadas, reconhecimento de firma, notariação, consularização, apostilamento ou tradução juramentada na Assembleia Geral Ordinária de 2021.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim do voto à distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização.

O acionista poderá preencher e encaminhar o boletim de voto à distância diretamente à Companhia, no endereço Rua Geraldo Flausino Gomes, nº 61, Brooklin Novo, CEP04575-060, na cidade de São Paulo/SP, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, ou por meio do endereço eletrônico: ri@saomartinho.com.br (assunto: "Boletim de Voto à Distância"), devendo obedecer aos seguintes requisitos para que os votos sejam considerados válidos:

- i) Preenchimento de todos os campos do boletim, além do nome ou denominação social completa, nº do CPF ou CNPJ, e indicação de endereço de e-mail, para eventual contato;
- ii) Todas as páginas deverão estar rubricadas;
- iii) Assinatura ao final;
- iv) Extrato ou comprovante de titularidade de ações;
- v) Apresentação de cópia dos documentos:

pessoa física: (i) documento de identidade;

pessoa jurídica: (i) estatuto ou contrato social e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; (ii) documento de identidade do representante legal;

fundo de investimento: (i) regulamento do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e documentos societários que comprovem os poderes de representação; (iii) documento de identidade do representante legal.

O prazo para recebimentos dos boletins de voto à distância pela Companhia é de até 7 (sete) dias antes da data marcada para a assembleia geral, conforme previsto no artigo 21-B da Instrução CVM 481/09. A Companhia em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido ou os prazos e procedimentos para eventual necessidade de retificação, nos termos do artigo 21-U da Instrução CV 481/09.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(h) Disponibilização de sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância.

Endereço eletrônico: ri@saomartinho.com.br – assunto: “Boletim de Voto à Distância”. Não é necessário o envio das vias físicas caso o acionista opte pelo encaminhamento via e-mail.

(i) Instruções para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância

Caso o acionista queira realizar pedidos de inclusão de propostas no boletim de voto à distância de matérias a serem deliberadas por ocasião da assembleia geral, ou incluir candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal, deverá observar, respectivamente, os percentuais definidos no Anexo 21-L-II e Anexo 21-L-I da Instrução CVM nº 481/09, apresentando as propostas por meio de correspondência postal ou eletrônica, nos endereços informados no item “g” acima, juntamente com os documentos e informações exigidos pela Instrução mencionada.

Os prazos para inclusão de propostas no boletim de voto à distância devem obedecer ao previsto nos incisos I e II do artigo 21-L. A inclusão de propostas por meio do boletim de voto à distância pode ter como objeto tanto matéria de competência da assembleia geral ordinária quanto matéria de competência da assembleia geral extraordinária (parágrafo único do artigo 21-M).

(j) Disponibilização de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

(k) Outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito ao voto à distância

Todas as informações necessárias à participação do voto à distância e ao exercício do direito ao voto à distância foram descritas nos itens “g”, “h” e “i” acima.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

O CA é órgão de deliberação colegiada, composto por 7 (sete) membros, dentre os quais um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos. permitida a reeleição, sendo que pelo menos 2 (dois) membros ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado. A Proposta da Administração informará a aderência dos candidatos à política de indicação e caracterização como conselheiro independente, a ser deliberada na assembleia geral que os eleger. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido neste artigo, resultar número fracionário haverá o arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

As reuniões deverão obedecer ao calendário anual de reuniões ordinárias, proposto pelo Presidente do Conselho, com periodicidade mensal. Não obstante, ao Presidente do Conselho de Administração caberá a convocação de reuniões extraordinárias, quando julgar conveniente, para tratar de assuntos específicos.

Qualquer reunião será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração e na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho por meio de aviso formal, enviado a cada membro com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a qual poderá ser dispensada em caso de comparecimento de todos os Conselheiros.

O Conselho de Administração, para validamente deliberar sobre qualquer assunto, deverá se reunir com, no mínimo, 5 (cinco) membros. No caso de não atingido desse quorum não ser atingido em primeira convocação, outra reunião deverá ser convocada.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes à reunião. Havendo empate na votação, a matéria será remetida para nova reunião para deliberação com a participação de todos os conselheiros. Serão registradas em ata eventuais abstenções e votos divergentes.

Os Conselheiros poderão ser representados nas reuniões do Conselho de Administração por outro Conselheiro a quem tenham sido conferidos poderes especiais. Os Conselheiros poderão, ainda, participar de tais reuniões por intermédio de conferência telefônica ou videoconferência, sendo considerados presentes à reunião.

Demais regras e práticas do Conselho de Administração estão previstas no Regimento Interno aprovado pelo próprio órgão em 29.6.2020, disponível no website na página de Relações com Investidores (www.saomartinho.com.br/ri) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

2020/2021	Natureza
27.4.2020	Ordinária
25.5.2020	Ordinária
29.6.2020	Ordinária
31.7.2020	Ordinária
10.8.2020	Ordinária
28.9.2020	Ordinária
26.10.2020	Ordinária
9.11.2020	Ordinária
14.12.2020	Ordinária
20.01.2021	Extraordinária
08.02.2021	Ordinária
01.03.2021	Extraordinária
29.3.2021	Ordinária

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

A Companhia não possui nenhum acordo de acionistas vigente.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os conselheiros não devem negociar/competir com a Companhia. Os eventuais conflitos de interesse devem ser tratados conforme determinam as normas legais, e políticas da Companhia.

Caso algum conselheiro considere que não é independente em relação à matéria em discussão, podendo influenciar ou tomar decisões por motivos distintos dos interesses da Companhia e de seus acionistas, este deverá manifestar imediatamente seu conflito de interesses ou existência de interesse particular, sob pena de qualquer pessoa o fazer.

Tão logo seja identificado o conflito de interesse ou interesse particular de qualquer presente à reunião, a pessoa envolvida deve afastar-se das discussões e deliberações, podendo, por decisão dos demais Conselheiros, retirar-se temporariamente da reunião até o encerramento do assunto.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, indicando, quando positivo:

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui política de indicação prevista no Regimento Interno do Conselho de Administração, pelo próprio órgão em 29.6.2020, disponível no website na página de Relações com Investidores (www.saomartinho.com.br/ri) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

O Regimento Interno do Conselho de Administração prevê que a indicação e eleição do Presidente, Vice-Presidente e demais membros do Conselho de Administração seguirá a Regulamento do Novo Mercado, as políticas da Companhia e as deliberações da Assembleia Geral.

Além disso, prevê os seguintes requisitos para ser membro do Conselho de Administração:

- a) Ter reputação ilibada;
- b) Não ser impedido legalmente para o exercício do cargo;
- c) Não ser condenado pela prática de crime ou contravenção, incluindo crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência e relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;
- d) Disponibilidade de tempo;
- e) Motivação para o exercício da função;
- f) Limite de idade para eleição: até 75 anos. A Assembleia Geral poderá, em caráter de exceção, reeleger membro com idade até 78 anos.

Os candidatos a um primeiro mandato no Conselho de Administração deverão passar por um programa de introdução/integração, incluindo: descrição da função e responsabilidades, avaliação dos últimos relatórios anuais, atas das Assembleias ordinárias e extraordinárias e das reuniões do Conselho, do planejamento estratégico, do sistema de gestão e de outras informações relevantes. Sempre que possível, observar um período mínimo de introdução/integração de 3 meses.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

O órgão é composto por 7 (sete membros), dentre eles 2 (dois) são independentes, sendo que para fins de caracterização de independência, deve-se respeitar os critérios previstos no Regulamento do Novo Mercado e considerar sua relação com a Companhia, sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum, bem como com seus acionistas controladores diretos ou indiretos e seus administradores.

Todos os conselheiros devem ser eleitos na mesma Assembleia Geral Ordinária, exceto em caso eleição em razão de vacância. A reeleição é permitida para se construir um Conselho experiente e produtivo, mas deve ser precedida de uma avaliação de desempenho e não ser automática.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nos termos do artigo 38 do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e na Lei que disciplina o mercado de valores mobiliários, no estatuto social da Sociedade, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Plínio Sérgio Ferraz de Campos 175.817.828-08	29/07/1974 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Administrativo	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Sim	2 0.00%
Agenor Cunha Pavan 041.561.798-77	25/06/1962 Engenheiro de Produção Química	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Superintendente Agroindustrial	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Sim	10 0.00%
Marcos Helder Pavan Mônaco 106.175.538-07	29/10/1963 Engenheiro Químico	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Agroindustrial Unidade (Iracema)	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Sim	6 0.00%
Agenor Cunha Pavan 041.561.798-77	25/06/1962 Engenheiro de Produção Química	Pertence apenas à Diretoria 11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Sim	4 0.00%
Felipe Vicchiato 260.593.418-70	17/09/1976 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Sim	6 0.00%
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores					
Elias Eduardo Rosa Georges 148.332.328-55	08/01/1973 Advogado	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Jurídico, de Governança, Riscos e Conformidade e de Relações Institucionais	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Sim	2 0.00%
Luciana Cortes Carvas 027.388.357-75	25/11/1970 Publicitária	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretora de Recursos Humanos, Saúde e Segurança	30/07/2021 30/07/2021	AGO/2022 Sim	0 0.00%
Ricardo Azevedo Gonçalves 083.501.118-60	08/01/1964 Engenheiro Agrônomo	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Sim	3 0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
		Diretor Agroindustrial da Unidade São Martinho			
Fabio Venturelli 114.256.038-40	25/10/1965 Engenheiro de Produção	Pertence apenas à Diretoria 10 - Diretor Presidente / Superintendente	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Sim	11 0.00%
Ivan Barcellos Dalri 031.838.108-75	22/01/1963 Engenheiro Agrônomo	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Agroindustrial Unidade (Boa Vista)	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Sim	2 0.00%
Helder Luiz Gosling 093.164.888-26	19/08/1966 Engenheiro de Produção Mecânica	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Comercial e de Logística	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Sim	10 0.00%
Carlos Fernando Zanetti de Andrade 071.673.788-44	12/10/1962 Engenheiro Agrônomo	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Agroindustrial Unidade (Santa Cruz)	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Sim	10 0.00%
João Carlos Costa Brega 048.506.488-00	05/05/1963 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Sim	1 92.00%
Membro de Comitês não estatutários					
Mauricio Krug Ometto 127.718.108-08	04/12/1970 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Sim	2 100.00%
Guilherme Fontes Ribeiro 270.321.468-56	19/06/1978 Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Sim	2 100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Membro de Comitês não estatutários					
Marcelo Campos Ometto	30/05/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/07/2020	AGO/2022	6
027.992.798-30	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/07/2020	Sim	100.00%
Membro de Comitês não estatutários					
Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos	06/07/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/07/2020	AGO/2022	6
269.050.007-87	Engenheiro Químico	24 - Presidente do Conselho de Administração Independente	31/07/2020	Sim	100.00%
Membro de Comitês não estatutários					
Nelson Marques Ferreira Ometto	10/08/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/07/2020	AGO/2022	4
052.193.198-33	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/07/2020	Sim	100.00%
Membro de Comitês não estatutários					
Olga Stankevicius Colpo	26/05/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/07/2020	AGO/2022	0
216.118.408-30	Administradora de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/07/2020	Sim	100.00%
Membro de Comitês não estatutários					
Marcos Ribeiro Barbosa	08/12/1961	Conselho Fiscal	31/07/2020	AGO/2022	7
031.645.538-54	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	31/07/2020	Sim	0.00%
Membro de Comitês não estatutários					
Mauricio Curvelo de Almeida Prado	25/05/1967	Conselho Fiscal	31/07/2020	AGO/2022	7
127.822.448-33	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	31/07/2020	Sim	100.00%
Membro de Comitês não estatutários					
Carlos Alberto Ercolin	06/05/1960	Conselho Fiscal	31/07/2020	AGO/2022	3
011.681.358-00	Administrador de empresas	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	31/07/2020	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Isabel Cristina Bittencourt Santiago 451.956.766-15	21/10/1964 Contadora	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Sim	3 0.00%
Paulo Nobrega Frade 272.844.948-16	18/04/1979 Administrador de Empresas	Conselho Fiscal 45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Não	0 100.00%
N/A					
Eduardo Cysneiros de Moraes 017.971.487-29	21/09/1974 Economista	Conselho Fiscal 48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	31/07/2020 31/07/2020	AGO/2022 Não	0 0.00%
N/A					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Plínio Sérgio Ferraz de Campos - 175.817.828-08

Graduado em Administração de Empresas pelas Faculdades Integradas Campos Salles e possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Plínio é um executivo com 30 anos de experiência profissional adquirida em multinacionais e nacionais de grande porte, tais como Dow Brasil, Marfrig Alimentos e Avon Cosméticos. Foi Diretor de CSC e Finanças Brasil na Cargill Agrícola de 2015 a 2018. Especialista em finanças, possui mais de 15 anos de forte atuação no planejamento, implementação, estabilização e transformação de centros de serviços compartilhados regionais e globais. Foi Diretor Financeiro da Usicred, Cooperativa de Crédito dos Empregados do São Martinho S.A.É Diretor Administrativo da São Martinho S.A, sendo responsável pelas áreas e equipes Administrativa e Trabalhista, Contabilidade e Tributos, Suprimentos, Tecnologia da Informação e Transações Financeiras.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor Administrativo das empresas controladas pela São Martinho S.A.: São Martinho Terras Imobiliárias S.A, Bioenergética Santa Cruz S.A., São Martinho Inova S.A., São Martinho Logística e Participações S.A., São Martinho Terras Agrícolas S.A. e nas SPEs imobiliárias: Residencial Pradópolis SPE Ltda.; Residencial Pradópolis II SPE Ltda; Empresarial Nova Iracemápolis SPE Ltda.; Residencial Nova Iracemápolis SPE Ltda.; SPE Residencial Limeira Ltda.; SPE Residencial Recanto das Paineiras Empreendimentos Imobiliários Ltda.; SPE Park Empresarial Iracemápolis Ltda e Residencial Jardim Irajá SPE Ltda. Presidente do Conselho de Administração da Usicred, Cooperativa de Crédito dos Empregados do São Martinho S.A.

Agenor Cunha Pavan - 041.561.798-77

Agenor Cunha Pavan - 041.561.798-77

Graduado em Engenharia de Produção Química pela Faculdade Engenharia Industrial (FEI – 1986). Especializou-se em Engenharia de Açúcar e Álcool pelo Centro de Tecnologia da Copersucar (1987). Fez também MBA em Gestão Empresarial (2000) e Executivo Internacional (2002), pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em Ribeirão Preto e Ohio University. Iniciou sua carreira profissional na companhia exercendo cargos como: Assistente Técnico de Produção, Gerente de Produção, Gerente Executivo (Membro do Comitê de Reestruturação “Projeto Novos Rumos”), Gerente Industrial. Foi Diretor de Operações da Nova Fronteira Bioenergia S.A. no período de 2010 a 2017, joint venture entre a São Martinho S.A e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste e, foi Diretor da empresa Usina Boa Vista S.A. de 2010 a 2018, quando foi incorporada pela São Martinho S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Usina Santa Luiza S.A., sociedade incorporada pela São Martinho S.A. em 1º.2.2019.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor de Operações Agrícolas da São Martinho Terras Agrícolas S.A; Diretor Vice-Presidente da Bioenergética São Martinho S.A.; Bioenergia São Martinho Ltda., Bioenergética Santa Cruz S.A., e da Bioenergética Boa Vista S.A.; Diretor da São Martinho Logística e Participações S.A. e Diretor Vice Presidente de Inovações Tecnológicas da São Martinho Inova S.A. Diretor das SPEs Imobiliárias: Residencial Pradópolis SPE Ltda.; Residencial Pradópolis II SPE Ltda; Empresarial Nova Iracemápolis SPE Ltda.; Residencial Nova Iracemápolis SPE Ltda.; SPE Residencial Limeira Ltda.; SPE Residencial Recanto das Paineiras Empreendimentos Imobiliários Ltda.; SPE Park Empresarial Iracemápolis Ltda e Residencial Jardim Irajá SPE Ltda.

Marcos Helder Pavan Mônico - 106.175.538-07

Graduado em Engenharia Química pela FEI, com especialização em engenharia açucareira pela Copersucar - SP e MBA em gestão da produção pelo UFSCAR - SP, Mônico possui experiência de mais de 35 anos no gerenciamento da cadeia produtiva sucroalcooleira, com amplo conhecimento em produção de açúcar, álcool, energia, sistema de apoio do setor industrial e gestão de sistemas agrícola. Iniciou sua carreira na Santa Cruz S.A. – Açúcar e Álcool, passando pelas áreas de engenharia, Gerência Industrial e Diretoria Industrial. Foi Conselheiro de Administração da Usicred, Cooperativa de Crédito dos Empregados do São Martinho S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

Felipe Vicchiato - 260.593.418-70

Graduado em Administração de Empresas pela FAAP, com MBA em Finanças pelo INSPER – SP; possui experiência de mais de 21 anos na área financeira, com amplo conhecimento em Controladoria, Tesouraria, Relações com Investidores e M&A. Iniciou sua carreira na Arthur Andersen, passando pelo Banco Bilbao Vizcaya e Banco Bradesco, onde trabalhou nas áreas de Risco e Corporate Banking. Desde 2006 na São Martinho, participou do processo de abertura de capital da Companhia e esteve à frente de importantes decisões financeiras e estratégicas que ajudaram a companhia na execução de seu plano de crescimento.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor Financeiro nas empresas: São Martinho Terras Imobiliárias S.A, São Martinho Inova S.A., São Martinho Logística e Participações S.A. e São Martinho Terras Agrícolas S.A e Diretor Administrativo e Financeiro da Bioenergética São Martinho S.A. (anterior São Martinho Energia S.A.); Diretor das SPEs Imobiliárias: Residencial Pradópolis SPE Ltda.; Residencial Pradópolis II SPE Ltda; Empresarial Nova Iracemápolis SPE Ltda.; Residencial Nova Iracemápolis SPE Ltda.; SPE Residencial Limeira Ltda.; SPE Residencial Recanto das Paineiras Empreendimentos Imobiliários Ltda.; SPE Park Empresarial Iracemápolis Ltda e Residencial Jardim Irajá SPE Ltda.

Elias Eduardo Rosa Georges - 148.332.328-55

Advogado, graduado em Direito pela UNIARA, com Pós-Graduação em Direito Processual Civil e Direito Civil pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação - INPG e MBA em Gestão de Pessoas pela UNIARA. Atualmente cursa o MBA Executivo Global em Gestão de Negócios Empresariais da FGV em parceria com o ISCTE – IUL (Lisboa - Portugal). Ingressou na São Martinho S.A. em 1998 como advogado pleno, onde construiu sua carreira. Também foi Diretor da Uniduto Logística S/A (fev/2011 a mar/2012), Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa Educacional de Ensino de Araraquara-SP – Coeducar (fev/2009 a fev/2015) e Presidente do Conselho de Administração da Usicred, Cooperativa de Crédito dos Empregados do São Martinho S.A. (fev/2009 a jul/2021).

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Membro do Conselho de Administração da Usicred, Cooperativa de Crédito dos Empregados do São Martinho S.A; Diretor Administrativo e Financeiro da Bioenergética Boa Vista S.A.

Luciana Cortes Carvas - 027.388.357-75

Graduada em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com Pós-graduação em Engenharia de Produção pela UFRJ e MBA em Recursos Humanos pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Ingressou na São Martinho S.A. em 2017. Também foi Diretora de Recursos Humanos da British Petroleum - Biofuels (2012 a 2017), Diretora Executiva de Recursos Humanos na Hypermarchas S/A (2009 a 2012), Diretora de Recursos Humanos da Mars (2006 a 2009), Membro da Diretoria Executiva da ABRH/SP e Membro do Conselho Deliberativo da ABRH/SP (2012 a 2020).

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

Ricardo Azevedo Gonçalves - 083.501.118-60

Ricardo Azevedo é graduado em Engenharia Agrônômica pela Faculdade de Agronomia e Zootecnia de Espírito Santo do Pinhal – SP e em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Moura Lacerda de Ribeirão Preto - SP, com Especialização em Administração em Agronegócio pela Unaerp de Ribeirão Preto e Pós-Graduação em Gestão Empresarial em Agribusiness pela Fundação Getúlio Vargas de Ribeirão Preto. Ricardo consolidou sua carreira no Grupo São Martinho, onde trabalha há 33 anos. Ingressou na Usina São Martinho, unidade do grupo localizada em Pradópolis – SP, em 1988, como Estagiário. Foi Diretor Agroindustrial da Usina Boa Vista S.A de 20/12/2010 a 02/04/2017. Foi Conselheiro de Administração da Usicred, Cooperativa de Crédito dos Empregados do São Martinho S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor de Operações da Bioenergética São Martinho S.A.

Fabio Venturelli - 114.256.038-40

Fabio é graduado em Engenharia de Produção pela Politécnica, USP (1988), e com Executive Education no INSEAD em Fontainebleau, França (2000). Possui mais de 30 anos de experiência nas áreas de Gestão Corporativa, Gerenciamento de Negócios Globais e Gerenciamento Comercial na indústria de produtos químicos e plásticos, com vasta experiência em gestão de empresas nacionais e internacionais. Iniciou sua carreira na The Dow Chemical, onde ocupou diversos cargos no Brasil e nos Estados Unidos, incluindo Diretor Global de Negócios e Diretor Corporativo de Desenvolvimento Estratégico, no período de 1989 a 2007. Em 2007, assumiu o desafio de liderar a São Martinho como CEO, desempenhando papel fundamental para o crescimento estratégico da Companhia, a posicionando como uma das maiores empresas do setor sucroenergético brasileiro. Fabio foi membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Nova Fronteira Bioenergia S.A. no período de 2010 a 2017, joint venture entre a São Martinho S.A e a Petrobras Biocombustível S.A.. Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A de 2016 a 2017 e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A de 2014 a 2017, e Conselheiro Independente da Braskem S.A. de 2018 a 2020. Atualmente, além de CEO da São Martinho e S.A, ocupa também a posição de vice-presidente do Conselho de Administração do CTC – Centro de Tecnologia Canaveira.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor Presidente das controladas da São Martinho S.A.: Bioenergética São Martinho S.A., Bioenergética Santa Cruz S.A., Bioenergética Boa Vista S.A. Bioenergia São Martinho Ltda.; São Martinho Logística e Participações S.A., São Martinho Inova S.A., São Martinho Terras Agrícolas S.A, São Martinho Terras Imobiliárias S.A, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Centro de Tecnologia Canaveira S.A.

Ivan Barcellos Dalri - 031.838.108-75

Graduado em Engenharia Agrônômica pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – USP/Piracicaba, com MBA em Gestão do Agronegócio pela Esalq São Paulo. Ivan já passou por empresas como Usina Santa Bárbara (SP), Destilaria Rio Brilhante (MS), Usina Delta (MG) e Grupo Carlos Lyra (MG), mas atua na São Martinho desde 2004. Atuou como gerente agrícola da Usina Iracema até março de 2017, quando aceitou o desafio de ser tornar diretor agroindustrial da Usina Boa Vista, cargo que ocupou até 02/4/2018, quando foi incorporada pela São Martinho S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Usicred - Cooperativa de Crédito dos Empregados do São Martinho S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor de Operações da Bioenergética Boa Vista S.A.

Helder Luiz Gosling - 093.164.888-26

Graduado em Engenharia de Produção Mecânica, Pós-Graduado em Administração de Empresas. Profissional com mais de 34 anos de experiência em empresas do ramo químico, commodities e alimentício (açúcar, álcool e café), na importação, exportação e distribuição no mercado interno. Possui sólida experiência na área de logística adquirida por sua atuação em empresas como: Copersucar, Solvay, Ipiranga e ED&F Man. É Diretor Comercial e de Logística da São Martinho desde 2008. Também foi Diretor Comercial e de Logística na Usina Boa Vista S.A de 23/02/2017 a 2/4/2018, quando foi incorporada pela São Martinho S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor de Operações da São Martinho Logística e Participações S.A.; Diretor Comercial na Bioenergética São Martinho S.A., Bioenergia São Martinho Ltda., Bioenergética Santa Cruz S.A. Bioenergética Boa Vista S.A. e Diretor do DEINFRA/FIESP.

Carlos Fernando Zanetti de Andrade - 071.673.788-44

Graduado em Engenharia Agrônômica pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal (FCAVJ – 1987). Especializou-se em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Faculdade de Engenharia de Agrimensura de Pirassununga (FEAP – 1993). Fez pós-graduação em Marketing Estratégico pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP – 1998), pós-graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV – 1999), pós-graduação em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV – 2000) e pós-graduação em Gestão Financeira e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV – 2003). Iniciou sua carreira profissional na Usina São Martinho passando pelos seguintes cargos: Engenheiro Agrônomo, chefe de Tratos Culturais, coordenador de Desenvolvimento Interno, gerente de Recursos Humanos, foi Diretor Agroindustrial da Usina Boa Vista S.A e Diretor Agroindustrial da São Martinho S.A. em sua unidade agroindustrial, localizada no município de Iracemápolis de abr/2010 até mar/2020, quando então foi eleito Diretor Agroindustrial da São Martinho S.A. em sua unidade agroindustrial, localizada no município de Américo Brasiliense– SP.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor de Operações na Bioenergética Santa Cruz S.A.

João Carlos Costa Brega - 048.506.488-00

Presidente da Whirlpool Latin America e Executive VP. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou na Sharp, então, ingressou na Whirlpool há 25 anos. Nessa Companhia, já foi CFO, Finance director no USA, country manager da Argentina e Chile, CEO do México, Canadá e Embraco antes da posição de President LATAM.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Desde 2016, é membro do conselho de administração da Associação de Assistência à Criança com Deficiência (AACD).

Mauricio Krug Ometto - 127.718.108-08

Graduado em Administração de Empresas pela EAESP – Fundação Getúlio Vargas (1993), especialização em Administração Estratégica, Administração de Qualidade Total e Administração de Recursos Humanos do programa Certificate of Special Studies in Administration and Management da Harvard Extension School – Harvard University (1994). Em 2017 participou do Programa de Desenvolvimento de Conselheiros na Fundação Dom Cabral. Iniciou na Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool em 1995 sendo eleito Diretor em 1996, cargo ocupado até 2014. Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A no período de 04.04.2016 a 31.05.2017 e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A no período de 01.08.2014 a 31.05.2017.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor da Agro Pecuária Boa Vista S.A., Cia Agrícola Debelma, Debelma Participações S.A., Agro Pecuária Vale do Corumbataí S.A; Diretor Vice-Presidente da Luiz Ometto Participações S.A. e Diretor Presidente da Imobiliária Paramirim S.A. Membro do Conselho Deliberativo da UNICA (União da Indústria da Cana de Açúcar).

Guilherme Fontes Ribeiro - 270.321.468-56

Graduado em Administração de Empresas pela FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado (2000), especializou-se em Finanças pela FIA, São Paulo, SP (2003), Gestão de Ativos pelo New York Institute of Finance, New York, NY (2009), Estratégia e Inovação pela Wharton School, Pensilvania (2007) e Educação Executiva em Estratégia pela GE Management Institute, Crotonville, New York, NY (2015). Participou de Curso de Formação de Conselheiros de Administração pelo IBGC, São Paulo, SP (2010) entidade da qual é membro, e do Programa de Desenvolvimento de Conselheiros da Fundação Dom Cabral, Nova Lima, MG (2017). Atuou doze anos no mercado financeiro, iniciando sua trajetória na área de crédito do BankBoston Banco Múltiplo (1998/2004), e posteriormente atuou como Portfolio Manager - no BankBoston Asset Management (2004/2006) e Itaú Asset Management (2006/2007), e Gestor de Renda Variável no Itaú Asset Management (2007/2008). Foi Membro do Conselho de Administração da Nova Fronteira Bioenergia S.A. no período de 2016 a 2017, joint venture entre a São Martinho e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste. Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A no período de 04.04.2016 a 31.05.2017 e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A no período de 01.08.2014 a 31.05.2017. Em 2019 atuou como membro do conselho consultivo da BP - Beneficência Portuguesa de São Paulo. É coordenador do Comitê de Gestão de Pessoas da São Martinho S.A. e também membro dos Comitês de Auditoria, Financeiro e Inovações Tecnológicas.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor Presidente da San Giovanni Participações S/A, Diretor Vice-Presidente da Agropecuária Vale do Corumbataí S/A, Diretor Vice Presidente da Agropecuária Caieira do Norte S.A., Diretor Vice-Presidente da Imobiliária Paramirim S/A, Diretor da João Ometto Participações S.A. e do Instituto João e Belinha Ometto S.A. Membro do Conselho Deliberativo da UNICA (União da Indústria da Cana de Açúcar).

Marcelo Campos Ometto - 027.992.798-30

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (1988) e realizou o Curso de Especialização em Administração pela Fundação Getúlio Vargas - São Paulo (1990), onde se especializou em Administração Agrícola. Iniciou sua carreira na Usina São Martinho S.A. – Açúcar e Álcool, atuando como Gerente Executivo no período de 1984 a 1997. Na Usina São Martinho S/A. ocupou os cargos de Gerente Executivo de 1997 a 1998 e a partir de 15 de outubro de 1999, ocupou os cargos de Diretor Agrícola, Diretor de Unidade e o cargo de Diretor Agroindustrial. Na Luiz Ometto Participações S.A., foi eleito Diretor em 1986 e a partir de 1987 passou a exercer o cargo de Diretor Vice-Presidente. Em 2006 passou a ocupar o cargo de Diretor Presidente da Dimas Ometto Participações S.A., foi Membro do Conselho Consultivo do Centro de Tecnologia Copersucar no período de 2001 a 2004, membro do Conselho de Administração da Santa Cruz S.A. Açúcar a Álcool no período de 2011 a 2014. Foi Presidente do Conselho de Administração da Nova Fronteira Bioenergia S.A. no período de 2010 a 2017, joint venture entre a São Martinho e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste. Foi Membro do Conselho de Administração da ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto – SP, foi Presidente do Conselho de Administração da São Martinho S.A. de julho de 2018 a julho de 2020. Atualmente, é Membro do Conselho de Administração e membro dos Comitês não estatutários do Conselho de Administração da São Martinho S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor Presidente da Dimas Ometto Participações S.A., Diretor Vice-Presidente da Luiz Ometto Participações S.A.; Diretor Presidente da Agropecuária Caieira do Norte S.A.; Presidente do Conselho Deliberativo da União da Indústria da Cana-de-Açúcar – UNICA; Membro do Comitê de Governança – UNICA; Presidente do Conselho Deliberativo – SIAESP – Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo e Membro da Diretoria da Fiesp -Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos - 269.050.007-87

Graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1971). Iniciou sua carreira profissional exercendo cargos no Ministério da Indústria e Comércio, no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) de assessor de Ministro, Secretário Executivo da Comissão Executiva para Papel e Celulose, coordenador de grupos setoriais do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), no período de 1971 a 1977. Atuou também na Companhia Vale do Rio Doce como Diretor da Área de Madeira, Celulose e Meio Ambiente, e exerceu cargos de superintendente (Madeira e Celulose), gerente de Departamento de Estudos e Projetos, gerente de assessoria (Vice Presidência e Diretoria), no período de 1977 a 1989, e, posteriormente, como Diretor da Área de Produtos Florestais, Meio Ambiente e Metalurgia, no período de 1990 a 1993. Neste período em que exerceu a função de Diretor da Companhia Vale do Rio Doce, foi membro do Conselho de Administração das empresas: Florestas Rio Doce S.A.; Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A.; Aluvale – Vale do Rio Doce Alumínio S.A.; Itabira Internacional Co. Ltda; Bahia Sul Celulose S.A.; Mineração Rio do Norte S.A.; Rio Capim Química S.A.; Usiminas S.A. e da Companhia Siderúrgica de Tubarão; bem como membro do Conselho Consultivo das Empresas: Celulose Nipo-Brasileira S.A. – Cenibra e Cenibra Florestal S.A.; Albrás – Alumínio Brasileiro S.A.; Companhia Docas do Espírito Santo S.A. – Codesa e Rio Doce Geologia S.A. – Dcegeo e Portocel – Terminal de Exportação de Porto do Riacho S.A. Na Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra Florestas do Rio Doce S.A. exerceu, a função de Diretor-Presidente, durante o período de 1989 a 1990. Foi Diretor Superintendente da Bahia Sul Celulose S.A. no período de 1993 a 2001 e posteriormente da Suzano Papel e Celulose S.A até 2006. Ocupou de 2010 a 2017 a Presidência do Conselho de Administração da CPFL Energia e foi Conselheiro da CCR em 2016 e Presidente deste Conselho em 2017.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Presidente do Conselho de Administração da Tegma Gestão e Logística S.A., e Membro do Conselho de Administração da Odontoprev S.A., da Vale S.A.

Nelson Marques Ferreira Ometto - 052.193.198-33

Graduado em Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas Associação Limeirense de Educação e participou do Projeto de Formação de Sucessores da Oliveira e Bernhoeft Associados. Em 1987, iniciou suas atividades profissionais na São Martinho (Unidade Iracema), onde atuou até 1999 em diversas funções na área administrativa, como membro do Comitê Gerencial e Assessor de Diretoria. Foi Diretor da Valbras Tratores e Peças Ltda. de 1994 a 1999. Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A no período de 04.04.2016 a 31.05.2017 e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A no período de 01.08.2014 a 31.05.2017. É membro do Comitê de Inovações Tecnológicas e do Comitê Financeiro, ambos não estatutário, do Conselho de Administração da São Martinho S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor da Nelson Ometto Participações Ltda.; Diretor na Agropecuária Caieira do Norte S.A.; Diretor Superintendente da Imobiliária Paramirim S.A.; Diretor da NOP Agropecuária Ltda e Diretor da LJN Participações S.A.

Olga Stankevicius Colpo - 216.118.408-30

Possui MBA Executivo Internacional pela FIA-USP e cursos de especialização em negócios junto a Harvard University, Michigan University; INSEAD e Singularity University. Desenvolveu sua carreira como Sócia em Consultoria na PwC, onde atuou por 38 anos (até 2009). Como consultora, atuou como agente de mudança e de transformação organizacional. Nos últimos dez anos na PwC liderou a prática de consultoria na América do Sul e Central, na linha de negócios Organization, People & Change Management and Family Business. Foi CEO na Participações Morro Vermelho S.A. por 7 anos (até 2016) e membro do Conselho de Administração da Copel S.A. – Companhia Paranaense de Energia S.A (desde 2017 até março, 2021). Apoiou conselhos e empresas a implantar modelos robustos de governança empresarial e familiar e novos sistemas de gestão.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Membro do Conselho Fiscal e Comitê Executivo da Childhood Foundation - Brasil (desde 2012). Conselheira Certificada pelo IBGC e membro das Comissões de Inovação e de Empresas Familiares. Membro dos seguintes Conselhos de Administração: Banco BMG S.A. (desde 2017); Solvi Participações S.A. (desde 2018) e Regimar Comercial S.A. (desde 2018).

Marcos Ribeiro Barbosa - 031.645.538-54

Bacharel em Direito, pós-graduado em Direito Processual Tributário na Faculdade de Direito PUC-SP, 2002; Faculdade de Direito da Universidade São Francisco, bacharel em Direito, 1997; extensão em Direito Tributário, 1986 pela Universidade de São Paulo - USP; Instituto de Educação Santo André – IESA, bacharel em Ciências Contábeis, 1985; Sócio da Almeida Prado, Camerlingo, Zaitz, Rodrigues, Barbosa, Braghetta, Vieira, Marcondes & Lima Advogados Associados; membro do Conselho Fiscal da Usina São João no período de 2005 a 2012, membro do Conselho Administrativo da Trevisa Investimentos S/A no período de 2003 a 2012 retornando em 2014 e Membro Conselho da Zaurak S/A de Maio de 2011 a Maio de 2012, membro do Conselho Fiscal da São Martinho S/A desde 2013, participando de vários outros conselhos de administração e Conselho fiscal, instrutor em diversas organizações de ensino, Sócio e Diretor da Barbosa e Ribeiro Consultores Contábeis S/S Ltda, desde 1992.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Sócio e Diretor Presidente da Bideford Equities Brasil S/A., Sócio e Administrador da Bideford Participações Ltda e Diretor do Instituto Solidare II.

Mauricio Curvelo de Almeida Prado - 127.822.448-33

Bacharel em Direito (1991) pela Universidade de São Paulo. Há mais de 30 anos representa empresas em operações complexas de fusões e aquisições, estruturação de projetos e contratos internacionais. Combina esta prática com vasta experiência (nacional e internacional) na área de arbitragem, representando empresas e como árbitro, em litígios societários, contratuais e de construção. Sócio da MAP Negociação e Arbitragem. Participou de Conselhos de Administração e diversos Conselhos Fiscais. Doutor em Direito Internacional pela Université de Paris X – Nanterre, em 2001, onde também obteve o Master em Comércio Internacional (1996). É Mestre em Direito do Comércio Internacional (1995) pela Universidade de São Paulo. Foi Professor da Fundação Getúlio Vargas de 2002 a 2013. Autor dos livros “Le hardship dans le droit du commerce international, Emile Bruylant/FEC-Feduci, 2003”, “Contrato internacional de transferência de tecnologia – Patente e Know-How, Livraria dos Advogados, 1997”, além de ter organizado obras coletivas e publicado diversos artigos jurídicos na área de contratos internacionais e arbitragem. Pesquisador Convidado na Columbia Law School (2017) e na Université de Paris II (2009/2010). Membro do Conselho do Institute of World Business Law, da Commission on Arbitration (ADRs), e da Commission on Commercial Law and Practice da Câmara de Comércio Internacional (CCI-Paris). É também membro da Société de Législation Comparé (Paris) e do Working Group International Contracts (coordenado pelo Prof. Filip De Ly, Erasmus University, Rotterdam), além de integrar a lista de árbitros de diversas câmaras arbitrais brasileiras. Membro do Conselho Fiscal da São Martinho S/A desde 2013.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Membro do Conselho de Administração da LPS Brasil – Consultoria Imobiliária S/A.

Carlos Alberto Ercolin - 011.681.358-00

Bacharel em Administração (1984) pela Universidade Metodista de São Paulo. Experiência executiva por mais de 25 anos (Nestlé, Grupo ICI, Fleury e Renault) onde galgou diversas posições (Auditor Interno, Gerente de Orçamentos e Diretor Financeiro). Há mais de 15 anos atua como consultor nas áreas financeira e de governança corporativa. Combina esta prática com vasta experiência (nacional e internacional) no treinamento nas áreas financeira, contábil e governança corporativa (Suíça, Escócia, Colômbia, México, Austrália, Inglaterra, Estados Unidos, Chile, Argentina, Trinidad & Tobago, Jamaica e Barbados). Sócio da HEXIS Assessoria em Negócios, especializada em treinamento e assessoria em finanças e governança corporativa. Participou de Conselho de Administração de empresa familiar não listada e Conselhos Fiscais em Sociedades Anônimas de Capital Fechado. Mestre em administração pela FEA-USP; atualmente cursa o Doutorado em Administração (créditos já concluídos) na UNAM-Argentina. Possui MBA em finanças pela FEA-USP e participou de treinamentos no IMD, Suíça. Foi Senior Consultant do Banco Mundial/IFC/GCGF atuando em missão em Moçambique (2010). É professor universitário desde 1986; atualmente ministra diversas disciplinas no programa de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV Management), além da Universidade Positivo, PUC-PR, dentre outras. Coordenador da Formação de Conselheiros da FGV. Autor de capítulos de livros de finanças e governança corporativa (Ed. Saint Paul e Editora Gente). Co-autor do livro de Governança Corporativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV Management). Membro associado do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa desde 2003 onde também atua como palestrante em cursos abertos e in company). É também membro da ANEFAC (Associação Nacional de Finanças, Administração e Contabilidade). Foi membro do Conselho Fiscal da Nova Fronteira Bioenergia S.A no período de 2011 até o início de 2017, joint venture entre a São Martinho S.A. e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste. É membro do Conselho Fiscal da São Martinho S.A. e Conselheiro Consultivo do PMI-PR. Membro da Comissão de Contabilidade e Finanças do IBGC. É consultor da i-Seed Consulting (inovação e estratégia).

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Conselheiro Consultivo do PMI-PR (Project Management Institute).

Isabel Cristina Bittencourt Santiago - 451.956.766-15

Bacharel em Ciências Contábeis (1986) e Administração de Empresas (1987); “Master Business Administration” (MBA) Empresarial pela Fundação Dom Cabral (2008); Conselheira Fiscal e de Administração certificada pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; Certificada em Auditoria Interna - CIA (2019) pelo IIA Global e Gerenciamento de Riscos - CRMA (2013) pelo IIA Global e pelo The IRM - Inglaterra (2010). Certificada em “Business English” pela Universidade de Cambridge. Instrutora do IBGC- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa nos cursos para Conselheiros de Administração e membros de Comitê de Auditoria. Palestrante em Seminários e Congressos; Publicações de artigos na revista nacional do IIA Brasil sobre Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos e participação do grupo de trabalho para elaborar o Guia IBGC Orienta: “Orientações sobre Comitê de Auditoria - Melhores Práticas no Assessoramento ao Conselho de Administração”, emitido em parceria entre IBGC e IIA Brasil. Conselheira de Administração do IIA Brasil desde 2017, atuando como Presidente do Conselho de Administração mandato 2021-2022 e Presidente do Comitê de Auditoria e Gestão dos Riscos. Conselheira Fiscal Independente: Lojas Renner S.A desde 2019 (suplente); São Martinho S.A desde 2017 (suplente); Nova Fronteira Bioenergia S/A (“joint venture” da São Martinho S.A com Petrobrás BioEnergia S.A): de 2011 até 2017. Presidente do Conselho Fiscal da Aceprev (Entidade fechada de Previdência Complementar): de 1999 até 2012 e da Fundação Aperam Acesita: de 2010 até 2011. Gerente Executiva de Auditoria Interna e Gerenciamento de Riscos (Regional: Américas); Gerente de conformidade com a SOX & Controles Internos e Contabilidade na Aperam S.A desde 1992. Diretora Financeira e de Relações com Investidores: Metaltrust S.A.: de 2009 até 2012 e sócia proprietária da APN Consultoria de 2005 até 2009.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: IIA Brasil – Presidente do Conselho de Administração; Lojas Renner S.A - Conselheira Fiscal independente (suplente); Aperam S.A. - Gerente Executiva de Auditoria Interna e Gerenciamento de Riscos (Regional Américas).

Paulo Nobrega Frade - 272.844.948-16

Administrador de Empresas, formado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) – SP. Chefe de análise da Claritas Investimentos. Ingressou na Claritas em 2002 na área de trading de renda variável e, após 3 anos, passou a fazer análise fundamentalista na própria área de renda variável. Hoje é responsável pela cobertura de diversos setores da indústria brasileira e comanda a área de análise.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

Eduardo Cysneiros de Moraes - 017.971.487-29

Economista, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – RJ. Gestor dos fundos de ações da Claritas Investimentos. Iniciou sua carreira em 1998 como analista de ações e portfólio manager no Banco Matrix. Em 2002 ingressou na Claritas como membro da equipe de gestão dos fundos de ações e atualmente é Head de gestão dos fundos de ações e membro do Comitê de Investimentos Sênior.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Não há.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Plinio Sérgio Ferraz de Campos - 175.817.828-08	
N/A	
Agenor Cunha Pavan - 041.561.798-77	
Agenor Cunha Pavan - 041.561.798-77	
N/A	
Marcos Helder Pavan Mônaco - 106.175.538-07	
N/A	
Felipe Vicchiato - 260.593.418-70	
N/A	
Elias Eduardo Rosa Georges - 148.332.328-55	
N/A	
Luciana Cortes Carvas - 027.388.357-75	
N/A	
Ricardo Azevedo Gonçalves - 083.501.118-60	
N/A	
Fabio Venturelli - 114.256.038-40	
N/A	
Ivan Barcellos Dalri - 031.838.108-75	
N/A	
Helder Luiz Gosling - 093.164.888-26	
N/A	
Carlos Fernando Zanetti de Andrade - 071.673.788-44	
N/A	
João Carlos Costa Brega - 048.506.488-00	
N/A	
Mauricio Krug Ometto - 127.718.108-08	
N/A	
Guilherme Fontes Ribeiro - 270.321.468-56	
N/A	
Marcelo Campos Ometto - 027.992.798-30	

N/A

Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos - 269.050.007-87

N/A

Nelson Marques Ferreira Ometto - 052.193.198-33

N/A

Olga Stankevicius Colpo - 216.118.408-30

N/A

Marcos Ribeiro Barbosa - 031.645.538-54

N/A

Mauricio Curvelo de Almeida Prado - 127.822.448-33

N/A

Carlos Alberto Ercolin - 011.681.358-00

N/A

Isabel Cristina Bittencourt Santiago - 451.956.766-15

N/A

Paulo Nobrega Frade - 272.844.948-16

N/A

Eduardo Cysneiros de Moraes - 017.971.487-29

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
João Carlos Costa Brega	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	05/05/1963	31/07/2020	AGO/2022
048.506.488-00		Administrador de Empresas		31/07/2020	0	100.00%
Membro Independente do Conselho de Administração						
Marcelo Campos Ometto	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/1961	31/07/2020	AGO/2022
027.992.798-30		Administrador de Empresas		31/07/2020	0	83.00%
Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Gestão de Pessoas, Membro do Comitê Financeiro e Membro do Comitê de Inovações Tecnológicas						
Guilherme Fontes Ribeiro	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	19/06/1978	31/07/2020	AGO/2022
270.321.468-56		Administrador de Empresas		31/07/2020	0	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê Financeiro, Membro do Comitê de Gestão de Pessoas e Membro do Comitê de Inovações Tecnológicas						
Guilherme Fontes Ribeiro	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	19/06/1978	31/07/2020	AGO/2022
270.321.468-56		Administrador de Empresas		31/07/2020	3	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovações Tecnológicas, membro do Comitê de Gestão de Pessoas e Membro do Comitê de Auditoria						
Nelson Marques Ferreira Ometto	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	10/08/1964	31/07/2020	AGO/2022
052.193.198-33		Administrador de Empresas		31/07/2020	0	100.00%
Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Inovações Tecnológicas						
Marcelo Campos Ometto	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/1961	31/07/2020	AGO/2022
027.992.798-30		Administrador de Empresas		31/07/2020	0	91.00%
Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Inovações Tecnológicas, Membro do Comitê de Auditoria e Membro do Comitê de Gestão de Pessoas						
Marcelo Campos Ometto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/1961	31/07/2020	AGO/2022
027.992.798-30	Comitê de Gestão de Pessoas	Administrador de Empresas		31/07/2020	0	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê Financeiro, Membro do Comitê de Auditoria e Membro do Comitê de Inovações Tecnológicas						
Guilherme Fontes Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/06/1978	31/07/2020	AGO/2022
270.321.468-56	Comitê de Inovações Tecnológicas	Administrador de Empresas		31/07/2020	3	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê Financeiro, Membro do Comitê de Gestão de Pessoas e Membro do Comitê de Auditoria						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Guilherme Fontes Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	19/06/1978	31/07/2020	AGO/2022
270.321.468-56	Comitê de Gestão de Pessoas	Administrador de Empresas		31/07/2020	3	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê Financeiro, Membro do Comitê de Inovações Tecnológicas e Membro do Comitê de Auditoria						
Olga Stankevicius Colpo	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	26/05/1952	31/07/2020	AGO/2022
216.118.408-30	Comitê de Gestão de Pessoas	Administradora de Empresas		31/07/2020	0	100.00%
Membro do Conselho de Administração						
Nelson Marques Ferreira Ometto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/08/1964	31/07/2020	AGO/2022
052.193.198-33	Comitê de Inovações Tecnológicas	Administrador de Empresas		31/07/2020	5	100.00%
Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê Financeiro						
Marcelo Campos Ometto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/1961	30/07/2020	AGO/2022
027.992.798-30	Comitê de Inovações Tecnológicas	Administrador de Empresas		30/07/2020	0	100.00%
Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê Financeiro, Membro do Comitê de Auditoria e Membro do Comitê de Gestão de Pessoas						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
João Carlos Costa Brega - 048.506.488-00						
Presidente da Whirlpool Latin America e Executive VP. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou na Sharp, então, ingressou na Whirlpool há 25 anos. Nessa Companhia, já foi CFO, Finance director no USA, country manager da Argentina e Chile, CEO do México, Canadá e Embraco antes da posição de President LATAM.						
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Desde 2016, é membro do conselho de administração da Associação de Assistência à Criança com Deficiência (AACD).						
Marcelo Campos Ometto - 027.992.798-30						
Marcelo Campos Ometto - 027.992.798-30						
Marcelo Campos Ometto - 027.992.798-30						

Marcelo Campos Ometto - 027.992.798-30

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Ribeirão Preto (1988) e realizou o Curso de Especialização em Administração pela Fundação Getúlio Vargas - São Paulo (1990), onde se especializou em Administração Agrícola. Iniciou sua carreira na Usina São Martinho S.A. – Açúcar e Alcool, atuando como Gerente Executivo no período de 1984 a 1997. Na Usina São Martinho S/A. ocupou os cargos de Gerente Executivo de 1997 a 1998 e a partir de 15 de outubro de 1999, ocupou os cargos de Diretor Agrícola, Diretor de Unidade e o cargo de Diretor Agroindustrial. Na Luiz Ometto Participações S.A., foi eleito Diretor em 1986 e a partir de 1987 passou a exercer o cargo de Diretor Vice-Presidente. Em 2006 passou a ocupar o cargo de Diretor Presidente da Dimas Ometto Participações S.A., foi Membro do Conselho Consultivo do Centro de Tecnologia Copersucar no período de 2001 a 2004, membro do Conselho de Administração da Santa Cruz S.A. Açúcar a Alcool no período de 2011 a 2014. Foi Presidente do Conselho de Administração da Nova Fronteira Bioenergia S.A. no período de 2010 a 2017, joint venture entre a São Martinho e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste. Foi Membro do Conselho de Administração da ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto – SP, foi Presidente do Conselho de Administração da São Martinho S.A. de julho de 2018 a julho de 2020. Atualmente, é Membro do Conselho de Administração e membro dos Comitês não estatutários do Conselho de Administração da São Martinho S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor Presidente da Dimas Ometto Participações S.A., Diretor Vice-Presidente da Luiz Ometto Participações S.A.; Diretor Presidente da Agropecuária Caieira do Norte S.A.; Presidente do Conselho Deliberativo da União da Indústria da Cana-de-Açúcar – UNICA; Membro do Comitê de Governança – UNICA; Presidente do Conselho Deliberativo – SIAESP – Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de São Paulo e Membro da Diretoria da Fiesp -Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Guilherme Fontes Ribeiro - 270.321.468-56

Guilherme Fontes Ribeiro - 270.321.468-56

Guilherme Fontes Ribeiro - 270.321.468-56

Guilherme Fontes Ribeiro - 270.321.468-56

Graduado em Administração de Empresas pela FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado (2000), especializou-se em Finanças pela FIA, São Paulo, SP (2003), Gestão de Ativos pelo New York Institute of Finance, New York, NY (2009), Estratégia e Inovação pela Wharton School, Pensilvania (2007) e Educação Executiva em Estratégia pela GE Management Institute, Crotonville, New York, NY (2015). Participou de Curso de Formação de Conselheiros de Administração pelo IBGC, São Paulo, SP (2010) entidade da qual é membro, e do Programa de Desenvolvimento de Conselheiros da Fundação Dom Cabral, Nova Lima, MG (2017). Atuou doze anos no mercado financeiro, iniciando sua trajetória na área de crédito do BankBoston Banco Múltiplo (1998/2004), e posteriormente atuou como Portfolio Manager - no BankBoston Asset Management (2004/2006) e Itaú Asset Management (2006/2007), e Gestor de Renda Variável no Itaú Asset Management (2007/2008). Foi Membro do Conselho de Administração da Nova Fronteira Bioenergia S.A. no período de 2016 a 2017, joint venture entre a São Martinho e a Petrobras Biocombustível S.A., que teve como principal objetivo, através da Usina Boa Vista, ampliar a produção de etanol na região Centro-Oeste. Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A no período de 04.04.2016 a 31.05.2017 e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A no período de 01.08.2014 a 31.05.2017. Em 2019 atuou como membro do conselho consultivo da BP - Beneficência Portuguesa de São Paulo. É coordenador do Comitê de Gestão de Pessoas da São Martinho S.A. e também membro dos Comitês de Auditoria, Financeiro e Inovações Tecnológicas.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor Presidente da San Giovanni Participações S/A, Diretor Vice-Presidente da Agropecuária Vale do Corumbataí S/A, Diretor Vice Presidente da Agropecuária Caieira do Norte S.A., Diretor Vice-Presidente da Imobiliária Paramirim S/A, Diretor da João Ometto Participações S.A. e do Instituto João e Belinha Ometto S.A. Membro do Conselho Deliberativo da UNICA (União da Indústria da Cana de Açúcar).

Nelson Marques Ferreira Ometto - 052.193.198-33

Nelson Marques Ferreira Ometto - 052.193.198-33

Graduado em Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas Associação Limeirense de Educação e participou do Projeto de Formação de Sucessores da Oliveira e Bernhoeft Associados. Em 1987, iniciou suas atividades profissionais na São Martinho (Unidade Iracema), onde atuou até 1999 em diversas funções na área administrativa, como membro do Comitê Gerencial e Assessor de Diretoria. Foi Diretor da Valbras Tratores e Peças Ltda. de 1994 a 1999. Foi membro do Conselho de Administração da Landco Empreendimentos e Participações S.A no período de 04.04.2016 a 31.05.2017 e da Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A no período de 01.08.2014 a 31.05.2017. É membro do Comitê de Inovações Tecnológicas e do Comitê Financeiro, ambos não estatutário, do Conselho de Administração da São Martinho S.A.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretor da Nelson Ometto Participações Ltda.; Diretor na Agropecuária Caieira do Norte S.A.; Diretor Superintendente da Imobiliária Paramirim S.A.; Diretor da NOP Agropecuária Ltda e Diretor da LJM Participações S.A.

Olga Stankevicius Colpo - 216.118.408-30

Possui MBA Executivo Internacional pela FIA-USP e cursos de especialização em negócios junto a Harvard University, Michigan University; INSEAD e Singularity University. Desenvolveu sua carreira como Sócia em Consultoria na PwC, onde atuou por 38 anos (até 2009). Como consultora, atuou como agente de mudança e de transformação organizacional. Nos últimos dez anos na PwC liderou a prática de consultoria na América do Sul e Central, na linha de negócios Organization, People & Change Management and Family Business. Foi CEO na Participações Morro Vermelho S.A. por 7 anos (até 2016) e membro do Conselho de Administração da Copel S.A. – Companhia Paranaense de Energia S.A (desde 2017 até março, 2021). Apoiou conselhos e empresas a implantar modelos robustos de governança empresarial e familiar e novos sistemas de gestão.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Membro do Conselho Fiscal e Comitê Executivo da Childhood Foundation - Brasil (desde 2012). Conselheira Certificada pelo IBGC e membro das Comissões de Inovação e de Empresas Familiares. Membro dos seguintes Conselhos de Administração: Banco BMG S.A. (desde 2017); Solvi Participações S.A. (desde 2018) e Regimar Comercial S.A. (desde 2018).

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
João Carlos Costa Brega - 048.506.488-00 N/A	
Marcelo Campos Ometto - 027.992.798-30	
Marcelo Campos Ometto - 027.992.798-30	
Marcelo Campos Ometto - 027.992.798-30	
Marcelo Campos Ometto - 027.992.798-30	
N/A	
Guilherme Fontes Ribeiro - 270.321.468-56	
Guilherme Fontes Ribeiro - 270.321.468-56	
Guilherme Fontes Ribeiro - 270.321.468-56	
Guilherme Fontes Ribeiro - 270.321.468-56	
N/A	
Nelson Marques Ferreira Ometto - 052.193.198-33	
Nelson Marques Ferreira Ometto - 052.193.198-33	
N/A	
Olga Stankevicius Colpo - 216.118.408-30	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Os membros do Conselho de Administração possuem relação de parentesco entre si de segundo e terceiro grau, exceto o Presidente do Conselho Murilo César Lemos dos Santos Passos e os conselheiros João Carlos Costa Brega e Olga Stankevicius Colpo.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/03/2021Administrador do Emissor

Agenor Cunha Pavan

041.561.798-77

Controle

Controlada Direta

Diretor Vice-Presidente e Diretor Superintendente Agroindustrial

Pessoa Relacionada

Usina Santa Luiza S.A.

52.312.774/0001-51

Membro do Conselho de Administração

Observação

Usina Santa Luiza S.A. incorporada pela São Martinho em 01.02.2019

Administrador do Emissor

Elias Eduardo Rosa Georges

148.332.328-55

Controle

Controlada Direta

Diretor Jurídico, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais

Pessoa Relacionada

Usina Santa Luiza S.A.

52.312.774/0001-51

Membro do Conselho de Administração

Observação

Usina Santa Luiza S.A. incorporada pela São Martinho em 01.02.2019

Administrador do Emissor

Mauricio Krug Ometto

127.718.108-08

Subordinação

Controlador Indireto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Luiz Ometto Participações S.A.

48.300.560/0001-98

Diretor Vice-Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Mauricio Krug Ometto Membro do Conselho de Administração	127.718.108-08	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Debelma Participações S.A. Diretor	03.397.489/0001-75		
Observação			

Administrador do Emissor Marcelo Campos Ometto Membro do Conselho de Administração	027.992.798-30	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Luiz Ometto Participações S.A. Diretor Vice-Presidente	48.300.560/0001-98		
Observação			

Administrador do Emissor Marcelo Campos Ometto Membro do Conselho de Administração	027.992.798-30	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Dimas Ometto Participações S.A. Diretor Presidente	08.428.342/0001-19		
Observação			

Administrador do Emissor Marcelo Campos Ometto Membro do Conselho de Administração	027.992.798-30	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função GMO Empreendimentos e Participações Ltda Diretor	08.409.267/0001-49		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Guilherme Fontes Ribeiro Membro do Conselho de Administração	270.321.468-56	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada João Ometto Participações S.A. Diretor	47.796.594/0001-52		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Guilherme Fontes Ribeiro Membro do Conselho de Administração	270.321.468-56	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada San Giovanni Participações S.A. Diretor Presidente	20.845.448/0001-13		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Nelson Marques Ferreira Ometto Membro do Conselho de Administração	052.193.198-33	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada Nelson Ometto Participações Ltda Diretor	05.932.684/0001-83		
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Nelson Marques Ferreira Ometto
Membro do Conselho de Administração

052.193.198-33

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

LJN Participações S.A.
Diretor

13.608.705/0001-38

Observação**Exercício Social 31/03/2020**Administrador do Emissor

Marcelo Campos Ometto
Presidente do Conselho de Administração

027.992.798-30

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Luiz Ometto Participações S.A.
Diretor Vice-Presidente

48.300.560/0001-98

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Marcelo Campos Ometto
Presidente do Conselho de Administração

027.992.798-30

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Dimas Ometto Participações S.A.
Diretor Presidente

08.428.342/0001-19

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Cargo/Função</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Guilherme Fontes Ribeiro Membro do Conselho de Administração	270.321.468-56	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
João Ometto Participações S.A. Diretor	47.796.594/0001-52		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Mauricio Krug Ometto Membro do Conselho de Administração	127.718.108-08	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luiz Ometto Participações S.A. Diretor Vice-Presidente	48.300.560/0001-98		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Mauricio Krug Ometto Membro do Conselho de Administração	127.718.108-08	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Debelma Participações S.A. Diretor	03.397.489/0001-75		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Nelson Marques Ferreira Ometto Membro do Conselho de Administração	052.193.198-33	Subordinação	Controlador Indireto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--	----------------------------

Pessoa Relacionada

Nelson Ometto Participações Ltda
Diretor

05.932.684/0001-83

ObservaçãoAdministrador do Emissor

João Guilherme Sabino Ometto
Vice-Presidente do Conselho de Administração

027.686.588-04

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

João Ometto Participações S.A.
Diretor Presidente

47.796.594/0001-52

ObservaçãoAdministrador do Emissor

João Guilherme Sabino Ometto
Vice-Presidente do Conselho de Administração

027.686.588-04

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

LJN Participações S.A.
Diretor Presidente

13.608.705/0001-38

Observação**Exercício Social 31/03/2019**Administrador do Emissor

Agenor Cunha Pavan
Diretor Vice-Presidente e Diretor Superintendente Agroindustrial

041.561.798-77

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Usina Santa Luiza S.A. Membro do Conselho de Administração	52.312.774/0001-51		
Observação Usina Santa Luiza S.A. incorporada pela São Martinho em 01.02.2019			
<hr/>			
Administrador do Emissor Elias Eduardo Rosa Georges Diretor Jurídico, Conformidade (Compliance) e Relações Institucionais	148.332.328-55	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Usina Santa Luiza S.A. Membro do Conselho de Administração	52.312.774/0001-51		
Observação Usina Santa Luiza S.A. incorporada pela São Martinho em 01.02.2019			
<hr/>			
Administrador do Emissor João Guilherme Sabino Ometto Vice-Presidente do Conselho de Administração	027.686.588-04	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada LJN Participações S.A. Diretor Presidente	13.608.705/0001-38		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor João Guilherme Sabino Ometto Vice-Presidente do Conselho de Administração	027.686.588-04	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada João Ometto Participações S.A. Diretor Presidente	47.796.594/0001-52		
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Marcelo Campos Ometto
Presidente do Conselho de Administração

027.992.798-30

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Luiz Ometto Participações S.A.
Diretor Vice-Presidente

48.300.560/0001-98

Observação**Administrador do Emissor**

Marcelo Campos Ometto
Presidente do Conselho de Administração

027.992.798-30

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

Dimas Ometto Participações S.A.
Diretor Presidente

08.428.342/0001-19

Observação**Administrador do Emissor**

Guilherme Fontes Ribeiro
Membro do Conselho de Administração

270.321.468-56

Subordinação

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

João Ometto Participações S.A.
Diretor

47.796.594/0001-52

Observação**Administrador do Emissor**

Mauricio Krug Ometto

127.718.108-08

Subordinação

Controlador Indireto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Luiz Ometto Participações S.A. Diretor Vice-Presidente	48.300.560/0001-98		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Mauricio Krug Ometto Membro do Conselho de Administração	127.718.108-08	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Debelma Participações S.A. Diretor	03.397.489/0001-75		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Nelson Marques Ferreira Ometto Membro do Conselho de Administração	052.193.198-33	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nelson Ometto Participações Ltda Diretor	05.932.684/0001-83		
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia dispõe de apólice de seguro coletivo para D&O (*Directors & Officers*), que consiste em seguro de responsabilidade civil de administradores para que os mesmos sejam amparados no exercício de suas atividades, reduzindo assim os riscos relacionados aos seus respectivos cargos e funções. A apólice de seguro contratada dá cobertura aos administradores da Companhia e suas controladas.

A apólice em vigor tem prazo de vigência de 12 meses. Início em 31.10.2020 e término em 31.10.2021. Referida apólice não prevê nenhum procedimento de renovação automática deste seguro para D&O contratado pela Companhia. O prêmio pago pela Companhia pelo período de 1 ano de cobertura, foi de R\$ 155.125,67 (cento e cinquenta e cinco mil, cento e vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos) para uma importância segurada de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais

Com relação às assembleias gerais realizadas nos últimos três exercícios, informamos que todas foram instaladas em primeira convocação.

Assembleia	Data	Assunto(s)
AGE	2.4.2018	Incorporação Usina Boa Vista S.A.
AGEO	27.7.2018	Aumento capital Social, alterações em artigos, consolidação Estatuto Social, Demonstrações Financeiras, destinação lucro líquido, eleição CA e CF, remuneração global anual
AGE	1º.2.2019	Incorporação Usina Santa Luiza S.A. e Pulisic Participações Ltda.
AGEO	26.7.2019	Demonstrações Financeiras, destinação lucro líquido, instalação e eleição CF, remuneração global anual, alterações em artigos (adequação ao Regulamento Novo Mercado e outros assuntos), consolidação Estatuto Social
AGEO	31.7.2020	Demonstrações Financeiras, destinação lucro líquido, eleição CA e CF remuneração global anual, aumento capital social, alterações em artigos, consolidação Estatuto Social
AGEO	30.7.2021	Aumento capital social, alterações em artigos, consolidação Estatuto Social; Demonstrações Financeiras, destinação lucro líquido e remuneração global anual.

Quóruns

A Assembleia Geral Ordinária será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, com qualquer número de acionistas presentes.

A Assembleia Geral Extraordinária será instalada em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social total com direito a voto da Companhia e, em segunda convocação, mediante a publicação de novo edital, com qualquer número de acionistas presentes.

Ressalvados os casos para os quais a lei determine *quorum* qualificado, as deliberações das assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco/abstenções.

Local da Realização

As assembleias gerais são realizadas na sede social, na Fazenda São Martinho, no município de Pradópolis/SP.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria no período encerrado em 31.3.2021 foi de R\$ 32.337.531,60 (trinta e dois milhões, trezentos e trinta e sete mil, quinhentos e trinta e um reais e sessenta centavos), dos quais 58,2% corresponderam à remuneração fixa, 36,5% aos incentivos de curto prazo e 5,3% aos benefícios.

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de remuneração, aprovada pelo Conselho de Administração em 21.6.2021, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (www.saomartinho.com.br/ri), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), reflete as melhores práticas de mercado e de Governança Corporativa.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal (12 parcelas) e o benefício do seguro de vida. A remuneração é estabelecida de acordo com padrões de mercado e seu nível de dedicação, conforme sua função no Conselho, participação em Comitês e a outras funções de interesse institucional da Companhia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela assembleia geral que os elegeu e prevê pagamentos fixos, mensais e iguais para os seus membros.

Diretoria

A remuneração dos membros da Diretoria é composta pela remuneração fixa, incentivos de curto e de longo prazos e benefícios.

Remuneração Fixa: baseada nas atribuições e responsabilidades de cada cargo, avaliado por metodologia de comparação de fatores global e posicionada na mediana do mercado de referência.

Incentivo de Curto Prazo: remunera o executivo no curto prazo, de acordo com o desempenho alcançado frente aos desafios estabelecidos para o ano em questão e assegura a busca contínua da melhoria da performance. O placar de metas de cada diretor é composto por: i) metas coletivas, atreladas a indicadores de geração de valor da Companhia, ii) metas da unidade de negócios, representadas por indicadores operacionais chave de cada diretoria, vinculados à árvore de valor da Companhia, ações estratégicas e práticas de sustentabilidade (ambientais, sociais e governança) - orçamento, produção, segurança, entre outros, e iii) metas individuais, atreladas ao cumprimento do plano de desenvolvimento de cada diretor. O pagamento do bônus é anual, e tem como gatilho o atingimento de um patamar mínimo em relação à meta coletiva da Companhia estabelecida pelo Conselho de Administração.

Incentivo de Longo Prazo: abrange estratégias de remuneração atreladas ao valor das ações da Companhia no mercado, através de opções de ações virtuais e outras estratégias de retenção. Visa direcionar os esforços da gestão na criação de valor a médio e longo prazos, alinhando o foco dos executivos à visão dos acionistas, incentivando a sua retenção. O Incentivo de Longo Prazo é concedido a critério exclusivo do Conselho de Administração, que segue parâmetros de análise realizada por empresa contratada, conforme Regulamento do Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os benefícios recebidos pela Diretoria são seguro saúde, previdência privada, seguro de vida, odontológico, entre outros.

Mecanismos extraordinários de atração, retenção e/ou incentivos por entregas relevantes e outras iniciativas que tragam valor diferenciado para a Companhia devem ser aprovados pelo Conselho de Administração, por recomendação do Comitê de Gestão de Pessoas, ficando limitado ao montante de Remuneração Global dos Administradores aprovado anualmente em Assembleia Geral Ordinária pelos acionistas.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração:

Período	% Remuneração Fixa	% Benefícios
2018/19	99,5	0,5
2019/20	99,5	0,5
2020/21	99,5	0,5

Conselho de Fiscal:

Período	% Remuneração Fixa	% Benefícios
2018/19	100	0
2019/20	100	0
2020/21	100	0

Diretoria:

Período	% Remuneração Fixa	% Remuneração Variável	% Benefícios
2018/19	59,3	30,8	10,0
2019/20	60,6	31,3	8,1
2020/21	45,7	47,5	6,8

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração fixa é reajustada de acordo com a movimentação do mercado executivo de referência. Os demais componentes são reajustados de acordo com a movimentação de mercado e da estratégia de remuneração definida.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Os componentes de remuneração fazem parte da estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados. São um incentivo na busca contínua da melhoria dos processos de gestão e performance da organização.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

V. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Vide item 13.1 (b)(i).

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Vide item 13.1 (b)(i).

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Política visa a retenção e o comprometimento dos profissionais com os resultados da Companhia, nos aspectos: financeiro, operacional e estratégico, observando-se as práticas de sustentabilidade (ambiental, social e governança).

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria indicando (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A remuneração global anual dos Administradores foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária. A proposta de remuneração seguiu a Política de Remuneração dos Administradores da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de junho de 2021.

Nos termos do Regimento Interno, o Comitê de Gestão de Pessoas assessorará o Conselho de Administração nas questões referentes à remuneração dos Administradores, acompanhando constantemente as principais tendências e práticas prevaletentes no mercado e o ambiente competitivo. Cabe ainda ao Comitê acompanhar a formulação e atingimento do placar de metas da diretoria, bem como propor ao Conselho de Administração ajustes à modelagem da remuneração que se façam necessários para o pleno atingimento das diretrizes da política de remuneração.

Conselho e Comitê contarão com a assessoria de consultoria especializada em remuneração no acompanhamento do ambiente externo e na proposição de estratégias efetivas de remuneração e retenção.

Para mais detalhes, vide item 13.1 (b)(i).

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/03/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	11,00	3,00	21,00
Nº de membros remunerados	7,00	11,00	3,00	21,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.532.662,56	13.343.689,92	383.139,36	21.259.491,84
Benefícios direto e indireto	36.126,72	2.016.682,06	0,00	2.052.808,78
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	23.374.286,62	0,00	23.374.286,62
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	8.374.286,62	0,00	8.374.286,62
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente. A média anual tem como base o início e o término do exercício social.			
Total da remuneração	7.568.789,28	47.108.945,22	383.139,36	55.060.873,86

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	10,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	7,00	10,00	3,00	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.081.144,92	11.367.544,24	358.284,24	18.806.973,40
Benefícios direto e indireto	33.380,94	1.680.635,99	0,00	1.714.016,93
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	11.816.541,27	0,00	11.816.541,27
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	1.416.228,99	4.641.777,23	71.656,89	6.129.663,11
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	6.995.002,00	0,00	6.995.002,00
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente. A média anual tem como base o início e o término do exercício social.			
Total da remuneração	8.530.754,85	36.501.500,73	429.941,13	45.462.196,71

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	10,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	7,00	10,00	3,00	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.926.023,68	10.846.870,56	346.797,36	18.119.691,60
Benefícios direto e indireto	33.271,42	1.461.436,46	0,00	1.494.707,88
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.598.861,79	0,00	5.598.861,79
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	1.385.204,76	3.289.088,96	69.359,43	4.743.653,15
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	13.958.591,53	0,00	13.958.591,53
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente. A média anual tem como base o início e o término do exercício social.			
Total da remuneração	8.344.499,86	35.154.849,30	416.156,79	43.915.505,95

Remuneração total do Exercício Social em 31/03/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	10,00	3,00	20,00
Nº de membros remunerados	7,00	10,00	3,00	20,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.617.176,20	9.834.129,76	331.332,84	16.782.638,80
Benefícios direto e indireto	30.712,92	1.255.714,12	0,00	1.286.427,04
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.810.026,54	0,00	4.810.026,54
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	1.323.455,24	2.928.831,26	66.266,57	4.318.553,07
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	16.727.095,45	0,00	16.727.095,45

Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente. A média anual tem como base o início e o término do exercício social.			
Total da remuneração	7.971.344,36	35.555.797,13	397.599,41	43.924.740,90

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31.3.2019 (em R\$)

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de membros	7	10	3	20
Nº Membros remunerados	7	10	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	0	n/a	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	9.703.161,90	n/a	9.703.161,90
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	9.703.161,90	n/a	9.703.161,90
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	4.810.026,54	n/a	4.810.026,54
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31.3.2020 (em R\$)

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de membros	7	10	3	20
Nº Membros remunerados	7	10	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	0	n/a	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	11.846.234,02	n/a	11.846.234,02
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	11.846.234,02	n/a	11.846.234,02
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	5.598.861,79	n/a	5.598.861,79
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31.3.2021 (em R\$)

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de membros	7	10	3	20
Nº Membros remunerados	7	10	3	20
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	0	n/a	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	12.039.879,32	n/a	12.039.879,32
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	12.039.879,32	n/a	12.039.879,32
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	11.816.541,27	n/a	11.816.541,27
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido no resultado	n/a	n/a	n/a	n/a

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2021/2022 (em R\$)

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de membros	7	11	3	21
Nº Membros remunerados	7	11	3	21
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	0	n/a	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	23.374.286,62	n/a	23.374.286,62
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	23.374.286,62	n/a	23.374.286,62
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a

(*) – Previsão pelo valor máximo

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

a. termos e condições gerais:

A Companhia possui Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações.

O valor justo atribuído a estas opções é determinado com base no modelo de precificação Black & Scholes (que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica baseada nos preços de fechamento diário das ações dos últimos 2 anos, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco).

b. principais objetivos do plano

A intenção é estimular o êxito de seus objetivos estratégicos, vinculando parte da remuneração variável à valorização da Companhia e conseqüentemente de suas ações.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Espera-se que os Diretores contribuam para os resultados empresariais e para valorização da Companhia e conseqüentemente de suas ações.

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Como um componente da remuneração total e um incentivo aos resultados de médio e longo prazo.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo.

Alinhando os resultados de curto, médio e longo prazo, através do cumprimento das metas, crescimento da Companhia e valorização desta e conseqüentemente de suas ações.

f. número máximo de ações abrangidas.

Não aplicável, dado que atualmente há apenas opções virtuais de compra de ações em circulação.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

h. condições de aquisição de ações

Contemplado no item "a".

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Contemplado no item "a".

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Contemplado no item "a".

k. forma de liquidação

Não há desembolso pelo beneficiário.

l. restrições à transferência das ações.

Não aplicável por se tratar de opções virtuais de compra de ações.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O plano pode ser alterado, suspenso ou extinto pelo Conselho de Administração.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Perda ou antecipação do direito de exercício, conforme previsão contratual.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Segue tabela com as informações da remuneração baseada em ações da diretoria estatutária reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, contemplado na tabela do item 13.4 "a".

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (safra 21/22):

Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros ¹	7	9,2
Nº de membros remunerados	0	9,2
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	20,24
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas ²	n/a	n/a

¹ Corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado nos termos do item 13.2.

² Não há diluição em função do formato do programa da Companhia (opções virtuais de compra de ações).

Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/03/2021

Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros ¹	7	9,2
Nº de membros remunerados	0	9,2
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	18,74
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	17,91
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas ²	n/a	n/a

¹ Corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado nos termos do item 13.2.

² Não há diluição em função do formato do programa da Companhia (opções virtuais de compra de ações).

Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/03/2020

Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros ¹	7	9,5
Nº de membros remunerados	0	9,5
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	17,58
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	15,98
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas ²	n/a	n/a

¹ Corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado nos termos do item 13.2.

² Não há diluição em função do formato do programa da Companhia (opções virtuais de compra de ações).

Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/03/2019

Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros ¹	7	8,4
Nº de membros remunerados	0	8,4
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	n/a	13,29
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	n/a	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	n/a	11,14
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	n/a	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas ²	n/a	n/a

¹ Corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado nos termos do item 13.2.

² Não há diluição em função do formato do programa da Companhia (opções virtuais de compra de ações).

Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente

Outorga de opções de compras de ações - Diretoria Estatutária

Diretoria Estatutária							
Outorga de opções de compras de ações							
Data de outorga	15/12/2014	14/12/2015	12/12/2016	02/05/2018	10/12/2018	09/12/2019	14/12/2020
Quantidade de opções outorgadas	835.725	696.465	727.273	882.074	1.133.513	1.072.712	754.980
Prazo para que as opções se tornem exercíveis ¹	dez/16, 17 e 18	dez/17, 18 e 19	dez/18, 19 e 20	dez/19, 20 e 21	dez/20, 21 e 22	dez/21, 22 e 23	dez/22, 23 e 24
Prazo máximo para exercício das opções	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25	dez/26	dez/27
Prazo de restrição a transferência de ações	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor justo das opções na data da outorga	4,00	5,88	6,22	5,48	4,65	5,72	11,09

¹ Um terço a cada ano.

Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Opções em Aberto

A tabela apresenta informações sobre as opções virtuais em aberto outorgadas aos membros da Diretoria ao final do exercício social encerrado em 31.3.2021.

Data da outorga	14/12/2020	14/12/2020	14/12/2020
Nº total de membros	10	10	10
Nº de membros remunerados	10	10	10
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	210.189	210.187	210.183
Data em que se tornarão exercíveis	dez/2022	dez/2023	dez/2024
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2027	dez/2027	dez/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	24,22	24,22	24,22
Valor justo das opções no último dia do exercício social	5,44	5,44	5,44
Opções exercíveis			
Quantidade	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	1.143.428,16	1.143.417,28	1.143.395,52

Data da outorga	09/12/2019	09/12/2019	09/12/2019
Nº total de membros	10	10	10
Nº de membros remunerados	10	10	10
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	327.199	327.202	327.206
Data em que se tornarão exercíveis	dez/2021	dez/2022	dez/2023
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2026	dez/2026	dez/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	19,38	19,38	19,38
Valor justo das opções no último dia do exercício social	10,28	10,28	10,28
Opções exercíveis			
Quantidade	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	3.363.605,72	3.363.636,56	3.363.677,68

Data da outorga	10/12/2018	10/12/2018	10/12/2018
Nº total de membros	9	9	9
Nº de membros remunerados	9	9	9
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	-	346.962	346.961
Data em que se tornarão exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	19,07	19,07
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	10,59	10,59
Opções exercíveis			
Quantidade	55.019	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	19,07	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	10,59	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	582.651,21	3.674.327,58	3.674.316,99

13.6 - Opções em Aberto

Data da outorga	12/12/2016	02/05/2018	02/05/2018
Nº total de membros	8	9	9
Nº de membros remunerados	8	9	9
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	-	-	277.375
Data em que se tornarão exercíveis	-	-	dez/2021
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	dez/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	-	-	17,76
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	11,90
Opções exercíveis			
Quantidade	15.210	26.878	-
Prazo máximo para exercício das opções	dez/2023	dez/2024	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	17,70	17,76	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	11,96	11,90	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	181.911,60	319.848,20	3.300.762,50

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções Exercidas e Ações entregues

As tabelas abaixo representam as informações sobre as opções exercidas relativas remuneração baseada em ações nos exercícios sociais encerrados em 31.3.2021, 31.3.2020 e 31.3.2019.

Exercício social encerrado em 31.3.2021 Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	8,6
Nº de membros remunerados	0	8,6
Opções exercidas		
Número de ações	n/a	1.146.321
Preço médio ponderado de exercício	n/a	17,91
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	13,75
Ações entregues		
Número de ações entregues	n/a	n/a
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	n/a
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a

Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações.

Exercício social encerrado em 31.3.2020 Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	8,1
Nº de membros remunerados	0	8,1
Opções exercidas		
Número de ações	n/a	1.066.474
Preço médio ponderado de exercício	n/a	15,98
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	10,91
Ações entregues		
Número de ações entregues	n/a	n/a
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	n/a
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a

Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações.

Exercício social encerrado em 31.3.2019 Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	8,0
Nº de membros remunerados	0	8,0
Opções exercidas		
Número de ações	n/a	1.836.663
Preço médio ponderado de exercício	n/a	11,14
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	8,49
Ações entregues		
Número de ações entregues	n/a	n/a
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	n/a
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a

Membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Contemplado no item 13.4“a”.

a. modelo de precificação:

Vide item (i) do item 13.4. O modelo de precificação das opções utilizado pela Companhia é o Modelo Black-Scholes, de acordo com a Deliberação CVM 650/2010 (CPC-10).

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

A Companhia possui um programa de opções virtuais de compra de ações.

O valor de mercado de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black-Scholes-Merton de precificação de opções, conforme premissas:

- (i) Preço da Ação – valor da ação na data da outorga;
- (ii) Preço de Exercício – preço para o exercício de cada opção virtual
- (iii) Volatilidade (% anual) – a variação média do preço das ações da Companhia (B3) até a data da outorga (24 meses);
- (iv) Tempo de Carência (“Vesting Period”) – o período para exercer o direito das ações está previsto no contrato de Opções Virtuais;
- (v) Dividendos esperados – Referência dos patamares praticados pela Companhia em 2020;
- (vi) Taxa de juros livre de risco – Considerada a taxa dos títulos NTN-B alinhados aos períodos de carência do plano;
- (vii) Quantidade de opções virtuais – quantidade total de opções virtuais a ser outorgada aos beneficiários.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado.

Contemplado no item 13.8.“b”.

d. forma de determinação da volatilidade esperada.

Contemplado no item 13.8.“b”.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Todas as características importantes da opção, virtuais ou não, de compra de ações e da concessão de ações estão descritas e consideradas nos itens anteriores.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

GRUPO	AÇÕES	%
Conselho	127.435	0,04
Diretoria	1.632	0
Controladores*	203.401.393	57,46

*Posição considera Controladores diretos e indiretos.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Número	Conselho de Administração	Diretoria
De membros	n/a	10
De membros remunerados	n/a	10
Nome do plano	São Martinho PREV	
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	n/a	n/a
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	6.074.718 (*)
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	n/a	912.497
Há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, somente a parte do empregado ou a parte da empresa conforme vesting

(*) – Valores Nominais

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2019
Nº de membros	10,00	10,00	10,00	7,00	7,00	7,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	10,00	10,00	10,00	7,00	7,00	7,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	5.564.274,00	4.610.374,00	4.386.897,00	1.277.274,00	1.260.503,00	1.204.141,00	119.428,00	115.599,00	110.444,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.131.463,00	1.020.807,00	1.018.816,00	499.968,00	397.179,00	379.315,00	119.428,00	115.599,00	110.444,00
Valor médio da remuneração(Reais)	2.486.472,00	1.790.717,00	1.639.162,00	1.016.361,00	994.185,00	949.698,00	119.428,00	115.599,00	110.444,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismo de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria dos membros do Conselho de administração ou Diretoria.

A Companhia, no entanto, mantém apólice de seguro "D&O" Directors and Officers Liability para cobertura de indenizações decorrentes de responsabilidade civil dos administradores no exercício de seus mandatos (até o limite de R\$ 60 milhões).

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Descrição	Abr/18 a Mar/19	Abr/19 a Mar/20	Abr/20 a Mar/21
Conselho de Administração	83,4%	83,4%	76,9%
Conselho de Fiscal	0%	0%	0%
Diretoria	0%	0%	0%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, qualquer remuneração paga diretamente a membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia por outras razões que não a função que ocupam e/ou que não estejam divulgados em outro item do Formulário de Referência.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não há.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Conforme Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2021, o valor da remuneração em relação ao previsto para o exercício em curso está líquido de encargos sociais e por isso não foram divulgados nas tabelas do item 13.2. Abaixo previsão do INSS para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: R\$ 1.506.532,51

DIRETORIA: R\$ 9.018.452,66

CONSELHO FISCAL: R\$ 76.627,86

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

- a) A Companhia e suas subsidiárias possuem empregados alocados nas áreas administrativa, agrícola e indústria.

Descrição	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Administrativo	738	697	719
Indústria	1.894	1.936	9.758
Agrícola	9.151	9.887	1.942
Total	11.783	12.520	12.419

Obs.: Não foram considerados empregados afastados há mais de um ano. Foram considerados os empregados das empresas ligadas ao emissor.

- b) Quanto ao número de terceirizados:

Descrição	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Administrativo	223	250	210
Indústria	167	218	158
Agrícola	173	72	154
Total	563	540	522

Obs.: A média considerada abrange a média das subsidiárias, compreendendo o período de abril a março de cada ano social. Portanto, a coluna de 2017/2018 corresponde ao período de abril de 2017 a março de 2018 e assim sucessivamente.

- c) Índice de rotatividade:

Descrição	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Média Mensal	0,86	0,74	0,67

Obs.: Este índice considera a rotatividade do quadro de funcionários que possuem contrato em tempo indeterminado (os safristas não participaram do cálculo).

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não ocorreram mudanças relevantes.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a) Política de salários e remuneração variável

A São Martinho adota uma política de remuneração alinhada ao mercado e coerente com os objetivos da organização. Em consonância com a estrutura de seus processos organizacionais, busca maneiras de assegurar a efetiva equidade interna e externa e formas de sustentar os pilares da gestão de pessoas; oferece aos empregados o sistema de remuneração estratégica, que está estruturado de acordo com as seguintes ferramentas:

Remuneração Fixa

Os salários praticados, são norteados pela mediana de mercado, obtida através de pesquisa salarial realizada anualmente em mercado selecionado, definido por meio de critérios como: segmentos, quantidade de empregados e faturamento, e ajustados de acordo com o comportamento do mercado.

Remuneração Variável Mensal

Remuneração aplicável aos colaboradores das áreas de operação, resultante do atingimento de indicadores de produtividade, qualidade e segurança, de acordo com a estratégia da empresa e diretrizes do processo.

Programa de Participação nos Resultados (PPR)

O programa tem como objetivo distribuir em forma de salário os resultados obtidos por meio da contribuição dos empregados no cumprimento e/ou na superação das metas definidas de acordo com a estratégia anual da empresa.

Bônus ICP (Incentivo de Curto Prazo)

Remuneração variável anual estabelecida para os níveis de gestão da companhia. O programa é composto por indicadores globais e individuais, apurados após o término de cada ano safra. As regras estão estabelecidas em acordo individual dos colaboradores. Elegibilidade: Diretor, Gerente/Assessor, Gestor, Coordenador/Trader/Consultor/Especialista.

Bônus ILP (Incentivo de Longo Prazo)

O bônus de longo prazo é estabelecido pelo Programa de Opções Virtuais de Compra de Ações da São Martinho. Os elegíveis ao programa e valores de concessão são definidos pelo conselho de administração. As regras são estabelecidas em regulamento do programa e contrato de adesão de beneficiário.

b) Política de benefícios

A empresa oferece uma gama de benefícios compatíveis com o mercado, possibilitando atração e retenção de profissionais qualificados, como:

- a) Assistência Médica ou Seguro Saúde;
- b) Assistência Odontológica;
- c) Auxílios Complementares Assistenciais (Órteses, Próteses e Lentes Corretivas);
- d) Cartão Compras/Adiantamento;
- e) Cartão medicamento;
- f) Cesta de Natal;
- g) Check-up para Executivos;
- h) Cooperativa de Crédito;
- i) Ginástica laboral;
- j) Licença-maternidade/paternidade (conforme CLT e estendidas, conforme adesão ao Programa de Empresa Cidadã);
- k) Previdência Privada;

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

- l) Refeição em local próprio ou vale refeição;
- m) Seguro de Vida em Grupo e Auxílio Funeral;
- n) Seguro de Vida Complementar (opcional);
- o) Seguro Viagem Internacional para Executivos;
- p) Transporte;
- q) Vacinação contra gripe;
- r) Vale Alimentação.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

- i. Grupos de beneficiários
- ii. Condições para exercício
- iii. Preços de exercício
- iv. Prazos de exercício
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não se aplica.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

O relacionamento com os sindicatos das categorias profissionais transcorre de forma transparente e com viés na solução de eventuais problemas. Periodicamente ocorrem reuniões para tratar de assuntos além da data base, relacionados a ambiente de trabalho, benefícios, atuação da liderança, remuneração variável entre outros, fazendo com que exista um clima de confiança e reciprocidade, não tendo paralisações e greves nos últimos 3 exercícios sociais.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há informações relevantes.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
LJN Participações S.A.						
13.608.705/0001-38	Brasileira-SP	Não	Sim	24/06/2019		
Não						
	190.242.864	53,740%	0	0,000%	190.242.864	53,740%
OUTROS						
	156.132.202	44,100%	0	0,000%	156.132.202	44,100%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 22/09/2020						
	7.636.263	2,160%	0	0,000%	7.636.263	2,160%
TOTAL						
	354.011.329	100,000%	0	0,000%	354.011.329	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
LJN Participações S.A.				13.608.705/0001-38	
João Ometto Participações S.A.					
47.796.594/0001-52	Brasileira-SP	Não	Sim	02/12/2016	
Não					
161.387.814	41,212	0	0,000	161.387.814	41,212
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Luiz Ometto Participações S.A.					
48.300.560/0001-98	Brasileira-SP	Não	Sim	02/12/2016	
Não					
161.387.814	41,212	0	0,000	161.387.814	41,212
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Nelson Ometto Participações Ltda					
05.932.684/0001-83	Brasileira-SP	Não	Sim	02/12/2016	
Não					
68.828.459	17,576	0	0,000	68.828.459	17,576
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
LJN Participações S.A.				13.608.705/0001-38	
TOTAL					
391.604.087	100,000	0	0,000	391.604.087	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
João Ometto Participações S.A.				47.796.594/0001-52	
Giovana Mirone Sabino Ometto					
204.348.718-34		Não	Não	30/09/2013	
Não					
88.391	0,039	0	0,000	88.391	0,039
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
João Guilherme Sabino Ometto					
027.686.588-04	Brasileiro	Não	Sim	30/09/2013	
Não					
17.000.000	7,556	0	0,000	17.000.000	7,556
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
San Giovanni Participações S.A.					
20.845.448/0001-13	Brasileira-SP	Não	Sim	30/09/2013	
Não					
207.911.609	92,405	0	0,000	207.911.609	92,405
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
João Ometto Participações S.A.				47.796.594/0001-52	
TOTAL					
225.000.000	100,000	0	0,000	225.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Luiz Ometto Participações S.A.				48.300.560/0001-98		
Debelma Participações S.A.						
03.397.489/0001-75	Brasileiro	Não	Sim	07/02/2018		
Não						
7.978.911	50,446	0	0,000	7.978.911	50,446	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Dimas Ometto Participações S.A.						
08.428.342/0001-19	Brasileiro	Não	Sim	07/02/2018		
Não						
7.837.681	49,554	0	0,000	7.837.681	49,554	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
15.816.592	100,000	0	0,000	15.816.592	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Nelson Ometto Participações Ltda				05.932.684/0001-83		
Luciana Ometto Gebara						
129.362.138-27		Não	Não	03/02/2020		
Não						
19.999.998	33,333	0	0,000	19.999.998	33,333	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Mariella Ometto Scarparo						
253.236.478-50		Não	Não	03/02/2020		
Não						
19.999.998	33,333	0	0,000	19.999.998	33,333	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Nelson Marques Ferreira Ometto						
052.193.198-33		Não	Não	03/02/2020		
Não						
19.999.998	33,334	0	0,000	19.999.998	33,334	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
6	0,000	0	0,000	6	0,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Nelson Ometto Participações Ltda				05.932.684/0001-83	
TOTAL					
60.000.000	100,000	0	0,000	60.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Debelma Participações S.A.				03.397.489/0001-75		
Beatriz Krug Ometto Moreno						
136.132.288-82		Não	Não	30/03/2006		
Não						
1.457	3,220	8.181	18,080	9.638	21,300	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Denise Krug Ometto						
262.739.778-87		Não	Não	30/03/2006		
Não						
113	0,250	224	0,495	337	0,745	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Eloisa Krug Ometto						
058.883.248-09		Não	Não	30/03/2006		
Não						
1.457	3,220	8.182	18,083	9.639	21,303	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Debelma Participações S.A.				03.397.489/0001-75		
Luiz Antonio Cêra Ometto						
027.686.238-49	Brasileiro	Não	Sim	30/03/2006		
Não						
10.080	22,277	5.915	13,072	15.995	35,349	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Mauricio Krug Ometto						
127.718.108-08		Não	Não	30/03/2006		
Não						
1.457	3,220	8.182	18,083	9.639	21,303	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
14.564	32,187	30.684	67,813	45.248	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Dimas Ometto Participações S.A.				08.428.342/0001-19	
GMO Empreendimentos e Participações Ltda					
08.409.267/0001-49	Brasileira	Não	Sim	22/12/2020	
Não					
2.612.211	33,330	0	0,000	2.612.211	33,330
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Marcelo Campos Ometto					
027.992.798-30	Brasileiro	Não	Não	22/12/2020	
Não					
1.306.630	16,670	0	0,000	1.306.630	16,670
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
MCOT Participações Ltda					
26.908.593/0001-82		Não	Sim	22/12/2020	
Não					
3.918.840	50,000	0	0,000	3.918.840	50,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Dimas Ometto Participações S.A.				08.428.342/0001-19	
TOTAL					
7.837.681	100,000	0	0,000	7.837.681	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
San Giovanni Participações S.A.				20.845.448/0001-13		
Adriana Mirone Ometto						
157.619.228-86		Não	Não	20/09/2019		
Não						
0	0,000	17.102.000	4,942	17.102.000	4,942	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Daniela Ometto Ribeiro						
254.304.368-36		Não	Não	20/09/2019		
Não						
0	0,000	17.102.000	4,942	17.102.000	4,942	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
Giovana Mirone Sabino Ometto						
204.348.718-34		Não	Não	20/09/2019		
Não						
0	0,000	17.102.000	4,942	17.102.000	4,942	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
San Giovanni Participações S.A.				20.845.448/0001-13	
Guilherme Fontes Ribeiro					
270.321.468-56		Não	Não	20/09/2019	
Não					
0	0,000	17.102.000	4,942	17.102.000	4,942
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
João Guilherme Sabino Ometto					
027.686.588-04	Brasileiro	Não	Sim	20/09/2019	
Não					
260.555.255	75,290	0	0,000	260.555.255	75,290
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
José Carlos Mirone Ometto					
132.486.708-60		Não	Não	20/09/2019	
Não					
0	0,000	17.102.000	4,942	17.102.000	4,942
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
San Giovanni Participações S.A.				20.845.448/0001-13	
TOTAL					
260.555.255	75,290	85.510.000	24,710	346.065.255	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GMO Empreendimentos e Participações Ltda				08.409.267/0001-49		
Marcelo Campos Ometto						
027.992.798-30	Brasileiro	Não	Não	23/12/2020		
Não						
96.000.000	96,000	0	0,000	96.000.000	96,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
4.000.000	4,000	0	0,000	4.000.000	4,000	
TOTAL						
100.000.000	100,000	0	0,000	100.000.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MCOT Participações Ltda				26.908.593/0001-82		
Marcia Campos Ometto Tank						
027.984.868-40		Não	Não	13/04/2018		
Não						
100.157.409	99,996	0	0,000	100.157.409	99,996	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
4.000	0,004	0	0,000	4.000	0,004	
TOTAL						
100.161.409	100,000	0	0,000	100.161.409	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

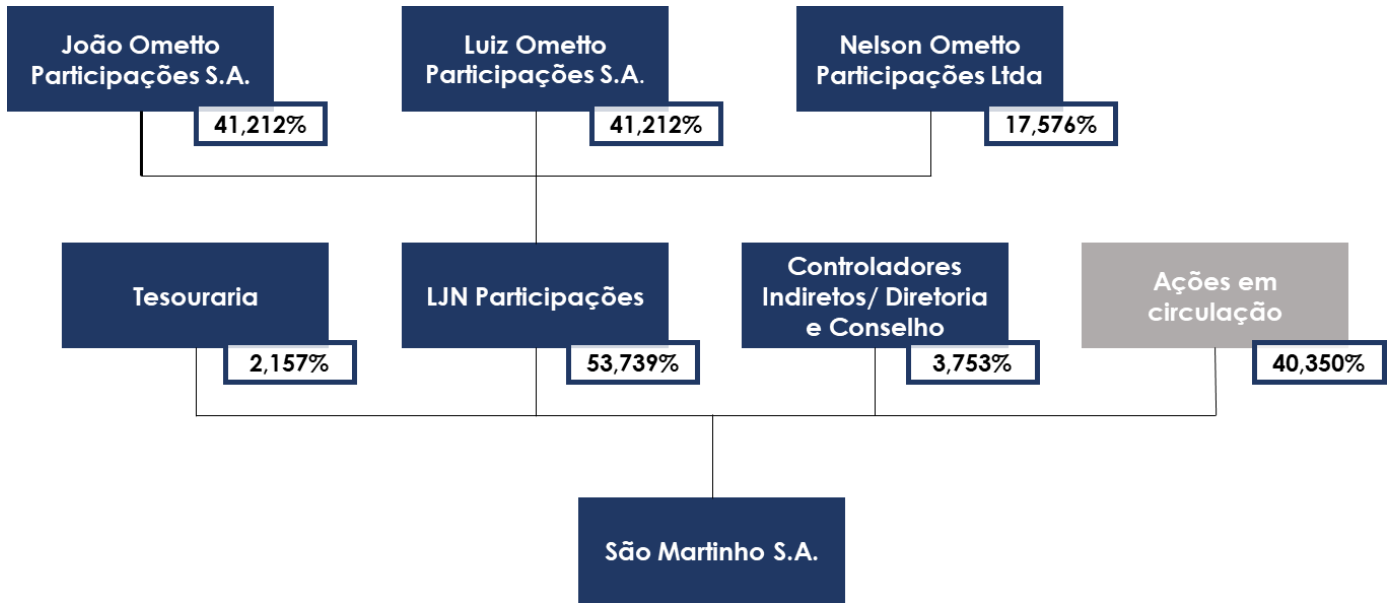
Data da última assembleia / Data da última alteração	30/07/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	12.134
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	124
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	536

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	142.845.106	40,350%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	142.845.106	40,350%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Não aplicável.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor.

15.7 - Principais Operações Societárias

As principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas.

No exercício em curso:

Não ocorreram operações relevantes no período.

No exercício encerrado em 31.3.2020:

Não ocorreram operações relevantes no período.

No exercício encerrado em 31.3.2019:

- **2.4.2018:** Incorporação da Usina Boa Vista S.A. ("UBV"), subsidiária integral da Companhia. Com a incorporação, a unidade industrial localizada em Quirinópolis/GO passou a ser uma filial da Companhia. A incorporação, o acervo líquido total da UBV foi integralmente incorporado com base no critério contábil, de forma que a Companhia assumiu a totalidade dos bens, direitos e obrigações da UBV, sem aumento do capital social.

- **1º.2.2019:** Aquisição e incorporação da Pulisic Participações Ltda. Em 11 de outubro de 2018, a Companhia realizou a aquisição parcial de ativos da Usina Açucareira Furlan S.A. através da Pulisic Participações Ltda. ("Pulisic") pelo montante de R\$ 15.984 mil.

A partir da data de aquisição, a Companhia passou a deter 100% das ações da Pulisic e a consolidar integralmente seus resultados em suas demonstrações financeiras consolidadas. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de fevereiro de 2019, foi aprovada a incorporação da Pulisic pela Companhia. Sua incorporação permite a utilização mais eficiente dos ativos, gerando sinergia e racionalização dos custos administrativo-financeiros.

- **1º.2.2019:** Incorporação da Usina Santa Luiza S.A. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada foi aprovada a cisão total e incorporação desproporcional das parcelas cindidas da Usina Santa Luiza S.A., com sua consequente extinção.

No exercício encerrado em 31.3.2018:

- **1º.6.2017:** Cisão parcial envolvendo as empresas Vale do Mogi e LandCo. Nesta operação, a Vale transfere para LandCo, as terras voltadas exclusivamente para atividade agrícola (produção de cana-de-açúcar) com o objetivo de concentrar, nessa sociedade (LandCo), o desenvolvimento de negócios agrícolas da São Martinho. Por sua vez, na Vale do Mogi, deve ser mantidas as terras que foram avaliadas com vocação para negócios imobiliários/minerários. Deste modo, a operação objetiva implementar a separação entre os negócios imobiliários/minerários e os negócios agrícolas e reflete a intenção da São Martinho de buscar a estrutura organizacional adequada na condução das diferentes linhas de negócios.

Nesta mesma operação, foram alteradas as denominações sociais das empresas, conforme a seguir: Vale do Empreendimentos Imobiliários S.A. para São Martinho Terras Imobiliárias S.A.; LandCo Empreendimentos e Participações S.A. para São Martinho Terras Agrícolas S.A.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não aplicável.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à transação com partes relacionadas

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, revisada e aprovada pelo CA em 30.8.2021, disponível no website na página de Relações com Investidores (www.saomartinho.com.br/ri) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) e está em consonância com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa.

A Política estabelece os procedimentos a serem observados envolvendo partes relacionadas e em outras situações com potencial conflito de interesse, de acordo com as melhores práticas de governança corporativa. É aplicável à São Martinho e suas controladas, no que couber, às pessoas (físicas ou jurídicas) que possam ser consideradas como Partes Relacionadas e em situações de potencial conflito de interesses.

A definição de parte relacionada está em conformidade com os termos do Pronunciamento Técnico CPC nº 05 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários por meio da Deliberação CVM nº 642/10.

Em resumo, de acordo com a Política, O CA deve aprovar qualquer transação com Parte Relacionada, incluindo celebração, renovação ou rescisão de quaisquer contratos, convênios, compromissos ou outras formas de acordo entre a Companhia e suas partes relacionadas, bem como quaisquer alterações relativas a prazo, escopo ou remuneração. A Transação com Parte Relacionada e as alternativas ou condições de mercado deverão ser analisadas e discutidas previamente em um dos Comitês de assessoramento e também no Comitê de Auditoria, de forma a auxiliar o CA na análise da operação em sua deliberação, sempre no melhor interesse da Companhia, com independência e transparência.

Dispensa-se a aprovação do CA nas operações contratadas entre a Companhia e suas controladas e/ou coligadas que envolvam situações cotidianas, no curso normal dos negócios, em condições de mercado e em benefício da Companhia.

A área de Conformidade é responsável por monitorar as transações com partes relacionadas e indicar potenciais conflitos de interesses não declarados, cabendo a análise e deliberação ao CA, observada governança corporativa da Companhia. A área da Contabilidade é responsável pelo controle e reporte das transações nas Demonstrações Financeiras. Cada uma dessas áreas é responsável pela elaboração dos seus procedimentos e controles internos.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme descrito no item 16.4, as transações com partes relacionadas que a Companhia teve durante o período, foram com empresas no qual obtém 100% do capital social ou que não atingiram o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais ou 1% do ativo total do emissor, o que for maior). Sendo assim fica excluída a obrigatoriedade de sua divulgação.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3. Identificação das medidas tomadas para tratar conflito de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

As operações envolvendo transações com partes relacionadas e/ou em conflito de interesses, seguiram os procedimentos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, revisada e aprovada pelo CA em 30.8.2021, disponível no website na página de Relações com Investidores (www.saomartinho.com.br/ri) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), tendo sido aprovadas pelos órgãos competentes e celebradas em condições de mercado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4. Outras informações relevantes – Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas que a Companhia teve durante o período, foram com empresas na qual detém 100% do capital social ou não atingiram o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou 1% (um por cento) do ativo total do emissor.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Subscrito				
30/07/2021	2.681.570.983,27		354.011.329	0	354.011.329
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/07/2021	2.681.570.983,27		354.011.329	0	354.011.329
Tipo de capital	Capital Autorizado				
09/12/2016	0,00		372.000.000	0	372.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
27/07/2018	Assembleia Geral Extraordinária	27/07/2018	147.349.880,79	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

31/07/2020	Assembleia Geral Extraordinária	31/07/2020	375.167.560,24	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	----------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

30/07/2021	Assembleia Geral Extraordinária	30/07/2021	609.751.579,73	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	----------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital do emissor durante os exercícios findos em 31 de março de 2021, 2020 e 2019.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre o item 17.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	<p>A prática de pagamento de Dividendos e JCP da São Martinho prevê a distribuição de, no mínimo, 40% do Lucro Líquido Caixa anual, sendo que o valor total a ser distribuído a cada ano será fixado pelo Conselho de Administração.</p> <p>A distribuição mínima de 40% do Lucro Líquido Caixa poderá não ser adotada, por recomendação do Conselho de Administração, nas seguintes hipóteses:</p> <ul style="list-style-type: none"> •utilização de capital relevante em função de investimento em seus negócios, programa de recompra de ações e/ou eventuais fusões e aquisições; •indicadores de endividamento, tais como, dívida líquida/EBITDA ajustado superior a 2 vezes, apurada no encerramento do exercício, visando manter o grau de investimento pela S&P; •mudanças fiscais; e •destinação a reservas obrigatórias ou limitação à distribuição de parcela destas que alterem a capacidade de distribuição dos lucros.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	<p>Qualquer um de nossos acionistas dissidentes de certas deliberações tomadas em assembléia geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, que poderá ser calculado com base no valor econômico da Sociedade. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, nas seguintes circunstâncias: nossa cisão (conforme descrito a seguir); redução do nosso dividendo obrigatório; mudança do nosso objeto social; nossa fusão ou incorporação em outra sociedade; nossa participação em um grupo de sociedades, conforme tal expressão é utilizada na Lei das Sociedades por Ações e; aquisição, pela Companhia, do controle de qualquer sociedade caso o preço de aquisição ultrapasse os limites estabelecidos no §2º do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>O cancelamento de registro de Companhia Aberta e a Saída do Novo Mercado ficam sujeitos às disposições do Regulamento do Novo Mercado e às regras expedidas pela CVM em vigor, conforme artigo 36 do Estatuto Social consolidado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31.7.2020.</p>
Outras características relevantes	Não há.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

As informações referentes a este assunto foram retiradas do Estatuto Social consolidado na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 30.7.2021 conforme abaixo:

Artigo 35. Qualquer pessoa, seja ela natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior que, isoladamente ou em conjunto com pessoa vinculada, acionista ou não da Sociedade, adquira ou, a qualquer título, se torne titular de quantidade de ações igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total das ações da Sociedade ("Participação Acionária Relevante") deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade, realizar ou, no caso de oferta registrável, solicitar o registro de oferta pública para aquisição da totalidade das ações da Sociedade ("OPA por Atingimento de Participação Relevante"), observando-se este artigo e as normas aplicáveis da CVM e da B3.

Parágrafo Primeiro. A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Sociedade, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo abaixo e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA por Atingimento de Participação Relevante de ações da Sociedade.

Parágrafo Segundo. O preço de aquisição na OPA por Atingimento de Participação Relevante de cada ação da Sociedade será o maior dos seguintes valores: (i) o Valor Econômico (conforme definição do parágrafo onze abaixo); (ii) 140% (cento e quarenta por cento) da cotação unitária mais alta atingida pelas ações da Sociedade durante o período de 24 (vinte e quatro) meses anterior à realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante em qualquer bolsa de valores que as ações da Sociedade forem transacionadas; e (iii) o maior preço de emissão das ações a Sociedade em qualquer aumento de capital realizado durante o período de 24 (vinte e quatro) meses anterior à realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante.

Parágrafo Terceiro. A realização da OPA não excluirá a possibilidade de outro acionista ou, se for o caso, a própria Sociedade, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Quarto. A realização da OPA por Atingimento de Participação Relevante poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas representando a maioria do capital social em Assembleia Geral Extraordinária convocada para deliberar sobre tal matéria.

Parágrafo Quinto. O ofertante estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM relativas à OPA por Atingimento de Participação Relevante, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Sexto. Na hipótese de o ofertante não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA por Atingimento de Participação Relevante ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o ofertante não poderá votar para deliberar a suspensão do exercício dos seus direitos, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Sétimo. Qualquer pessoa que, isoladamente ou em conjunto com pessoa vinculada, acionista ou não da Sociedade, adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre as ações da Sociedade em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações da Sociedade estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos, realizar ou solicitar o registro de uma OPA por Atingimento de Participação Relevante, nos termos do caput deste artigo.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Parágrafo Oitavo. As obrigações previstas na Lei das Sociedades por Ações sobre alienação de controle e o previsto no artigo 34 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo acionista das obrigações constantes deste artigo.

Parágrafo Nono. O disposto neste artigo não se aplica: (i) na hipótese de incorporação de sociedades ou de suas ações pela Sociedade (ii) na hipótese de subscrição de ações da Sociedade, realizada em emissão primária aprovada em Assembleia Geral de acionistas, e cuja proposta de aumento de capital tenha por base o valor econômico estabelecido por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas; (iii) ao acionista ou cônjuge que adquirir ações em decorrência de meação, adiantamento de legítima, doação, sucessão hereditária ou transferência em favor de trusts ou entidades fiduciárias similares, tendo por beneficiário o próprio Acionista, seu cônjuge ou descendentes.

Parágrafo Dez. Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações da Sociedade descrito no caput deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Sociedade com o cancelamento de ações.

Parágrafo Onze. Considera-se “Valor Econômico” o valor da Sociedade conforme determinado em laudo de avaliação elaborado por instituição de reputação internacional, independência e experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas escolhida pelo Conselho de Administração, elaborado de acordo com os critérios estabelecidos pela CVM.

Parágrafo Doze. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA por Atingimento de Participação Relevante prevista neste artigo determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Sociedade na referida OPA que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado neste artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA o preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Não há exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**Exercício social 31/03/2021**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/06/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.148.008.450	21,21	13,98	R\$ por Unidade	18,72
30/09/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.279.089.311	25,03	20,31	R\$ por Unidade	22,59
31/12/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.518.784.930	27,36	21,05	R\$ por Unidade	24,00
31/03/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.001.340.539	35,50	27,25	R\$ por Unidade	31,01

Exercício social 31/03/2020

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	713.308.865	20,35	18,39	R\$ por Unidade	19,44
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	981.985.222	20,75	17,25	R\$ por Unidade	19,22
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.085.764.377	24,26	17,56	R\$ por Unidade	19,81
31/03/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.239.627.906	29,75	12,30	R\$ por Unidade	23,67

Exercício social 31/03/2019

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	882.018.861	18,45	15,97	R\$ por Unidade	16,96
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.113.885.636	20,25	17,66	R\$ por Unidade	18,74
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	976.281.038	20,58	17,25	R\$ por Unidade	18,42
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	940.852.113	20,32	17,60	R\$ por Unidade	18,44

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	15/03/2018
Data de vencimento	14/03/2025
Quantidade (Unidades)	500.000.000
Valor total (Reais)	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	500.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá realizar (i) a oferta de resgate de parte, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da totalidade das Debêntures emitidas e integralizadas, ou da totalidade das Debêntures, a qualquer momento a partir da Data de Integralização das Debêntures e a seu exclusivo critério; ou (ii) o resgate antecipado facultativo integral das Debêntures NTN-B e/ou das Debêntures DI, a qualquer momento a partir da Data de Integralização das Debêntures e a seu exclusivo critério, caso verifique-se obrigação de acréscimo de valores nos pagamentos devidos pela Companhia sob as Debêntures NTN-B e/ou as Debêntures DI e/ou o Contrato de Aquisição de Debêntures, em razão de incidência ou majoração de tributos, exceto nos casos em que tal incidência ou majoração de tributos decorra, direta ou indiretamente, de descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável.
Outras características relevantes	Destinação de Recursos: Os recursos captados por meio da presente Emissão deverão ser utilizados pela Companhia, integral e exclusivamente, para a atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool e seus derivados, na forma prevista em seu objeto social, com fundamento no artigo 23, parágrafo 1º, da Lei 11.076.

Valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Identificação do valor mobiliário	CRA IV
Data de emissão	20/03/2019
Data de vencimento	15/04/2026
Quantidade (Unidades)	840.000
Valor total (Reais)	840.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	840.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	A Remuneração dos CRA ocorrerá anualmente, os juros remuneratórios incidirão sobre o Valor Nominal dos CRA, correspondentes a 98,5% (noventa e oito inteiros e cinco décimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. O pagamento da amortização ocorrerá em duas parcelas, sendo 50% pago em 15 de abril de 2025 e 100% pago na data de vencimento.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	não aplicável.

Valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Identificação do valor mobiliário	CRA III - 1ª série
Data de emissão	15/03/2018
Data de vencimento	15/03/2023
Quantidade (Unidades)	287.457
Valor total (Reais)	287.457.000,00
Saldo Devedor em Aberto	287.457.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	A partir da primeira Data de Integralização, sobre o Valor Nominal Unitário dos CRA DI, incidirão juros remuneratórios, correspondentes a 99,00% (noventa e nove por cento) da Taxa DI, , calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos. A Remuneração deverá ser paga semestralmente nos meses de março e setembro de cada ano, em 10 (dez) parcelas, sendo a primeira parcela realizada em 18 de setembro de 2018 e a última na Data de Vencimento dos CRA DI. Amortização: O Valor Nominal Unitário será pago, em parcela única, na Data de Vencimento.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	não aplicável.

Valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Identificação do valor mobiliário	CRA III - 2ª série
Data de emissão	15/03/2018
Data de vencimento	15/03/2025
Quantidade (Unidades)	212.543
Valor total (Reais)	212.543.000,00
Saldo Devedor em Aberto	212.543.000,00
Restrição a circulação	Não

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Os CRA NTN-B farão jus a juros remuneratórios, incidentes, de forma anual, ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sobre o Valor Nominal Unitário atualizado, equivalentes a 4,6818% (quatro inteiros e seis mil, oitocentos e dezoito décimos de milésimo por cento), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos. A Remuneração deverá ser paga anualmente no mês de março de cada ano, em 7 (sete) parcelas, sendo a primeira parcela realizada em 15 de março de 2019 e a última devida na Data de Vencimento dos CRA NTN-B. Amortização: O Valor Nominal Unitário será pago, em parcela única, na Data de Vencimento dos CRA NTN-B.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	não aplicável.

Valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Identificação do valor mobiliário	CRA II - 2ª série
Data de emissão	07/04/2017
Data de vencimento	19/04/2023
Quantidade (Unidades)	192.784
Valor total (Reais)	192.784.000,00
Saldo Devedor em Aberto	192.784.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	O Valor Nominal Unitário dos CRA IPCA será atualizado, a partir da Data de Integralização (inclusive), pela variação acumulada do IPCA. Os CRA IPCA farão jus a juros remuneratórios, incidentes, de forma anual, ano-base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sobre o Valor Nominal Unitário atualizado, equivalentes a 5,0894% (cinco inteiros e oitocentos e noventa e quatro décimos de milésimos por cento), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos. A Remuneração deverá ser paga anualmente no mês de abril de cada ano, em 6 (seis) parcelas, sendo a primeira parcela realizada em 17 de abril de 2018 e a última devida na Data de Vencimento dos CRA IPCA. Amortização: O Valor Nominal Unitário será pago, em parcela única, na Data de Vencimento dos CRA IPCA.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	não aplicável.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	15/06/2021
Data de vencimento	15/06/2031

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Quantidade (Unidades)	500.000
Valor total (Reais)	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	500.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Caso seja legalmente permitido a Emissora poderá, a qualquer momento, desde que decorrido o prazo médio ponderado de 4 anos a contar da Data de Emissão das Debêntures, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures. O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido (a) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculado pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização, ou a Data do Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e (b) se for o caso e a critério da Emissora, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	não aplicável
Outras características relevantes	Os recursos obtidos pela Emissora com as Debêntures serão integralmente destinados ao desenvolvimento, construção e operação dos Projetos de Investimento (conforme definido na Escritura de Emissão), considerados prioritários nos termos do artigo 2º da Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011 (“Lei 12.431”), do Decreto 8.874 e das Portarias do Ministério de Minas e Energia n.º 18, de 14 de janeiro de 2021 e n.º 21, de 04 de maio de 2021, publicadas no Diário Oficial da União em 15 de janeiro de 2021 e 15 de maio de 2021, respectivamente, que aprovaram o enquadramento dos Projetos de Investimento (conforme definido abaixo) como prioritários (“Portarias”), <p>I. Portaria nº 18, de 14 de janeiro de 2021:</p> <p>Objetivo do Projeto Usina: projeto de investimento em infraestrutura no setor de energia apresentado pela Companhia referente à manutenção, adequação e modernização das atividades de produção de biocombustíveis da Usina de Boa Vista, segregadas em plantio de cana-de-açúcar, manutenção de entressafra, tratos culturais, equipamentos e reposições e ambiental e legal (“Projeto Usina”); o valor da Emissão que será destinado ao Projeto Usina: R\$ 140.500.000,00 (cento e quarenta milhões e quinhentos mil reais);</p> <p>II. Portaria nº 21, de 04 de maio de 2021:</p> <p>Objetivo do Projeto Capex: projeto de investimento na atividade de produção e estocagem de biocombustíveis e da sua biomassa denominado “Capex de Manutenção e Melhoria Operacional para produção de biocombustível na Usina Boa Vista” (“Projeto Capex” e, em conjunto com o Projeto Usina, os “Projetos de Investimento”); o valor da Emissão que será destinado ao Projeto Capex: R\$ 359.500.000,00 (trezentos e cinquenta e nove milhões e quinhentos mil reais);</p>

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	1	0
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	17577	178	0

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações sob o código "SMTO3", e outros valores mobiliários emitidos pela Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

O Conselho de Administração da Companhia, em 21 de junho de 2021, aprovou a 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. O valor de tal emissão foi de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), e foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais).

Data de Emissão: 15 de junho de 2021

Remuneração das Debêntures: IPCA + 4,69% a.a.

Pagamento da Remuneração: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga em 20 (vinte) parcelas semestrais, sempre no dia 15 de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2021 (individualmente, uma “Data de Pagamento da Remuneração”)

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado anualmente, até a Data de Vencimento, sendo que a primeira parcela será devida após o 6º ano contado da Data de Emissão, ou seja, em 15 de junho de 2027 e a última na Data de Vencimento.

Para maiores informações vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos obtidos pela Emissora com a 3ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da São Martinho S.A. serão utilizados para financiar parte da planta de etanol de milho, acoplada à Usina Boa Vista (UBV) e manutenção, adequação e modernização das atividades da UBV referentes a plantio de cana, manutenção de entressafra, tratos culturais, equipamentos e reposições, e investimentos relacionados a melhorias na segurança das instalações industriais.

A operação conta com *SPO (Second Party Opinion)* da Sitawi, que a enquadra como Título Verde e está alinhada com os *Green Bond Principles (GBP)*¹, *Climate Bonds Standards*² e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente. De acordo com o parecer, este investimento contribui com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS 7 - e com as metas brasileiras para o acordo de Paris.

Dentre os aspectos ESG do investimento na planta de etanol de milho destacam-se:

- Geração de aproximadamente 1.400 empregos diretos e indiretos
- Uso do bagaço de cana como fonte de geração de energia, tornando a planta independente de uso de outros combustíveis;
- Introdução de tecnologias industriais inovadoras, influenciando positivamente o desenvolvimento do setor e comunidades do entorno;
- Redução de 90%¹ da geração de GEE (Gás de Efeito Estufa) do etanol em relação à gasolina. O volume adicional de bicombustíveis evitará a emissão de cerca de 360.000 (trezentas e sessenta mil) toneladas CO₂ por ano;
- Substituição do farelo de soja pelo DDGS, matéria prima de alto valor nutricional e digestibilidade, auxiliando o setor agropecuário a reduzir a dependência das pastagens no período de seca.

¹Estimativa UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar)

a. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

b. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não aplicável.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não aplicável.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
24/06/2019	24/06/2019 à 23/12/2020	0,00	Ordinária		10.000.000	6,801899	4.427.600	18,76	R\$ por Unidade	44,276000
Recursos disponíveis a serem utilizados: Correspondem à parcela do lucro do exercício 2018/2019 destinado à Reserva de Orçamento de Capital e parte dos lucros do exercício 2019/2020. A efetiva recompra dependerá da existência de recursos disponíveis no momento da aquisição das ações, conforme previsto no artigo 7º da ICVM nº 567/15										
27/11/2017	27/11/2017 à 27/05/2019	260.451.000,00	Ordinária		8.000.000	5,210000	7.992.600	18,24	R\$ por Unidade	99,907500

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 31/03/2021****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária			
-----------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	7.267.063	
Quantidade adquirida	369.000	23,39
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	7.636.063	
Relação valores mobiliários em circulação	0,110000%	

Exercício social 31/03/2020**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária			
-----------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	13.208.663	
Quantidade adquirida	4.058.400	18,36
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	10.000.000	
Quantidade final	7.267.063	
Relação valores mobiliários em circulação	5,080123%	

Exercício social 31/03/2019**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária			
-----------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	13.208.663	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	13.208.663
<hr/>	
Relação valores mobiliários em circulação	8,984399%

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não aplicável.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	26/10/2020
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Os Administradores, os Conselheiros Fiscais e os membros de órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação de Valores Mobiliários vigente desde 2006 na Companhia teve seu texto revisado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração em 26 de outubro de 2020, e tem como objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos para a negociação de valores mobiliários de emissão da São Martinho ou a ele referenciados, nos termos da legislação vigente e regulamentação aplicável, e estabelecer controles que viabilizem o monitoramento das negociações realizadas, bem como a apuração e punição dos responsáveis em caso de descumprimento da Política.

A Política pode ser acessada no site de Relações com Investidores da Companhia: www.saomartinho.com.br/ri e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	A Política estabelece que o DRI pode, independentemente de justificativa ou da existência de Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado, fixar "Períodos de Bloqueio" em que as Pessoas sujeitas à Política não poderão negociar Valor Mobiliários de emissão da Companhia, das Controladas e das Coligadas, se for o caso, mediante a divulgação de comunicado no qual indicará expressamente o termo inicial do Período de Bloqueio, sendo certo que o Período de Bloqueio irá perdurar até que seja divulgado novo comunicado informando expressamente seu termo final; E ainda a vedação à negociação também se aplica: Sempre que existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; Em relação aos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, membros do Conselho Fiscal e Administradores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da companhia pela própria companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se tiver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; No período de 15 dias corridos que antecederem a divulgação e/ou publicação, quando for o caso, das informações trimestrais (ITR) ou das demonstrações financeiras padronizadas anuais da Companhia (DFP); e no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos, e/ou juros sobre capital próprio, bonificação em ações ou seus derivativos, de desdobrar, agrupar ou emitir outros valores mobiliários e a publicação dos respectivos editais ou anúncios, salvo nos casos de negociação realizada no âmbito do programa de recompra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria
--	--

20.2 - Outras Informações Relevantes

O conteúdo na íntegra da Política de Negociação de Valores Mobiliários da São Martinho S.A. está disponível no site de RI da Companhia (www.saomartinho.com.br/ri) e da CVM (www.gov.br/cvm).

As pessoas sujeitas à Política deverão a ela aderir por meio do Termo de Adesão, ou outra forma aceita pela Companhia, a seu critério. A São Martinho manterá em sua sede, relação das pessoas que firmarem o Termo de Adesão ou de outra forma aceita pela Companhia a qual será atualizada continuamente à medida que for necessária a adesão de novas pessoas. Sempre que houver alteração desta política, as pessoas que a ela aderiram deverão ser informadas, sendo necessária nova adesão expressa à alteração. Tais documentos serão mantidos à disposição dos órgãos reguladores.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Propósito e Abrangência

A Política de divulgação e uso de informações de Ato ou Fato Relevante estabelece diretrizes e procedimentos para a divulgação de Ato ou Fato Relevante, nos termos da legislação vigente e regulamentação aplicável, a fim de evitar o uso indevido de tais informações ainda não divulgadas, visando assegurar a igualdade e transparência a todos os interessados.

Tem por objeto o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência, a serem observados por (i) Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia; (ii) Funcionários e Executivos com Acesso a Informação Relevante; e, ainda, (iii) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia, a fim de adequar a política interna aos princípios de transparência e boas práticas de conduta no uso e na divulgação de Informações Relevantes e negociação dos Valores Mobiliários; (iv) Pessoas Vinculadas, aquelas que mantêm com os Administradores, Conselheiros Fiscais e membros dos órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária vínculos de cônjuge (do qual não esteja separado judicialmente); Companheiro, qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda, e as sociedades controladas direta ou indiretamente.

Princípios da Comunicação Corporativa

A Política observa as melhores práticas de Governança Corporativa, com base nos princípios de transparência, equidade e ética, regulando as práticas de divulgação de Ato ou Fato Relevante.

Práticas de Divulgação de Resultados da Companhia

Os relatórios exigidos em lei devem ser divulgados simultaneamente na CVM, Bolsa de Valores e no website de RI da Companhia com forma e prazo previstos. A Divulgação dos resultados trimestrais e anuais da Companhia serão divulgados fora do horário de pregão dos mercados em que forem admitidos, arquivados na CVM e B3 conforme aplicável, disponibilizados no website de RI da Companhia e subsequentemente aos analistas e investidores que integrem o cadastro da Companhia.

Adota-se a sistemática do Período de Silêncio nos 15 (quinze) dias anteriores a data da divulgação pública das informações trimestrais e anuais.

Informações como projeções que são de natureza relevante e facultativa, caso a Companhia decida por divulgá-las, as mesmas deverão ser incluídas no Formulário de Referência, acompanhadas de alertas sobre riscos de alterações relevantes e identificadas como dados hipotéticos, sendo razoáveis, acompanhadas de premissas relevantes, parâmetros e metodologias adotadas, e quando alteradas devem ser atualizadas nos respectivos documentos. Além da revisão não ultrapassar, em hipótese alguma, o intervalo de um ano.

Divulgação sobre Aquisição ou Alienação de Participação Acionária Relevante:

Os Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal da Companhia, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que adquirir ou alienar, direta ou indireta, participação que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital da Companhia, deverão enviar à Companhia as informações estabelecidas na Instrução CVM nº 358/02.

Assim como, devendo seguir igualmente as mesmas obrigações, a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, sendo titulares de participação acionária igual ou superior a 5% (cinco por cento) da espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia, no caso de alienação ou extinção de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, a cada vez que a participação do titular na espécie ou classe dos Valores Mobiliários em questão atingir o percentual de 5% (cinco por cento) do total desta espécie ou classe ou se reduzir em

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

5% (cinco por cento) do total da espécie ou classe. Se estendendo também à aquisição de quaisquer direitos sobre os Valores Mobiliários de emissão da Companhia ou celebração de instrumentos financeiros derivativos a eles referenciados.

Procedimentos internos para informar e divulgar Ato ou Fato Relevante:

Todas as Informações Relevantes da Companhia serão centralizadas na área de Relações com Investidores, responsável pela comunicação e divulgação das mesmas, podendo solicitar a participação das diretorias envolvidas no ato ou fato que deu origem ao Ato ou Fato Relevante.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de informações relevantes que possam configurar Ato ou Fato Relevante, deve comunicar a área imediatamente, para que as devidas providências sejam tomadas. Caso exista dúvidas quanto ao caráter de informação privilegiada ou relevante, também deve-se entrar em contato com a área.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A comunicação do Ato e Fato Relevante deve ser feita por documento escrito em Português e Inglês, de forma simultânea, clara e precisa à CVM e Bolsas de Valores, e deverá ser divulgada ao público em pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize de forma gratuita a informação na sua forma íntegra, e no website de Relações com Investidores da Companhia (www.saomartinho.com.br/ri), preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios da Bolsa de Valores.

Os mecanismos adotados para a preservação das informações privilegiadas, sendo estas relacionadas a Ato ou Fato Relevante ou às demonstrações financeiras trimestrais ou anuais ainda não divulgadas ao mercado são: (i) divulgar a informação privilegiada estritamente àquelas pessoas diretamente envolvidas com o assunto em pauta, (ii) não discutir informações privilegiadas em locais públicos, com presença de terceiros, ou em conferências telefônicas, (iii) manter seguro o meio em que as Informações Privilegiadas são armazenadas e transmitidas, restringindo qualquer acesso não autorizado, e (iv) não comentar tais informações com terceiros, incluindo cônjuges, companheiros ou dependentes.

A Política de divulgação e uso de informações de Ato ou Fato Relevante está disponível na íntegra no website de RI da Companhia (www.saomartinho.com.br/ri) e também no website da CVM (www.gov.br/cvm).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

Responsabilidade das partes

O Diretor de Relações com investidores tem como responsabilidade divulgar e comunicar à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM, na rede mundial de computadores, às Bolsas de Valores e em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação, qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, de forma ampla e imediata, zelando por sua disseminação simultânea; dirimir dúvidas quanto ao caráter de Informação Privilegiada ou Relevante de determinados atos e fatos; analisar e decidir sobre a caracterização de um ato ou fato como Informação Relevante e participar do processo decisório relativo à conveniência ou não de sua imediata divulgação ao mercado; atuar como principal porta-voz da Companhia em assuntos pertinentes ao mercado; promover a execução, acompanhamento e fiscalização do cumprimento da presente Política de Divulgação; e responder às eventuais solicitações de esclarecimentos adicionais, correções, aditamento ou republicação de Informações Relevantes encaminhadas pela CVM ou pelas Bolsas de Valores.

Além disso, é também de responsabilidade das pessoas sujeitas à Política, ter conhecimento, acesso, entender e a Política e suas obrigações e aplicações; guardar sigilo das informações relativas a Ato e Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado vedada a utilização de tais informações com a finalidade de auferir vantagem, sujeito à aplicação de penalidades previstas na legislação; zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também guardem sigilo sobre as informações relativas a Ato ou Fato Relevante; comunicar ao Diretor de Relações com Investidores e/ou à área de Relações com Investidores qualquer informação que entendam caracterizar Ato ou Fato Relevante, a quem caberá decidir sobre a necessidade de divulgar a matéria ao mercado e sobre o nível de detalhamento da divulgação; caso tenha conhecimento de Informação Relevante deverá, sempre que verificar a omissão na sua divulgação, relatar a irregularidade, por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores; e atender prontamente às solicitações de esclarecimentos formuladas pelo Diretor de Relações com Investidores quanto à verificação de ocorrência ou Ato ou Fato Relevante.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram evidenciadas no item 21.